UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

Nelson Alfredo Salomão Neto

ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA DESCOLONIAL: PROPOSTA DE UM INSTRUMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Tese de Doutorado
Maio de 2026


ibict
UFRJ

Nelson Alfredo Salomão Neto

ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA DESCOLONIAL:
PROPOSTA DE UM INSTRUMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Eco-UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Ciência da Informação
Orientadora: Profª. Drª. Angelica Alves da Cunha Marques

Rio de Janeiro
2026

CIP - Catalogação na Publicação

S173a

Salomão Neto, Nelson Alfredo
ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA DESCOLONIAL: PROPOSTA DE UM INSTRUMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO / Nelson Alfredo Salomão Neto. -- Rio de Janeiro, 2026.
197 f.

Orientador: Angélica Alves da Cunha Marques.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2026.

1. Descolonialidade. 2. Decolonialidade. 3. Arquivologia Crítica. 4. Bicentenário da Independência. 5. Arquivo Nacional (Brasil). I. Alves da Cunha Marques, Angélica, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Nelson Alfredo Salomão Neto

ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA DESCOLONIAL: PROPOSTA DE UM INSTRUMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Eco-UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Ciência da Informação

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
ANGELICA ALVES DA CUNHA MARQUES
Data: 23/06/2026 13:46:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Profª. Drª. Angelica Alves da Cunha Marques - Presidente
Convênio MCT/IBICT-UFRJ/ECO

gov.br Documento assinado digitalmente
FABIO CASTRO GOUVEIA
Data: 23/06/2026 15:15:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Prof. Dr. Fábio Castro Gouveia – Membro Interno
Convênio MCT/IBICT-UFRJ/ECO

gov.br Documento assinado digitalmente
PRISCILA MACHADO BORGES SENA
Data: 23/06/2026 15:25:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Profª. Drª. Priscila Machado Borges Senna – Membro Interno
Convênio MCT/IBICT-UFRJ/ECO

gov.br Documento assinado digitalmente
NATALIA BOLFARINI TOGNOLI
Data: 25/06/2026 06:44:03-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Profª. Drª. Natália Bolfarini Tognoli – Membro Externo
PPGCI-Universidade Federal Fluminense (UFF)

gov.br Documento assinado digitalmente
FLAVIO LEAL DA SILVA
Data: 26/06/2026 08:52:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Prof. Dr. Flávio Leal da Silva – Membro Exterr
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Dedico este trabalho à Victoria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por estar sempre ao meu lado — se não para escrever a tese, para todas as outras coisas. Agradeço, em especial, à minha filha. Não foi ela a razão para eu começar o doutorado, visto que ainda não havia nascido, mas certamente foi um motivo para terminá-lo.

Agradeço à minha orientadora, Prof.ª Drª Angelica. Passados quatro anos de pesquisa e de incontáveis decisões tomadas, sinto que a escolha da orientadora foi uma das mais acertadas. Encontrei uma professora acessível, direta, extremamente minuciosa em suas revisões e que nunca me apontou um caminho: orientou-me para que eu mesmo o descobrisse. Agradeço também aos professores que aceitaram participar da qualificação e da defesa, oferecendo suas valiosas contribuições.

Por fim, agradeço aos colegas de Ibict nessa jornada, em especial aos amigos Felipe e Tiago, por trazerem um pouco de comicidade ao longo desses quatro anos.

[...] *es necesario revolver los archivos, exhumar los documentos para que nuestro pueblo, nuestra generación de hoy tenga una clara idea de cómo gobernaban los imperialistas, qué tipo de memorándums, qué tipo de papeles y qué tipo de insolencias usaban para gobernar a este país, al que se pretendía llamar país libre, independiente y soberano; para que nuestro pueblo conozca qué clase de libertadores eran esos, los procedimientos burdos y repugnantes que usaban en sus relaciones con este país, que nuestra generación actual debe conocer. Y si no los conoce, su conciencia revolucionaria no estará suficientemente desarrollada. Si las raíces y la historia de este país no se conocen, la cultura política de nuestras masas no estará suficientemente desarrollada. Porque no podríamos siquiera entender el marxismo, no podríamos siquiera calificarnos de marxistas si no empezásemos por comprender el propio proceso de nuestra Revolución, y el proceso del desarrollo de la conciencia y del pensamiento político y revolucionario en nuestro país durante cien años (APLAUSOS). Si no entendemos eso, no sabremos nada de política.* (Cuba…, 1968)

RESUMO

A colonialidade e a descolonialidade como conceitos surgem a partir da necessidade de expandir e qualificar a crítica à Modernidade. Para além do capital, a matriz de poder colonial determina a Filosofia, a cultura, as ciências, as artes, a memória e as práticas nos arquivos. Partindo dessa premissa, esta tese almejou propor um instrumento teórico-metodológico, fundamentado em princípios descoloniais, destinado à avaliação de ações, políticas e iniciativas arquivísticas institucionais. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, com o foco direcionado em estudo de caso, majoritariamente à análise de conteúdo. O estudo de caso, para o qual se direciona a aplicação do instrumento, investiga se o Arquivo Nacional se aproximou de uma perspectiva descolonial na celebração do Bicentenário da Independência do Brasil, em 2022. Analisa o seu calendário de eventos para ponderar a presença de elementos como narrativas contra hegemônicas, em contrapeso às memórias de Estado, nacionais e oficiais já consolidadas; a participação direta de minorias sociais no planejamento e na execução das atividades, acessibilidade linguística e, sobretudo, os impactos materiais das ações. Partimos de uma dupla hipótese: no campo científico, a produção acadêmica nacional da Arquivologia passa ao largo da abordagem descolonial, com poucos ou nenhum trabalho que a reivindique. Internacionalmente, embora mais disseminada, a referida produção carece de uma base teórica bem delimitada, confundindo-se, em muitos casos, com outras abordagens ancoradas nos estudos críticos da Arquivologia. No que se refere às práticas governamentais e à análise do estudo de caso selecionado, entendemos que as maiores ações (e inações) do Estado brasileiro, voltadas aos arquivos do período colonial, se alinham às perspectivas eurocêntricas. E que os esforços empreendidos, até então, convergem com os da antiga metrópole na tentativa de cristalizar um pioneirismo lusitano nas conquistas da Idade Moderna. Paralelamente, busca-se celebrar uma fraternidade luso-brasileira, que em nada remete à relação conflituosa e traumática estabelecida nas conquistas do além-mar. Um dos indícios que apontam nessa direção é a própria origem dos maiores programas voltados ao patrimônio documental brasileiro, dado que surgem a reboque de protocolos de colaboração ou programas de comemorações do Estado português. Assim, a segunda hipótese indica que, por estarem inseridas em um quadro mais

amplo, de comemorações planejadas pela administração Jair Bolsonaro, em meio a uma retórica colonial, as ações do Arquivo Nacional se mostram tímidas, com pouca ou nenhuma aderência aos princípios descoloniais. Os resultados demonstram que a produção nacional é incipiente, e a internacional carece de rigor teórico. Após a aplicação do instrumento construído no estudo de caso, verifica que houve alguns acenos à construção de narrativas subalternas, como o papel de mulheres, negros e indígenas no processo de Independência. As ações, porém, não se inserem em um direcionamento geral descolonial, tampouco, superam a barreira do simbólico.

Palavras-chave: Descolonialidade; Decolonialidade; Arquivologia Crítica; Bicentenário da Independência; Arquivo Nacional (Brasil).

ABSTRACT

Coloniality and decoloniality as concepts emerge from the need to expand and qualify the critique of Modernity. Beyond capital, the colonial matrix of power shapes philosophy, culture, sciences, arts, as well as memory and archival practice. Based on this premise, this thesis aimed to propose a theoretical-methodological instrument, grounded in decolonial principles, designed to evaluate institutional archival actions, policies, and initiatives. This is an exploratory, qualitative research study, with a focus, through a case study, primarily on content analysis. The case study, for which the instrument's application is intended, investigates whether the National Archives of Brazil approached a decolonial perspective in its celebration of the Bicentennial of Brazil's Independence in 2022. It analyzes its event calendar in order to assess the presence of elements such as counter-hegemonic narratives, as a counterbalance to already consolidated state, national, and official memories; the direct participation of social minorities in the planning and execution of activities; linguistic accessibility; and, above all, the material impacts of the actions. We start from a double hypothesis: in the scientific field, the national academic production of Archival Science remains aloof from the decolonial approach, with few or no works that claim it. Internationally, although more widespread, this production lacks a well-defined theoretical basis, being confused, in many cases, with other approaches anchored in critical archival studies. Regarding governmental practices and the analysis of the selected case study, we understand that the major actions (and inactions) of the Brazilian State regarding archives from the colonial period align with Eurocentric perspectives. And that the efforts undertaken so far converge with those of the former metropolis in attempting to crystallize a Lusitanian pioneering spirit in the conquests of the Modern Age. In parallel, it seeks to celebrate a Luso-Brazilian fraternity that in no way refers to the conflictual and traumatic relationship established in the overseas conquests. One of the signs pointing in this direction is the very origin of the largest programs focused on Brazilian documentary heritage, given that they emerge in the wake of collaboration protocols or commemoration programs of the Portuguese State. Thus, the second hypothesis indicates that, because they are inserted within a broader framework of commemorations planned by the Jair Bolsonaro administration, amid a colonial rhetoric, the actions of the Brazilian National Archives are timid, with little or no

adherence to decolonial principles. The results demonstrate that national production is incipient, and international production lacks theoretical rigor. After applying the instrument constructed in the case study, it verifies that there were some gestures toward the construction of subaltern narratives, such as the role of women, black people, and indigenous peoples in the Independence process. The actions, however, do not fit into a general decolonial direction, nor do they overcome the symbolic barrier.

Keywords: Decoloniality; Colonial Archives; Critical Archival Studies; Brazilian Bicentenary of Independence; National Archives of Brazil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Termos e resultados na plataforma BRAPCI 30
Tabela 2 — Termos e resultados na plataforma SciELO 31
Tabela 3 — Termos e resultados na plataforma LISTA 31
Tabela 4 — Termos e resultados na plataforma CAPES - Periódicos 31
Tabela 5 — Termos e resultados na plataforma CAPES - Teses e dissertações 32

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 — Universidades afiliadas x países de origem 68
Gráfico 2 — Revistas/editoras x países de origem 69
Figura 1 — Dimensões da análise descolonial 85
Figura 2 — Natureza das ações descolonizadoras 86
Figura 3 — “Arquivos coloniais, arquivos pós-coloniais” 136
Figura 4 — “O projeto luso-brasileiro” 137
Figura 5 — "O mito das três raças e o apagamento dos conflitos” 138
Figura 6 — "As exposições virtuais e a difusão de conhecimento" 138
Figura 7 — “A mulher, o indígena e o negro no processo de independência” 139
Figura 8 — "Guerras de independência: ação e reação" 140
Figura 9 — "As comemorações da Independência, 1922-1972" 141
Figura 10 — Indígenas na exposição “1822-2022: Quem são os brasileiros” 142
Figura 11 — Afro-brasileiros na exposição “1822-2022: Quem são os brasileiros” 142
Figura 12 — Especial Bicentenário - Temas do Brasil Oitocentista 145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Relação de objetivos, metodologia e tipos de pesquisa 34
Quadro 2 — Comparativo entre epistemologias críticas do Sul, pós e descoloniais 54
Quadro 3 — Perfil dos membros do Grupo Colonialidade/Modernidade 70
Quadro 4 — Noções de descolonialidade em arquivos 81
Quadro 5 — Princípios norteadores da matriz teórico-metodológica 118
Quadro 6 — Quesitos de pluralidade epistêmica 119
Quadro 7 — Quesitos de sub-representatividade 119
Quadro 8 — Quesitos de linguagem crítica e acessibilidade 120
Quadro 9 — Qualificador de impacto material 121
Quadro 10 — Análise à luz da matriz teórico-metodológica descolonial 151
Quadro A1 — Publicações na base CAPES 185
Quadro A2 — Publicações no Catálogo de Teses e Dissertações CAPES 187
Quadro A3 — Publicações na base SCIELO 188
Quadro A4 — Publicações na base LISTA 189
Quadro A5 — Publicações em coletâneas 191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COLUSO	Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
DIBRARQ	Diretório Brasil de Arquivos
EUA	Estados Unidos da América
e-Arq Brasil	Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos
FAB	Força Aérea Brasileira
FCO	Foreign and Commonwealth Office
FSM	Fórum Social Mundial
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDF	Israel Defense Forces
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
ISAD (G)	General International Standard Archival Description
IVA	Ilhas Virgens Americanas
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LISTA	Library, Information Science & Technology Abstracts
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
M/C	Grupo Modernidade/Colonialidade
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul

NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
OAIS	Open Archival Information System
OFA	Office of Federal Acknowledgment
PNAAM	Protocols for Native American Archival Materials
PRO	Public Records Office
SAA	Society of American Archivists
SciELO	Scientific Electronic Library Online
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
VMD	Viceministerio de Descolonización

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 19

2 METODOLOGIA 29

3 O PENSAMENTO DESCOLONIAL 35

3.1 A crítica anticolonial: de Bolívar a Fanon 37

3.2 O Grupo de Estudos Subalternos e a "opção descolonial" latino-americana 47

4 E OS ARQUIVOS COM ISSO? 57

4.1 O Estado, os arquivos e as lutas contra-hegemônicas 58

4.2 Descolonialidade em arquivos: panorama da literatura 66

4.3 Arquivos coloniais e a necessidade de uma nova práxis 73

4.4 Colonialidade e sub-representatividade 87

4.5 Colonialidade e deslocamento 92

4.6 Colonialidade e o viés estrutural (e estruturante) 101

4.7 Notas sobre a literatura e a pertinência para os arquivos brasileiros .. 108

4.8 Elementos para um instrumento teórico-metodológico 116

5 DUZENTOS ANOS DE HISTÓRIA(S) PARA CONTAR: A CELEBRAÇÃO DO BICENTENÁRIO PELO ARQUIVO NACIONAL 122

5.1 O V Centenário do Descobrimento do Brasil e um breve histórico de ações arquivísticas: diplomacia, ideologia e festividades obsoletas 123

5.2 O contexto das comemorações do Bicentenário da Independência: Coração de Dom Pedro, Espada de Bolívar 128

5.3 O calendário de ações do Arquivo Nacional 1133

5.3.1 O ciclo de debates e a exposição 135

5.3.2 As edições temáticas 143

5.3.3 A publicação "Guerras da Independência do Brasil" 146

5.3.4 Análise dos eventos à luz da matriz teórico-metodológica descolonial. 147

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 155

REFERÊNCIAS 161

APÊNDICE A - Publicações na base CAPES ……182
APÊNDICE B - Publicações no Catálogo de Teses e Dissertações CAPES…...184
APÊNDICE C - Publicações na base SCIELO ……185
APÊNDICE D - Publicações na base LISTA ……186
APÊNDICE E - Publicações em coletâneas ……188
APÊNDICE F - Resposta aos questionamentos sobre a exposição "1822-2022: Quem são os brasileiros" ……191
ANEXO A - Compromissos temáticos originais do Arquivo Nacional (2021).....193
ANEXO B - Calendário de eventos do Arquivo Nacional (2022).....194

1 INTRODUÇÃO

Em 1958, às vésperas da estreia do Brasil na Copa do Mundo de Futebol, o cronista Nelson Rodrigues recorreu ao campo da Psicologia para interpretar os fracassos recentes da seleção brasileira. Segundo o autor, uma espécie de desordem mental coletiva se manifestava sempre que os brasileiros se deparavam com adversários por ele descritos como “louros e sardentos” (Rodrigues, 1993, p. 61). Nessas circunstâncias, os jogadores seriam tomados por sentimentos de inferioridade, pessimismo e desconfiança, capazes de neutralizar até mesmo a superioridade técnica e o talento reconhecidamente presentes na equipe nacional.

Poucas partidas depois, ainda durante a Copa da Suécia, esse imaginário de derrota seria simbolicamente superado pelo desempenho de jogadores negros como Pelé, Didi e Garrincha. O chamado “complexo de vira-latas”, contudo, não deixou de ser mobilizado no debate público brasileiro, aparecendo recorrentemente em conversas, lares e bares sempre que emergiam assimetrias na autopercepção nacional diante de outros povos, sobretudo aqueles associados ao Norte Global. Ao mirar num simples torneio esportivo, Nelson Rodrigues acabou por captar um fenômeno mais amplo, profundo e duradouro, que extrapolava em muito as quatro linhas do futebol.

Não muito longe e apenas seis anos antes da crônica, o psiquiatra, filósofo e revolucionário martinicano Frantz Fanon lançava a obra “Pele Negra, Máscaras Brancas”. Nela, o autor esmiuçou os efeitos psicológicos infligidos aos povos negros em decorrência do racismo estrutural e da desumanização inerentes às situações de domínio colonial. E inferiu que o olhar dos negros colonizados sobre os brancos e sobre si mesmos tinha sua razão de ser na imposição de um mundo moderno, capitalista, colonial, branco e europeu sobre seus povos (Fanon, 2008).

Por mais dessemelhantes que possam ser Rodrigues e Fanon, e por mais que o primeiro tenha se limitado a breves e despretensiosas crônicas esportivas regionais, ambos perceberam marcas tão profundas, deixadas pela colonização, que moldaram

até mesmo a identidade de seus povos, de tal forma que nem mesmo um processo de independência, por si só, seria capaz de reverter[1] .

Décadas mais tarde, com a ascensão dos movimentos de emancipação das colônias asiáticas/africanas e com a conjuntura política da Guerra Fria, os argumentos anticoloniais ganhariam força, profundidade, e passariam a circular também nos ambientes acadêmicos por meio das ideias pós-coloniais e descoloniais. Como parte desse esforço, o termo colonialidade foi introduzido pelo peruano Anibal Quijano ao fim dos anos 1980, e faz referência aos desdobramentos econômicos, políticos e sociais do colonialismo nas estruturas do mundo moderno. A colonialidade, ainda em Quijano e outros teóricos inscritos no Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), pode se expressar de variadas formas, articuladas sobre dois eixos: do poder e do saber (Ballestrin, 2013).

Na colonialidade do poder, manifestam-se a dominação econômica e as estruturas do mundo moderno que mantém as relações de exploração desenhadas no período colonial (Quijano, 2005). Na colonialidade do saber, manifesta-se a dominação epistemológica que consiste na hierarquização dos saberes, que privilegia a perspectiva civilizatória eurocêntrica e que resulta na subjugação, na negação e no apagamento de outras formas de conhecimento (Lander, 2005).

Descolonialização, por sua vez, é o conceito utilizado pelo grupo M/C para romper com as ideias edificadas em cima da universalidade, da lógica moderna e colonial. Adotar uma perspectiva descolonial significa não perder de vista os efeitos permanentes do passado colonial e sobretudo do eurocentrismo, do patriarcalismo, do racismo no nosso modo de pensar, na nossa identidade, na forma de fazer ciência, de construir nossa memória e até mesmo nas tentativas de escapar destas matrizes (Mignolo, 2013).

Ao mobilizar os conceitos de colonialidade e descolonialidade[2], acessamos um instrumental importante para a compreensão dos vínculos entre passado e presente nas estruturas de dominação do mundo moderno. Para Rojas e Restrepo (2012), colonialidade é um fenômeno histórico complexo que se estende para além do

[1] Fanon jamais chegou a ver sua terra natal se desvencilhar da metrópole francesa. Nem poderia, pois ainda hoje Martinica é um território ultramarino francês. Rodrigues, por sua vez, olhava para um país já com mais de 100 anos de independência.

[2] Para entendimento do leitor, os termos decolonial e descolonial possuem o mesmo sentido, estando ambos adequados para esta tese, na nossa visão. Reconhecemos, entretanto, que há um debate terminológico em torno da questão, que abordaremos na subseção 3.2.

colonialismo, referindo-se a um padrão de relações de poder que persegue a naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais, de gênero e epistêmicas.

Sob esta ótica, extrapolando o colonialismo e mesmo o eurocentrismo, em leituras mais recentes, a descolonialidade também se materializa como instrumento de análise do neocolonialismo, do imperialismo e dos processos de exclusão política e econômica das minorias sociais no tempo presente.

Em nossas próprias fronteiras, as opressões de classe, gênero, raça e sexualidade também delimitam a nossa visão de mundo, alimentam as desigualdades e cristalizam o saber eurocentrado, o *status quo* e o modo de vida capitalista ocidental. O Brasil foi uma colônia do século XVI ao XIX e, ao longo desse período, a máquina colonial portuguesa conduziu a sociedade brasileira a um modelo agrário, patriarcal e racista, encontrando, no genocídio indígena, na escravidão negra e na exploração e repressão de seus colonos, um meio para a imposição de seus interesses políticos e econômicos. Um processo que deixou profundas marcas em todos os aspectos que entendemos hoje compor a identidade nacional.

Passada a independência formal, ainda reconhecemos estas marcas em diversos aspectos da sociedade: no vocabulário, na culinária, na cultura, na religião, nas características físicas do povo brasileiro, na economia, na distribuição (ou concentração) de renda e fundiária, na arquitetura, nos títulos e nos privilégios. Com menor facilidade, entretanto, reconhecemos a herança colonial manifestada na hierarquização dos saberes, na naturalização das opressões de gênero e raça e na mentalidade colonial e dependente que, por diversos meios, influenciam hoje em nossas escolhas políticas. Também por ela, passa a construção da nossa memória e a forma como interpretamos e contamos a nossa História.

Nessa seara, os arquivos oficiais e não-oficiais, patrimonializados ou não, organizados ou simplesmente acumulados, dispersos ou reunidos, acessíveis ou inacessíveis, são parte fundamental na construção e sustentação de narrativas contra-hegemônicas, que buscam de forma intencional e sistemática minimizar ou reverter o processo de silenciamento reservado às classes desprivilegiadas.

Isto posto, a discussão em torno da descolonialidade na academia brasileira não constitui uma novidade. Ao contrário, o tema se expandiu com enorme velocidade nos últimos anos, de forma a atingir quase todas as áreas do conhecimento, alcançando até mesmo as chamadas ciências duras. Não é raro encontrar artigos que

postulam uma abordagem descolonial para a Física, Química, Biologia e, mesmo, a Matemática. Todavia, é inegável que foi nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas que o tema encontrou solo profícuo, desdobrando-se em análises teóricas e metodológicas diversas. Em razão disso, entendemos que seria possível até argumentar que a presente pesquisa se insere em um movimento de adesão a um modismo acadêmico contemporâneo, não fossem dois apontamentos:

1) a Arquivologia brasileira, até o momento, permanece relativamente alheia às discussões descoloniais. E mesmo quando ampliamos o olhar para o contexto internacional, a produção acadêmica dedicada a esta temática é recente e, ainda, incipiente. Diante disso, não estão postas, na área, as contradições evidentes entre o reconhecimento dos arquivos como elementos fundamentais na construção de memória e identidade dos povos e o caráter excessivamente técnico da formação e atuação dos profissionais e instituições que ainda hesitam em adotar uma conduta proativa em direção à uma abordagem descolonial.

2) Ao discutir o que seria descolonialidade em arquivos, esta tese não busca uma transposição direta ou uma adaptação acrítica da teoria descolonial para a área, mas uma abordagem que compreenda os limites da descolonialidade e a necessidade de integrá-la a outros elementos da tradição teórica anti-colonialista e anti-imperialista, sobretudo latinoamericanas. A discussão contextualizada no Brasil presente é essencial e, em certa medida, até mesmo tardia, pois os reflexos do colonialismo se naturalizam cada vez mais nos fazeres arquivísticos, muitas vezes sob vestes de aparente neutralidade e objetividade. Mais ainda quando observamos que, para além da influência histórica colonial e eurocêntrica, as instituições de memória como arquivos, museus e bibliotecas brasileiras são influenciadas sobremaneira também pela conjuntura governamental imediata.

Em um momento de perceptíveis mudanças na correlação de forças políticas no Brasil (e em várias partes do mundo), com a consolidação de uma nova onda conservadora e uma consequente guinada na Janela de Overton[3] em direção à aceitação de ideias da extrema-direita do espectro político (Montero; Laforgue-Bullido;

[3] Janela de overton é um conceito criado por Joseph Overton para explicar o grau de aceitação de determinadas ideias pela sociedade em determinado momento, podendo essas serem categorizadas em inadmissíveis, radicais, polêmicas e senso comum (Montero; Laforgue-Bullido; Abril-Hervás, 2022).

Abril-Hervás, 2022), percebemos uma escalada na hostilidade aos direitos de minorias, aos movimentos sociais, sindicais e às redes de proteção social e ambiental.

Nesse sentido, não há apenas uma oportunidade, mas uma necessidade de impulsionar o debate descolonial, reconhecendo e promovendo a efetividade desses direitos. No Brasil atual, é possível identificar ao menos três perspectivas em que prosperam as investidas neocoloniais/imperialistas: o horizonte econômico, o ambiente político interno e a geopolítica. Juntas, compõem uma paisagem que repercute diretamente nas instituições e nos profissionais arquivistas brasileiros.

Em tal momento histórico, surgem tarefas imediatas ao arquivista para pensar e praticar os seus fazeres de forma a transgredir a lógica colonial. Torna-se cada vez mais necessário pensar no que seria uma abordagem conscientemente descolonial nas descrições arquivísticas, nas avaliações documentais e nos recortes temáticos de exposições e publicações, na definição de prioridades para o acesso virtual, na difusão de acervos, nas iniciativas de premiações, nos eventos e debates promovidos na área.

Ou seja, descobrir e pôr em foco narrativas que se mostram ameaçadas, em oposição à uma suposta neutralidade que geralmente o ambiente institucional evoca, e compreender que esta neutralidade nada mais é que uma forma de manter as instituições como fiadoras de um projeto de afirmação e dominação colonial, imperial, classista, racial e de gênero. O mesmo se aplica aos eventos de lembrança, memória e às datas comemorativas, que tendem a cristalizar as formas de opressão do passado, raramente sendo capazes de se relacionar e dialogar com as situações de opressão do presente.

É necessário compreender, também, como as abordagens descoloniais em arquivos podem transcender o universo simbólico e narrativo, de maneira a auxiliar em demandas materiais, estruturais e concretas de povos originários, comunidades tradicionais, pretos, LGBT+ e outros, que visem à reparação de direitos, responsabilização de violações, resolução de disputas territoriais, políticas e financeiras.

Ao procedermos assim, estamos comprometidos em reconhecer que 1) o arquivista, ao tempo em que exerce o seu ofício, não o faz de forma exclusivamente técnica, isenta ou neutra, mas a partir do contexto social em que inevitavelmente está inserido; e 2) os próprios arquivos e as instituições arquivísticas, como todas as

instituições, são construções sociais e estão igualmente inseridas no mesmo contexto histórico e social de seu tempo. Como os arquivistas, estão igualmente sujeitas a reproduzir ideologias dominantes em suas diretrizes, estruturas, políticas, ações e missões.

Estabelecer essas premissas é fundamental, uma vez que a abordagem descolonial nas Ciências Sociais exige do pesquisador o compromisso primário de explicitar as camadas ideológicas que afetam o seu objeto de pesquisa, determinado(s) grupo(s) ou prática(s) social(is). Para além de desnudar tais camadas, é fundamental que se proponham soluções no sentido de problematizá-las.

Igualmente importante é esclarecer que, apesar de o conceito de descolonialidade ainda não ter sido muito abordado na Arquivologia brasileira, muitas ações empreendidas nos arquivos recentemente possuem evidente natureza descolonial, anti-imperialista ou anti-colonialista, no sentido de que buscam iluminar relações e estruturas dominantes, por mais que não se reivindiquem como tal. Assim, travar lutas políticas e administrativas para preservar e ampliar o que já se tem feito em iniciativas como o portal Memórias Reveladas do Arquivo Nacional (Arquivo Nacional, 2009), por exemplo, é igualmente relevante no processo de contrapor narrativas hegemônicas e/ou recheadas de inverdades históricas. Seminários e publicações de coletâneas temáticas em conjunto com organizações sindicais e movimentos negros e LBGT+ também têm oferecido à sociedade novas formas de se pensar as relações entre trabalho, gênero e raça no mundo dos arquivos e, por que não, no Brasil[4]. Manter e reforçar esses laços deve ser um objetivo a ser perseguido.

Com base nestes **pressupostos**, esta tese tem como **tema central** a abordagem descolonial para arquivos no Brasil, vislumbrando compreender por que o tema é (ou deveria ser) tão caro à Arquivologia e às instituições e profissionais da área. Partimos do entendimento que a colonialidade se manifesta, ainda hoje, dois séculos após a independência formal do Brasil, de forma vigorosa no imaginário dos brasileiros e das instituições do Estado, refletindo, inevitavelmente, nas (não) políticas

[4] Em setembro de 2008, foi realizado o Primeiro Seminário Internacional "O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos", promovido pelo Arquivo Nacional, pela Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). O evento contou com a participação de mais de 50 entidades sindicais, além de associações profissionais, partidos políticos, arquivos públicos e privados, entre outros (Arquivo Nacional, 2008).

de arquivo, nos eventos de comemoração e nos discursos oficiais, que por sua vez retroalimentam a permanência do *status quo*.

Na literatura internacional, quando autores falam em descolonizar arquivos, muitas vezes recorrem a exemplos de ações privadas, descentralizadas e desconectadas do poder público[5]. O direcionamento é coerente com uma estratégia em que, muitas vezes, o alvo é a narrativa oficial, patrocinada pelo Estado, vinculada às suas instituições e enraizada na sociedade há décadas, ou até mesmo séculos. Nesse cenário, arquivos pessoais, comunitários, de igrejas e de outras instituições privadas surgem como alternativas para apoiar uma pluralidade de narrativas.

Entretanto, ainda que pareça evocar um paradoxo, devemos atentar para as possibilidades de descolonizar arquivos também e, principalmente, a partir do Estado. Abordá-lo como um bloco coeso, impermeável a reivindicações, disputas e conflitos significa negar, *a priori*, que qualquer política, ação ou iniciativa pública, ainda que possua características e requisitos descoloniais, possa sê-lo.

Partimos de uma dupla **hipótese**: no campo científico, a produção acadêmica nacional da Arquivologia passa ao largo da abordagem descolonial, com poucos ou nenhum trabalho que a reivindique. Internacionalmente, embora mais disseminada, a referida produção carece de uma base teórica bem delimitada, confundindo-se, em muitos casos, com outras abordagens ancoradas nos estudos críticos da Arquivologia[6].

No que se refere à práticas governamentais e à avaliação do estudo de caso selecionado, entendemos que as maiores ações (e inações) do Estado brasileiro, voltadas aos arquivos do período colonial, se alinham às perspectivas eurocêntricas. E que os esforços empreendidos, até então, convergem com os da antiga metrópole na tentativa de cristalizar um pioneirismo lusitano nas conquistas da idade moderna. Paralelamente, busca-se celebrar uma fraternidade luso-brasileira, que em nada remete à relação conflituosa e traumática estabelecida nas conquistas do além-mar. Um dos indícios que apontam nessa direção é a própria origem dos maiores programas voltados ao patrimônio documental brasileiro, dado que surgem a reboque

[5] Ver, por exemplo, a coletânea "*Decolonising archives*" (Ištok, 2016).
[6] Estudos de natureza emancipatória que objetivam transformar a prática arquivística e a sociedade em geral. Dentro dessa concepção, podem adotar diferentes enfoques teóricos, como os feministas, queer, pós-coloniais, descoloniais, entre outros (Alencar *et al*., 2023; Caswell; Punzalan; Sangwand, 2017).

de protocolos de colaboração ou programas de comemorações do Estado português (Brasil; Portugal, 1995; Ministério da Relações Exteriores, 2021).

Assim, a segunda hipótese indica que, por estarem inseridas em um quadro mais amplo, de comemorações planejadas pela administração Jair Bolsonaro, em meio à uma retórica colonial (Senra, 2019; Sorano, Néri, 2019), as ações do Arquivo Nacional devem mostrar-se tímidas, com pouca ou nenhuma aderência aos princípios descoloniais.

Norteados por estas reflexões, pensamos no Estado brasileiro, nas suas instituições de arquivo e nos arquivos de suas instituições. Como essas instâncias têm lidado com o longo legado colonial? Mais especificamente, como têm olhado para o patrimônio documental arquivístico que testemunha as relações de poder e opressão que caracterizou o Brasil até o século XIX? E ainda: é possível atuar profissionalmente de forma a minimizar o peso colonial dos e nos arquivos? Se sim, quais os valores que os arquivistas e pesquisadores devem pactuar ao optarem por abordagens descoloniais/pós-coloniais/anti-coloniais?

Uma vez definidos estes valores, caberá olhar para a teoria arquivística e reexaminar os seus princípios, os conceitos e as funções mais elementares à luz do pensamento descolonial, para que possam ser atualizados e aprimorados, se for o caso, frente às novas demandas. Territorialidade, proveniência, descrição, respeito aos fundos, contencioso arquivístico e jurisdição arquivística são apenas alguns dos possíveis impactados.

Assim, o **objetivo geral** deste trabalho consiste em propor um instrumento teórico-metodológico, fundamentado em princípios descoloniais, destinado à avaliação de ações, políticas e iniciativas arquivísticas institucionais. Para sustentar e verticalizar o objetivo geral, a pesquisa possui como **objetivos específicos**:

a) analisar as origens, os marcos teóricos e a trajetória histórica do pensamento anticolonial, pós-colonial e descolonial, situando os seus principais autores, conceitos e deslocamentos epistemológicos;

b) mapear e buscar um panorama do estado da arte das abordagens descoloniais na Arquivologia;

c) testar o instrumento teórico-metodológico em um estudo de caso empírico,avaliando a sua aplicabilidade

d) e analisar criticamente o caso selecionado: o calendário de eventos planejados pelo Arquivo Nacional para celebrar o Bicentenário da Independência do Brasil.

Além desta introdução, esta tese possui quatro seções. Na seção 2, explanaremos os percursos e percalços metodológicos que fizeram parte deste trabalho, apresentando os métodos de coleta em *sites* e bancos de dados, palavras-chave utilizadas e todo o caminho que levou à seleção e análise dos artigos científicos, dados e documentos que compuseram a análise bibliográfica e documental. Fará parte deste esforço, inicialmente, situar as origens do pensamento descolonial e suas trajetórias, de forma a compreender os seus principais conceitos e desdobramentos no campo arquivístico. Mais do que explicitar os métodos, serão esclarecidas as escolhas que se fizeram necessárias, tendo em vista os objetivos estabelecidos. Também serão explicados os mecanismos pensados para a análise dos eventos de forma a classificá-los (ou não) em uma abordagem descolonial.

Na seção 3, abriremos a discussão teórica, debulhando o fio do pensamento descolonial desde as origens dos argumentos anti-coloniais aos estudos pós-coloniais e descoloniais, destacando a influência dos movimentos emancipatórios da África, Ásia e América Latina, e demonstrando as virtudes e as fragilidades na mobilização desta abordagem para a tese. Ademais, não deixaremos de tecer um olhar brasileiro sobre a descolonialidade, considerando que a colonização portuguesa no Brasil é um caso *sui generis* no mundo, onde, pela primeira e única vez, uma colônia tornou-se Reino e passou a sediar uma corte europeia. Tampouco partilhamos uma herança cultural ou linguística com a América Hispânica. É preciso desenvolver um olhar próprio a partir das experiências brasileiras.

Na seção 4, nos dedicaremos a escrutinar os elos possíveis entre o pensamento descolonial e os arquivos no que toca à construção da memória, da identidade e do conhecimento. Abordaremos a Arquivologia no Ocidente enquanto saber do Estado, fortemente vinculada às instituições de arquivo, configurada a partir do Estado moderno europeu e, sobretudo, das práticas e necessidades organizacionais oriundas da Revolução Francesa. Também serão discutidas as imbricações do pensamento descolonial na teoria e nos fazeres arquivísticos, e quais os caminhos possíveis para uma nova práxis.

Na seção 5, traçaremos um histórico das políticas públicas de arquivo voltadas ao arquivo colonial. Serão abordados, ainda que brevemente, os protocolos de colaboração com Portugal, o Projeto Resgate Barão do Rio Branco, o Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem e a Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO).

Depois, nos dedicaremos a analisar as Comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil à luz da perspectiva descolonial, com foco no calendário de ações do Arquivo Nacional – ciclos de debates, filmes, exposições, lançamentos bibliográficos, concursos e outras atividades previstas para o ano de 2022. Esperamos, assim, ter elementos suficientes para identificar se e como é possível pensar em políticas de arquivo que contraponham a mentalidade colonial.

Por fim, apresentaremos as conclusões e percepções acerca da pesquisa, refletiremos sobre questões que tenham surgido no decorrer do estudo e faremos um balanço dos objetivos traçados e do que foi alcançado, oferecendo, também, perspectivas de desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema.

2 METODOLOGIA

Dada a pouca produção acumulada sobre o tema na área, sobretudo nacionalmente, a pesquisa possui caráter majoritariamente exploratório. No concernente à metodologia, a abordagem desta pesquisa se caracteriza como qualitativa, com o foco direcionado, no estudo de caso, majoritariamente à análise de conteúdo, ou seja, ao conjunto de técnicas de análise das comunicações (Bardin, 2016), sem triangulação de métodos, de documentos oficiais produzidos pelo Estado brasileiro (e, eventualmente, pelo Estado português).

Via de regra, a implementação de uma política necessita seguir os ritos burocráticos próprios da administração pública, o que invariavelmente resulta na documentação do processo. Assim, ao nos debruçarmos sobre os documentos oficiais, é possível analisar não apenas os resultados das políticas mas todo o processo de construção de agendas, de formulação das políticas, tomadas de decisão e a sua implementação. Uma vez garantido ao cidadão o direito de acesso à informação, o ciclo completo da política pública entra ao alcance do pesquisador.

Como parte fundamental deste trabalho, perseguiu-se um panorama da literatura sobre o que seria uma abordagem descolonial em arquivos. Para tanto, foram realizadas buscas em bancos de teses, dissertações e em bases de periódicos científicos nacionais e internacionais. Para as teses e dissertações, foram realizadas buscas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)[7]. As bases de periódicos utilizadas foram: a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI); o Portal de periódicos da CAPES; a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e a *Library, Information Science & Technology Abstracts* (LISTA)[8]. As pesquisas foram feitas em português, espanhol, inglês e francês, com base em combinações entre os termos “arquivo”, “colonial”, “decolonial”, “descolonial” e “pós-colonial”, considerando também suas flexões plurais.

[7] Pesquisa realizada no período de 24 a 25 de outubro de 2022 e revisada em 22 de outubro de 2024.

[8] As buscas nas bases foram feitas entre 24 e 25 de outubro de 2022 e revisada em 22 de outubro de 2024. Uma busca na base de dados *Library Information Science Abstract* (LISA) também estava prevista, mas não pôde ser realizada uma vez que a mesma não estava disponível pela CAPES no período, assim como outras bases representadas pela Proquest.

No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a busca priorizou, junto às palavras-chaves, o filtro por área de pesquisa. Uma vez que a abordagem descolonial é um tema transversal e pode alcançar todos os campos do conhecimento, esse recorte mostrou-se fundamental, tendo em vista a exequibilidade da pesquisa. Dada a natureza temática e o volume de produção científica da Arquivologia e das áreas correlatas, não houve necessidade de acrescentar recortes temporais. Os resultados foram compilados e armazenados em planilhas.

Concluída essa primeira fase, uma segunda filtragem se iniciou de forma manual em cada publicação, analisando o seu conteúdo de maneira a separar os trabalhos que de fato atendessem aos requisitos desejados dos que passaram no primeiro filtro, mas não interessavam à pesquisa. Essa segunda filtragem mostrou-se importante na medida em que o termo “arquivo” e suas flexões podem aparecer em diversos contextos em que os mesmos não são o objeto de uma pesquisa, mas a fonte primária de consulta. Da mesma forma, “decolonial”, “descolonial” e suas flexões podem direcionar para inúmeras abordagens que apenas situam eventos posteriores à passagem histórica da independência e não têm relação direta nem fazem menção aos estudos descoloniais. Nessa etapa, também foram eliminadas as duplicidades e redundâncias.Os resultados das duas etapas são apresentados nas tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1 - Termos e resultados na plataforma BRAPCI

BRAPCI			
Língua	**Palavras-chave/filtros**	**Resultados**	**De interesse**
Português	*COLONIAL AND ARQUIV*	27	0
Inglês	*colonial AND archiv*	21	0
Espanhol	*colonial* AND archiv*	21	0
Francês	*colonial* AND archiv*	0	0
TOTAL		69	0

Fonte: elaboração própria, 2024.

Tabela 2 - Termos e resultados na plataforma SciELO

SciELO			
Língua	**Palavras-chave/filtros**	**Resultados**	**De interesse**
Português	((decolonial) OR (decoloniais) OR (pós-colonial) OR (pós-coloniais)) AND (arquivos)	12	1
	((decolonial) OR (decoloniais) OR (pós-colonial) OR (pós-coloniais)) AND (arquivo)	8	1
	((descolonial) OR (descoloniais) OR (pós-colonial) OR (pós-coloniais)) AND (arquivos)	7	3
	((descolonial) OR (descoloniais) OR (pós-colonial) OR (pós-coloniais)) AND (arquivos)	7	3
Inglês	(decolonial) OR (postcolonial) AND (archives)	3	1
	(decolonial) OR (postcolonial) AND (archive)	7	2
Espanhol	(decolonial) OR (poscolonial) AND (archivos)	2	0
	(colonial) OR (poscolonial) AND (archivos)	2	0
Francês	(colonial) OR (postcolonial) AND (dossiers)	1	0
	(colonial) OR (postcolonial) AND (archives)	7	0
TOTAL		56	8 (+3 duplicados)

Fonte: elaboração própria, 2024.

Tabela 3 - Termos e resultados na plataforma LISTA

LISTA		
Palavras-chave/filtros	Resultados	De interesse
decolonial OR COLONIAL OR postcolonial AND archives or archival or archive + filtro assunto archives and decolonization	30	20
TOTAL	30	20

Fonte: elaboração própria, 2024.

Tabela 4 - Termos e resultados na plataforma CAPES - Periódicos

CAPES - Periódicos		
Palavras-chave/filtros	Resultados	De interesse
colonial E arquiv + filtro de assunto archives and records	11	2
colonial E archiv + filtros de assuntos archives and records / archives / decolonization	20	20

Fonte: elaboração própria, 2024.

Tabela 5 - Termos e resultados na plataforma CAPES – Teses e dissertações

CAPES – Teses e dissertações		
Palavras-chave/filtros	Resultados	De interesse
decolonial + filtro ciência da informação	11	2

Fonte: elaboração própria, 2024.

A partir do balanço teórico da literatura, avançou-se para o desenvolvimento de um instrumento avaliativo, do tipo matriz de aderência conceitual, para operacionalizar os principais conceitos associados à abordagem descolonial e aproximá-los de indicadores verificáveis, com vistas à aplicação em ações e políticas governamentais arquivísticas. Escolhemos o conjunto de ações do Arquivo Nacional, no contexto das comemorações do Bicentenário da Independência (2022), para testar o referido instrumento teórico-metodológico. Entre as referências teóricas utilizadas para esta etapa, destacamos Boaventura (2022), First Archivist Circle (2007), Montenegro (2019), Caswell (2019; 2021), Gak *et al*. (2021), Bak *et al*. (2017), Alencar, Tognoli e Cervantes (2023), Reijerkerk e Reed (2023).

Para operacionalizar os princípios descoloniais na matriz de aderência, optamos pela fundamentação nos procedimentos da análise de conteúdo conforme Bardin (2016). A escolha se justifica pela compatibilidade entre o método proposto pela autora e o objetivo deste estudo: avaliar a presença ou ausência de marcadores descoloniais em políticas ou ações arquivísticas.

A matriz é composta por quatro categorias analíticas, agrupadas tematicamente e definidas a priori, com base na análise da literatura descolonial em arquivos, que chamaremos de princípios: (1) Pluralidade epistêmica arquivística, (2) Sub-representatividade arquivística, (3) Linguagem crítica e acessibilidade arquivística e (4) Práxis descolonial arquivística.

Conforme Bardin, as categorias são classes que reúnem elementos em razão de características comuns, podendo ser estabelecidas antes da análise (dedutivas) ou emergirem dos dados (indutivas) (Bardin, 2016). Cada categoria se desdobra em subcategorias — que aqui serão denominadas quesitos — que funcionam como unidades de registro no sentido bardiniano, ou seja, visando a contagem frequencial (Bardin, 2016). Ao todo, onze quesitos se distribuem entre os quatro princípios.

Para cada quesito (unidade de registro), atribuímos uma variável de intensidade organizada em escala ordinal de três níveis: ausência (0), presença parcial (1) e presença (2). Tais níveis constituem as regras de enumeração do instrumento, inspiradas nas recomendações de Bardin (2016).

Ciente das dificuldades da empreitada, estabelecemos quesitos objetivos, tanto quanto possível, de forma a analisar elementos presentes na organização e execução dos eventos, bem como os enfoques temáticos e as narrativas propostas. Ainda que esse método seja imperfeito e admita falhas, foi fundamental como exercício empírico para este trabalho.

Para retomar o histórico de ações do Arquivo Nacional, voltadas para arquivos do período colonial, e com vistas apenas à contextualização das comemorações supramencionadas, a pesquisa teve como campo empírico majoritariamente documentos oficiais de referência, como marcos legais, relatórios de atividades e/ou atas de reunião disponíveis. Quase a totalidade dos documentos referidos pôde ser encontrada nos portais governamentais do Arquivo Nacional, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e de instituições parceiras ou conveniadas, quando aplicável.

Ao passo do avanço da pesquisa e das análises realizadas, mantiveram-se à vista as vantagens e desvantagens deste método. A maior vantagem, como já apontado, é a abundância de informações a serem estudadas. Outra vantagem, destacada por Bryman (2016), diz respeito ao caráter não-reativo de um documento em comparação a outros objetos de pesquisa: não foi criado pensando em pesquisas futuras e tampouco reage à presença do observador.

Para compreender em que grau o calendário de eventos do Arquivo Nacional, voltado para o Bicentenário da Independência, aderiu a uma perspectiva descolonial, as ações foram analisadas individualmente, em um primeiro momento, e em conjunto, em um segundo momento. Toda a análise foi pautada nos critérios explicitados na matriz de aderência conceitual, sistematizados após a revisão de literatura.

À exceção das atividades exclusivamente presenciais, como oficinas, todas podem ser encontradas nas plataformas oficiais da instituição, incluindo o *site*, o canal de vídeos *Youtube* e as mídias sociais como *Facebook* e *Instagram*. Dado o número contido de ações (13), analisamos detalhadamente cada uma delas. Entre outros atributos, buscamos critérios que refletissem suporte e protagonismo a narrativas contra-hegemônicas e subalternas (Santos, 2022). No caso brasileiro, dar visibilidade

a arquivos que colaborem na preservação de histórias de povos originários, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT+), negros, mulheres, trabalhadores, sem-terra etc.

Por fim, acreditamos que os atributos considerados neste trabalho para conduzir uma política ou ação descolonial de arquivos poderão servir, mais do que para analisar o passado, para basear formulações políticas e normativas futuras. Talvez esse seja o real valor de uma análise de políticas públicas: servir de insumo para a aprimoração das mesmas.

Quadro 1 – Relação de objetivos, metodologia e tipos de pesquisa

Objetivo	Procedimentos metodológicos	Tipo(s) de pesquisa
Caracterizar os aspectos, fundamentos e implicações da abordagem descolonial na Arquivologia, considerando as suas dimensões teóricas, metodológicas e institucionais.	Revisão crítica da literatura; análise conceitual; articulação entre teoria descolonial e Arquivologia	Pesquisa bibliográfica/teórica
Analisar as origens, os marcos teóricos e a trajetória histórica do pensamento anticolonial, pós-colonial e descolonial, situando os seus principais autores, conceitos e deslocamentos epistemológicos.	Revisão crítica da literatura clássica e contemporânea; análise conceitual e histórico-epistemológica; comparação entre correntes teóricas	Pesquisa bibliográfica/teórica; análise histórica
Mapear o panorama da literatura das abordagens descoloniais na Arquivologia	Levantamento sistemático de literatura nacional e internacional; análise temática e conceitual	Pesquisa bibliográfica
Construir um instrumento teórico-metodológico baseado em princípios descoloniais para avaliação de ações e políticas arquivísticas	Adaptação e conversão de princípios descoloniais em indicadores operacionalizáveis; elaboração de matriz de aderência conceitual	Pesquisa metodológica/aplicada
Testar o instrumento teórico-metodológico em um estudo de caso empírico	Aplicação da matriz de aderência; interpretação crítica de sua viabilidade	Pesquisa empírica; estudo de caso
Analisar criticamente as ações comemorativas do Bicentenário da Independência promovidas pelo Arquivo Nacional	Análise de documentos institucionais, materiais curatoriais, registros públicos e narrativas oficiais	Pesquisa documental

Fonte: elaboração própria, 2023.

3 O PENSAMENTO DESCOLONIAL

> Se o conceito de modernidade refere-se única ou fundamentalmente às idéias de novidade, do avançado, do racional-científico, laico, secular, que são as idéias e experiências normalmente associadas a esse conceito, não cabe dúvida de que é necessário admitir que é um fenômeno possível em todas as culturas e em todas as épocas históricas (Quijano, 2005, p. 122).

> A tese básica é a seguinte: a "modernidade" é uma narrativa europeia que oculta seu lado mais sombrio, a "colonialidade". A colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade — não há modernidade sem colonialidade (Mignolo, 2011, p.39, tradução nossa).

Muito embora o pensamento descolonial usualmente nos remeta ao fim dos anos 1980 e aos escritos de Aníbal Quijano[9] sobre Modernidade e América Latina, tanto Quijano quanto Mignolo[10] – e outros teóricos do grupo M/C – apoiaram-se em um lastro de produção de conhecimento de décadas, dentro e fora do ambiente acadêmico. Para desenvolver a proposição do chamado "giro descolonial", uma proposta de radicalização latinoamericana da crítica eurocêntrica pós-colonial, o grupo M/C bebeu da fonte de outros grupos de pesquisa e estudos pós-coloniais, que já teciam críticas vigorosas ao colonialismo e suas repercussões a partir das experiências africanas e asiáticas.

Os grupos pós-coloniais, por sua vez, foram precedidos e estruturados em paralelo ao acúmulo de teorias e experiências dos movimentos anticoloniais situados nas lutas emancipatórias no fim da Segunda Guerra Mundial. Fortemente influenciadas pelos escritos de revolucionários como Lênin, Mao Tse Tung, Ernesto Che Guevara, Amílcar Cabral, Ho Chi Minh e do filósofo Karl Marx, a luta à época se dava pela emancipação política, uma vez que dezenas de nações ainda eram subjugadas pela força às metrópoles, em sua maioria europeias.

Ao longo desta seção, retomaremos as origens do pensamento descolonial. Também apontaremos as limitações intrínsecas ao movimento, as críticas já estabelecidas na literatura e tentaremos uma aproximação com elementos que

---

[9] Sociólogo e teórico peruano de grande influência na teoria social latino-americana. Ao lado dos brasileiros Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, contribuiu para o desenvolvimento da Teoria da Dependência e, sobretudo, sua vertente mais radical, a Teoria Marxista da Dependência, nos anos 1960 e 1970. Posteriormente, elaborou o conceito de "colonialidade", elemento-chave do pensamento descolonial.

[10] Filósofo e teórico argentino, um dos principais articuladores do grupo M/C. Influenciado por Quijano, desenvolveu o argumento descolonial e a crítica à Modernidade enquanto projeto eurocêntrico.

agregam à interpretação das raízes da colonialidade bem como da busca pela sua superação.

Não menos importante, observando que o pensamento descolonial tem origens latinoamericanas e que a maior parte das publicações e pesquisas hoje é realizada em universidades e revistas americanas e europeias, pensaremos qual lugar se reserva a uma abordagem descolonial essencialmente brasileira.

Ainda que o seu território ocupe quase a metade da América Latina e a sua população seja praticamente a terça parte da mesma, o Brasil não partilha com seus vizinhos uma herança hispânica, cultural, linguística, e tampouco, colonial. A colonização portuguesa no Brasil é, inclusive, um caso *sui generis* no mundo, onde, pela primeira e única vez, uma colônia se tornou Reino e passou a sediar uma corte europeia. Seu processo de independência também difere radicalmente de seus vizinhos, tendo ocorrido pelas mãos de seu Príncipe Regente e futuro Imperador Dom Pedro I. Tais diferenças construíram uma identidade social e cultural que não pode ser homogeneizada com o restante das experiências latinas.

Entre as próprias colônias espanholas, há diversas particularidades históricas que se refletem até mesmo na composição demográfica das mesmas. Na última década, dois relatórios foram publicados – pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e pelo Banco Mundial – e deram conta de compilar censos disponíveis da região. O primeiro (ONU; CEPAL, 2015) se volta para as questões dos povos originários, enquanto o segundo (Banco Mundial, 2018) aborda os desafios das populações afrodescendentes na região.

Com as devidas ressalvas de que censos são retratos estáticos de um momento, que resultados podem variar significativamente de acordo com as metodologias adotadas, com as perguntas escolhidas e com os erros de aplicação, não podemos deixar de observar o panorama que se apresenta e, a partir dele, elaborar questionamentos pertinentes a uma abordagem que se pretende útil a toda a região.

Uma abordagem com foco único ou principal sobre as necessidades dos povos originários terá o mesmo impacto na Bolívia, onde são mais de 60% da população, que em El Salvador, onde eles são cerca de 0,2% (ONU; CEPAL, 2015)? Da mesma forma, até onde serve uma abordagem focada exclusivamente nos desafios enfrentados pela população afrodescendente, maioria no Brasil e menos que 0,5% da

população argentina (Banco Mundial, 2018)? Se nossas diferenças com os vizinhos são tantas, há sentido em importar métodos descoloniais de países de realidades ainda mais distantes como Canadá, Estados Unidos ou Austrália?

Convencidos de que a resposta para todas estas questões seja uma enérgica negativa, trabalhamos no sentido de tentar desvelar as questões mais caras ao Brasil atual.

3.1 A crítica anticolonial: de Bolívar a Fanon

Conforme veremos mais à frente, o pensamento descolonial se estruturou nos anos 1990, com a atuação do grupo M/C, e, sobretudo, a partir dos trabalhos de Aníbal Quijano e Walter Mignolo, nos quais foram estabelecidas as premissas e os conceitos fundamentais para o entendimento da abordagem teórica proposta pelo grupo. Todavia, é necessário apontar que muitos dos elementos teorizados no saber descolonial já haviam sido trabalhados ou expostos em outros momentos históricos.

Talvez o principal destes, a permanência das relações (neo)coloniais e da divisão internacional do trabalho, mesmo após emancipação das colônias, foi abordado por diversos líderes políticos e teóricos, ainda na metade do século XX. No continente africano, diversos movimentos emancipatórios lograram êxito em pôr fim ao controle colonial europeu clássico. Movimentos que, dadas as suas ambições e êxitos, podem ser entendidos em parâmetros revolucionários, em conformidade com Visentini[11]:

> [...] mudança política brusca, geralmente violenta (mas nem sempre), com a derrubada de um regime e a luta pela construção de outro novo. Esta ruptura na ordem vigente busca efetuar alterações estruturais nos ordenamentos jurídico-político e socioeconômico. O elemento deflagrador de tal evento pode ser um levante popular, uma insurreição armada, um golpe de Estado ou até mesmo uma transição política relativamente pacífica (Visentini, 2016, p.115).

Essas revoluções, deflagradas no continente africano quase que simultaneamente, poderiam divergir em forma e conteúdo conforme os contextos

[11] Visentini (2016) define revolução a partir de um conceito mais genérico e abrangente, cunhado por Richards (2004, p.2, tradução nossa): “No mínimo, a revolução implica o uso ou a ameaça do uso da força, quer para recuperar um sistema político que parece ter sido corroído, quer para criar um novo sistema político. Em muitos casos, a revolução implica também a criação de novas formas de organização social ou econômica. Em alguns casos, pode mesmo implicar uma mudança cultural profunda, que também podemos enquadrar nas definições de revolução”.

nacionais e as suas lideranças[12], mas mantinham certa unidade no direcionamento para buscar não apenas a soberania política, como também a revitalização das culturas, línguas e identidades subjugadas pelo colonialismo. Por meio de seus líderes e teóricos, acrescentaram novas camadas às críticas anticoloniais e ao argumento pós-colonial que viria a ser melhor elaborado na década de 1970 pelo Grupo de Estudos Subalternos.

Frantz Fanon, líder teórico no movimento revolucionário argelino, foi um dos primeiros a teorizar sobre a dualidade identitária antagônica entre colonizador e colonizado, bem como a impossibilidade deste último se reconhecer em meio a uma relação de opressão colonial: “Por ser uma negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, o colonialismo compele o povo dominado a se interrogar constantemente: ‘Quem sou eu na realidade?’” (Fanon, 1968, p. 212).

Já Amílcar Cabral, revolucionário de destaque na luta contra o colonialismo português e pela libertação de Cabo-Verde e Guiné-Bissau, manifestou por diversas vezes seu entendimento de que a dominação sobre as estruturas sociais e o processo histórico dos povos colonizados não se limitava ou se encerrava no colonialismo. Assim como Mariátegui (2022) e Lênin (2011), Cabral entende que o imperialismo possui duas formas de dominação: direta (colonialismo) e indireta (neocolonialismo). E que o fim do colonialismo não implica necessariamente na “libertação nacional”, a qual se daria apenas em um processo de subversão das forças produtivas nacionais:

> Ora, vimos que a característica principal e permanente da dominação imperialista, qualquer que seja a sua forma, é a usurpação pela violência da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas do conjunto socioeconômico dominado. Vimos também que é essa liberdade e só ela que garante a normalização do processo histórico dum povo. Podemos, portanto, concluir que há libertação nacional quando e só quando as forças produtivas nacionais são completamente libertadas de toda e qualquer espécie de dominação estrangeira. [...] Isso implica que, tendo em conta as características

[12] Visentini classifica as revoluções em quatro tipos: burguesas, democrático-burguesas, socialistas e democrático-populares. Enquanto as revoluções burguesas clássicas são caracterizadas sobretudo pela ausência de protagonismo popular/plebeu, como a Revolução Inglesa, as revoluções democrático-burguesas se diferenciam pela participação popular intensa, a exemplo da Revolução Francesa. O terceiro tipo diz respeito às revoluções de cunho socialista, como as deflagradas na Rússia, na China e em Cuba. E, por fim, as revoluções democrático-populares, localizadas sobretudo na periferia e características da segunda metade do século XX. Contam com participação ativa das massas, prescindem da hegemonia burguesa, estão fortemente vinculadas aos processos de descolonização e libertação nacional (Visentini, 2016, p.115). Para Fazzio e Manoel (2019), as revoluções africanas oscilaram entre democrático-populares, democrático-burguesas e socialistas.

> essenciais da economia mundial do nosso tempo, assim como as experiências já vividas no domínio da luta anti-imperialista, o aspecto principal da luta de libertação nacional é a luta contra o que se convencionou chamar neocolonialismo. Por outro lado, se considerarmos que a libertação nacional exige uma mutação profunda no processo de desenvolvimento das forças produtivas, vemos que o fenômeno da libertação nacional corresponde necessariamente a uma revolução (Fazzio; Manoel, 2019, p.134-135).

A preocupação demonstrada com o pós-independência dos países africanos e a leitura conjuntural de que uma estrutura global havia se consolidado, para além do domínio direto entre povos, se evidenciou como um elemento importante tanto da crítica anticolonial quanto do posterior argumento descolonial. No contexto das lutas anticoloniais no continente africano, podemos hoje afirmar que, a despeito dos mais variados tipos de revolução anticolonial, todas as colônias libertas politicamente acabaram por sucumbir ao imperialismo/neocolonialismo, não conseguindo romper com a divisão internacional do trabalho e a dependência estrangeira.

Décadas antes das revoluções africanas e às vesperas da Revolução Russa, argumentos anticoloniais foram postos também por Lênin. Classificando o imperialismo como uma etapa histórica superior dentro do capitalismo, Lênin entendia que o mundo à época apresentava uma grande novidade: todos os territórios do globo já haviam sido integrados ao modo de produção capitalista. Nessa nova configuração, as grandes potências já não disputavam mais a conquista e o estabelecimento de novas colônias, mas “apenas” a partilha entre as já estabelecidas. Da mesma forma, a livre-concorrência rapidamente transformou-se em monopólios cada vez maiores, manifestando uma vigorosa concentração da produção, bem como o papel agora fundamental dos bancos no surgimento do capital financeiro, uma fusão do monopólio industrial com o monopólio bancário. A capacidade de gerar excedentes cada vez menos aplicáveis às economias internas leva a um processo de exportação de capitais para a periferia do capitalismo, envolvendo-a em uma teia caracterizada, sobretudo, pelas relações assimétricas de desenvolvimento (Lênin, 2011).

Assim como Marx (2013), Lênin (2011) observou as transformações em curso no mundo pela ótica do centro capitalista e, portanto, deixou grandes lacunas para a interpretação do imperialismo a partir da periferia – inserida no processo de extração de valor para o centro – o que mais tarde viria a ser suprido no Brasil pela Teoria Marxista da Dependência (TMD) (Carcanholo, 2023); na África, pelos movimentos

nacionais de libertação (Fazzio; Manoel, 2019) e, na Ásia, pelos estudos subalternos (Ballestrin, 2013).

No que diz respeito à Marx e Engels (1977; 1979), mesmo com um longo legado de contribuições e inspirações às lutas dos oprimidos no século XX, os filósofos são frequentemente menosprezados no que tange às lutas dos países periféricos contra seus colonizadores. Parte desse apagamento pode ser atribuída aos escritos do "jovem Marx", sobretudo os anteriores a 1860, que guardam diferenças importantes dos escritos do "velho Marx", no que tange à abordagem dos processos colonizatórios.

Outra parte diz respeito ao prestígio que os filósofos gozavam no momento de ascensão dos estudos descoloniais: o mundo encarava o fim dos anos 1980 e o início dos anos 1990, impactados com a ascensão de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, com a queda do Muro de Berlim e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Crescia a passos largos a hegemonia das ideias liberais e contra revolucionárias na imprensa, na academia e até nos sindicatos e partidos políticos. A nova ordem ocidental/global trazia consigo o mote do "fim da História"[13] e a consequente desmoralização das filosofias socialistas.

Um terceiro e não menos importante fator: resgatar as obras de Marx e Engels esbarrava em uma (possível) contradição teórica que muitos autores descoloniais não estavam dispostos a enfrentar. Como pensar o mundo pelo olhar subalterno e colonizado com bases filosóficas europeias? Há, inclusive, uma explícita intenção do grupo M/C em se afastar da filosofia marxista, equiparando-a com o cristianismo e o liberalismo. À esquerda ou à direita, todas estariam "capturadas" pelo imperialismo, uma vez que se propõem como universais:

> [...] o marxismo é um projeto crítico e libertador que reside na história local da Europa, numa comunidade relativamente homogênea, onde os trabalhadores e os donos das fábricas pertenciam à mesma etnia. Por isso, o marxismo baseou-se na opressão de classe e na exploração do trabalho. Uma vez que a economia e as teorias políticas europeias se expandiram e conquistaram o mundo, as ferramentas que Marx ofereceu na análise do capital são, obviamente, úteis para além da Europa. No entanto, as subjetividades e o conhecimento no mundo colonial e ex-colonial são tão importantes como divergentes das experiências europeias. Dessas subjetividades, experiências, religiões, histórias e cotidiano, surgiram o pensamento de fronteira e os projetos de libertação descoloniais. O pensamento descolonial põe em evidência a discriminação racial (a hierarquia dos seres humanos, desde o

[13] "*The End of History*?", clássico artigo de Francis Fukuyama do fim dos anos 1980 em que o autor sustentava as democracias liberais e o capitalismo de mercado como o fim da evolução sociocultural da humanidade.

> século XVI, que justificava a subordinação econômica e política das pessoas de cor e das mulheres) e, claro, também na exploração de "classe", no sentido que adquiriu na Europa após a Revolução Industrial. Nas colônias, os trabalhadores são sujeitos coloniais de cor. No coração do império (Europa Ocidental e EUA), os trabalhadores são as minorias racializadas (Escobar; Mignolo, 2013, p.16-17, tradução nossa).

Por mais tentador que seja examinar cada um desses pontos detalhadamente, trabalharemos apenas as diferenças entre os escritos dos jovens Marx/Engels (1977; 1979) para os velhos Marx/Engels (1992; 2013) e, assim, fazer jus à linhagem teórica que os aproxima de Mariátegui (2007) e Quijano (1992).

Ao analisar autores prolíficos e longevos como os dois filósofos, corremos sempre o risco de transformar uma ideia pertencente a uma fase temporalmente delimitada em uma ideia pertencente à totalidade da obra. No caso de Marx e Engels, é possível afirmar que ambos não escaparam às determinações históricas de seu tempo e reproduziram, em alguma medida, análises eurocentradas em que ou não deram a devida importância à questão colonial de outros povos ou reproduziram ideias etapistas que enxergavam a colonização na periferia do sistema como uma espécie de mal necessário, parte de um processo civilizatório de desenvolvimento das forças produtivas sob a égide do capitalismo que, em outro momento da luta de classes, levaria ao comunismo. Como exemplos, podemos citar a análise que Marx faz do domínio colonial britânico sobre a Índia, a caracterização reducionista de Símon Bolívar[14] e os comentários de Engels acerca da Guerra Mexicano-Americana (Engels; Marx, 1977).

Em 1853, Marx publica dois artigos, espaçados em cerca de um mês, no "*The New York Daily Tribune",* em que se dedica a comentar a dominação britânica na Índia. Sem negar a natureza brutal da invasão colonizadora, a qual compara com a da Companhia Holandesa, tece igualmente críticas aos regimes indianos anteriores e ao despotismo em que a sociedade se encontrava antes da invasão:

> No entanto, por mais lamentável que seja, do ponto de vista humano, ver essas dezenas de milhares de organizações sociais trabalhadoras, patriarcais e inofensivas serem desorganizadas e divididas em suas unidades constituintes, por mais triste que seja vê-las em um mar de tristeza, ver cada um de seus membros perdendo suas antigas formas de civilização e seus

[14] No clássico "O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte", Marx compara Símon Bolívar a Napoleão Bonaparte no sentido de que ambos conduziram uma revolução que não se concretizou na subversão das relações de classe que lhe deram origem, culminando em exercícios de poder ditatoriais e autocráticos.

> meios hereditários de subsistência; não devemos esquecer que essas comunidades rurais idílicas, por mais inofensivas que possam parecer, sempre constituíram uma base sólida para o despotismo oriental; que elas restringiram o intelecto humano aos limites mais estreitos, fizeram dele um instrumento submisso da superstição, submeteram-no à escravidão das regras tradicionais e o privaram de toda grandeza e iniciativa histórica. Não devemos esquecer o egoísmo bárbaro que, concentrado em um mísero pedaço de terra, contemplou calmamente a ruína de impérios inteiros, a perpetração de crueldades indescritíveis, a aniquilação da população de grandes cidades, não prestando mais atenção a tudo isso do que aos fenômenos da natureza e se tornando uma presa fácil para qualquer agressor que se dignasse a fixar sua atenção nele. Não devemos nos esquecer de que essa vida sem dignidade, estática e vegetativa, que essa forma passiva de existência despertou, por outro lado e por oposição, forças destrutivas selvagens, cegas e desenfreadas que tornaram até mesmo o assassinato um rito religioso no Hindustão. Não devemos esquecer que essas pequenas comunidades foram contaminadas por diferenças de castas e escravidão, que sujeitaram o homem a circunstâncias externas em vez de torná-lo o soberano dessas circunstâncias, que transformaram seu estado social de autodesenvolvimento em um destino natural e imutável, criando assim um culto entorpecente da natureza, cuja degradação é evidente no fato de que o homem, o soberano da natureza, caiu de joelhos, adorando o macaco Hanuman e a vaca Sabbala. (Marx, 1977, p.132, tradução nossa)

Marx alega que, ao longo da história, as imutáveis formas de organização social do Hindustão[15] o deixou vulnerável e suscetível a múltiplos invasores, levando o leitor a deduzir que seria o destino do mesmo ser conquistado, ou por britânicos, ou turcos, ou árabes, ou mongóis, persas, russos etc. E, assim, abre caminho para as conclusões de que, ao fim e ao cabo, a colonização e expansão capitalista na Índia carrega uma instância positiva. Levada pelos interesses mais vis da classe dominante do colonizador, o Hindustão, enfim, poderia ver uma revolução de suas forças produtivas, a chegada de infraestrutura, ferrovias, navios a vapor e sua “anexação ao mundo ocidental”. O custo de tal progresso tecnológico para seu povo haveria de ser enorme e não surpreendia o filósofo: “Quando foi que a burguesia fez algum progresso sem arrastar indivíduos e povos inteiros por meio do sangue e da lama, da miséria e da degradação?” (Marx, 1977, p.221, tradução nossa).

A linha seguida por Marx nos dois artigos é guiada por uma visão etapista da História, ou seja, a barbárie colonial e o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas seriam uma etapa necessária para o Hindustão e para o curso da humanidade, pois somente a partir desta poderia surgir uma classe operária e haver

[15] Nome comumente utilizado para se referir ao Subcontinente Indiano, onde hoje situam-se países como Índia, Paquistão, Bangladesh, Nepal e Butão.

um acúmulo de forças do proletariado, de modo a melhorar as suas condições de vida, apropriando-se das bases materiais criadas pelos colonizadores:

> Os efeitos devastadores da indústria britânica na Índia – um país não menor que a Europa e com um território de 150 milhões de acres – são óbvios e assustadores. Mas não podemos nos esquecer de que esses efeitos são apenas o resultado orgânico de todo o atual sistema de produção. Essa produção se baseia no domínio supremo do capital. A centralização do capital é indispensável para a existência do capital como um poder independente. Os efeitos destrutivos dessa centralização nos mercados do mundo apenas demonstram em proporções gigantescas as leis orgânicas imanentes da economia política, que estão em vigor hoje em qualquer cidade civilizada. O período burguês da história é chamado a lançar as bases materiais de um novo mundo: desenvolver, por um lado, o intercâmbio universal, baseado na dependência mútua da humanidade, e os meios de realizar esse intercâmbio; e, por outro lado, desenvolver as forças produtivas do homem e transformar a produção material em um domínio científico sobre as forças da natureza. A indústria e o comércio burgueses criam as condições materiais de um novo mundo da mesma forma que as revoluções geológicas criaram a superfície da Terra. E somente quando uma grande revolução social se apropriar das conquistas da época burguesa, do mercado mundial e das forças produtivas modernas, e colocá-las sob o controle comum dos povos mais avançados, o progresso humano deixará de se assemelhar àquele horrível ídolo pagão que somente queria beber o néctar do crânio dos sacrificados (Marx, 1977, p. 222, tradução nossa).

Muito similar era a visão de Engels sobre a guerra conduzida pelos EUA contra o México, em 1846, visando à conquista da Califórnia. Assim como seu companheiro Marx, Engels estava fascinado pela capacidade do capitalismo ascendente de revolucionar as forças produtivas tanto das metrópoles quanto das colônias, por mais desumanos e bárbaros que fossem os métodos empregados para tal. Na tentativa de justificar o roubo das terras californianas, Engels apelou até mesmo a estereótipos racistas, desqualificando os mexicanos como preguiçosos em oposição aos “enérgicos” *yankees*, de quem o progresso da região supostamente dependia (Engels; Marx, 1977, p.365).

Como se pode ver, os jovens filósofos sucumbiram, em alguns momentos, à ideologia burguesa dominante. Entretanto, seria um grave erro atrelar esses momentos à totalidade da obra de ambos. A partir da década de 1860, são endereçadas fortes críticas ao colonialismo, como forma não apenas de apoiar o processo de independência das colônias como também de compreender as relações entre o colonialismo e o modo de produção capitalista. Em “O Capital”, de 1867, Marx estabelece a noção de “acumulação primitiva” como pedra fundamental do desenvolvimento capitalista, ligando diretamente a reprodução do capital pela

exploração do trabalho fabril na Europa aos processos de extermínio nativo e à espoliação de recursos naturais em curso nas Américas, na África e nas Índias Orientais. Determinava-se, então, uma clara oposição ao mito liberal de que o surgimento do capitalismo se deu em bases pacíficas, por obra de uma elite intelectualmente disciplinada, empreendedora e laboriosa.

Também foi ferrenho defensor dos processos de emancipação da Irlanda e da Polônia, as colônias europeias da época, travando disputas com membros da Internacional dos Trabalhadores, para quem as lutas de caráter nacional eram "desvios da luta de classes" (Fazzio; Manoel, 2019, p.26). Não menos importante, ainda na abordagem do domínio britânico sobre a Índia, Marx aponta que é justamente nas colônias que reside o verdadeiro capitalismo, desnudo, sem pudores e disfarces como suas formas menos bárbaras das grandes metrópoles europeias. A escravidão "disfarçada" dos assalariados na Europa dependia da escravidão *stricto sensu* das colônias como seu sustentáculo (Marx, 2013, p.829).

Por fim, observando os fracassos ocidentais das revoluções de 1848, Marx volta o seu olhar para o leste, onde a servidão russa e o sistema feudal estavam prestes a terminar pelas mãos do czar Alexandre II. Anos depois, "O Capital" era surpreendentemente bem recebido no país, promovendo o estabelecimento de ligações de Marx com grupos políticos, revolucionários e pensadores russos e o seu aprofundamento no estudo da economia e das particularidades regionais. A partir de então, o filósofo desenvolve lentamente uma nova perspectiva sobre a Rússia, observando, já no final de sua vida[16], que a permanência das comunas russas após o fim da servidão poderia servir de base para uma transição socialista e, portanto, dispensar um processo de colonização ou uma revolução burguesa. Desde que estivesse ligada a outras revoluções no Ocidente de forma que se complementassem:

> Nesse movimento ocidental, portanto, o que está ocorrendo é a transformação de uma forma de propriedade privada em outra forma de propriedade privada. No caso dos camponeses russos, a propriedade comum teria, ao contrário, de ser transformada em propriedade privada. Portanto, a análise fornecida em "O Capital" não apresenta razões a favor ou contra a

[16] Por meio de uma correspondência ao periódico russo "*Otechestvenye Zapiski"*, em 1877, Marx esclarece que as suas teses sobre acumulação primitiva expostas em "O Capital" diziam respeito apenas ao processo histórico da Europa Ocidental, não devendo, portanto, ser universalizadas (Engels; Marx, 1992). Na periferia do sistema capitalista – o que incluía a Rússia – outros caminhos poderiam ser trilhados para uma revolução socialista. Em outras palavras, Marx se desvincula do evolucionismo linear e eurocêntrico, antecipando as revoluções do século XX.

> viabilidade da comunidade rural, mas o estudo especial que fiz sobre ela e o material para o qual me baseei em fontes originais, me convenceram de que essa comuna é o ponto de partida de regeneração social na Rússia, mas para que ela possa funcionar como tal, primeiro seria necessário eliminar os fatores deletérios que a estão atacando por todos os lados e, em seguida, garantir a ela as condições normais de desenvolvimento espontâneo. (Engels; Marx, 1992, p.71, tradução nossa).

Anos depois da morte de Marx, às portas da Revolução Russa e na ebulição da Primeira Guerra Mundial, Lênin (2011) retoma as grandes categorias de "O Capital", as tendências do capitalismo de concentrar riquezas e formar monopólios, e desenvolve a noção de "imperialismo", que viria a ser fonte de inspiração para diversos modelos teóricos como o sistema-mundo de Immanuel Wallerstein e a TMD de André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra e outros (Ballestrin, 2013; Carcanholo, 2023). Também teve grande influência em partidos políticos do centro e da periferia do capitalismo, movimentos sindicais e emancipatórios/anti-coloniais ao longo do século XX (Fazzio; Manoel, 2019).

Não menos importante, elementos da crítica anti-imperialista e anticolonialista, ainda que, por vezes, em elaborações rudimentares, podem ser lidos em latino-americanos já no século XIX. Em sua jornada pela libertação na América Hispânica, Bolívar (2015) endereçou diversas críticas importantes tanto ao colonialismo quanto ao imperialismo e a escravidão. Ainda que não tenha se aprofundado teoricamente, o revolucionário registrou os seus pensamentos sobretudo em cartas, oficiais e privadas, e em discursos históricos nos quais defendia a ideia de uma América do Sul (hispânica) integrada, independente e capaz de resistir às pressões das potências estrangeiras:

> É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o mundo novo uma só nação com um só vínculo, que ligue suas partes entre si e com o todo. Já que tem uma mesma origem, uma mesma língua, mesmos costumes e uma religião, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que haverão de se formar (Bolívar, 2015, p.28, tradução nossa).

A necessidade de unificar territórios fragmentados e fragilizados pelo colonialismo como estratégia militar, política e econômica também se manifesta mais tarde no continente africano, por meio do movimento pan-africano e de figuras históricas como Kwame Nkrumah (Fazzio; Manoel, 2019).

Ainda quanto à tradição latino-americana, faz-se mister destacar a obra do sociólogo peruano José Carlos Mariátegui, "*7 Ensayos de Interpretación de la*

Realidad Peruana", em que são examinadas e sintetizadas as origens dos problemas econômicos e sociais vividos no Peru do século XX sob uma ótica marxista. Além dessa filosofia, Mariátegui reúne, em suas obras, elementos profundamente anti-imperialistas, além de precursores para a crítica descolonial. Observa, ainda, o potencial socialista dos costumes comunitários indígenas.

O autor aponta que, passados mais de cem anos da independência peruana, o país ainda era uma economia colonial, visto que seu desenvolvimento persistia subordinado aos interesses e às necessidades das grandes potências. Mantinha, também, características semi-feudais, que havia herdado do brutal processo de colonização espanhola que, por sua vez, havia desarranjado a economia do Império Inca.

Mariátegui, um dos pioneiros e principais marxistas latino-americanos, nota que a grande questão do Peru no século XX era o "problema do índio", não em perspectiva moral, cultural ou religiosa, mas material. O "problema do índio", na verdade, era o problema da terra, da sua posse, de onde foi alijado e jogado à servidão das elites espanholas (Mariategui, 2007). Para o sociólogo, a economia peruana é dívida antes e depois da conquista espanhola, quando se tornou uma economia colonial, que se desdobra em duas etapas temporais: antes e depois da independência. Longe de representar uma ruptura, a independência peruana (e sul-americana) foi movida e tocada muito mais por interesses crioulos e até mesmo espanhóis que por interesses indígenas (Mariátegui, 2007, p.10). As necessidades do capitalismo, nessa quadra histórica, levaram as potências europeias a disputar territórios mercadológicos com seus pares:

> Vista no contexto da história mundial, a independência sul-americana parece ter sido determinada pelas necessidades do desenvolvimento da civilização ocidental, ou melhor, capitalista. O ritmo do fenômeno capitalista desempenhou um papel menos aparente e ostensivo na elaboração da independência, mas sem dúvida muito mais decisivo e profundo do que o eco da filosofia e da literatura dos enciclopedistas. O império britânico destinado a representar de forma tão genuína e transcendente os interesses da civilização capitalista estava, então, em formação. Na Inglaterra, sede do liberalismo e do protestantismo, a indústria e a máquina preparavam o futuro do capitalismo, isto é, do fenômeno material de que estes dois fenômenos, um político e outro religioso, aparecem na história como o fermento espiritual e filosófico. Foi por isso que coube à Inglaterra – com aquela consciência clara do seu destino histórico e da sua missão a que deve a sua hegemonia na civilização capitalista – desempenhar um papel primordial na independência da América do Sul (Mariátegui, 2007, p.11, tradução nossa).

Com as novas configurações advindas desses processos de independência, as burguesias nacionais, que agora exerciam o poder político nas antigas colônias, manifestavam interesses antagônicos com as massas de escravos e servos, negros e indígenas, uma vez que seus privilégios estavam diretamente relacionados à exploração dos mesmos (Quijano, 2005, p.134). A preocupação com a soberania nacional, por sua vez, tampouco é vista pelas elites como prioridade uma vez que a cooperação com o capital estrangeiro lhes é muito mais conveniente. Assim como seu contemporâneo Lênin, a quem cita diversas vezes, Mariátegui entende que o imperialismo avança sobre os países periféricos conforme avança o capitalismo. Assim, a situação econômica dos países latino-americanos pós-independência era semelhante à de países semi-coloniais (Mariátegui, 2022).

Em meio a tantas raízes e influências, os elementos anticoloniais e anti-imperiais presentes na obra de Mariátegui teriam influência direta em Aníbal Quijano e, consequentemente, no conceito de “colonialidade do poder”, que viria a ser fundamental ao pensamento descolonial.

3.2 O Grupo de Estudos Subalternos e a “opção descolonial” latino-americana

Ao longo de pelo menos dois séculos, o argumento anti-colonial amadureceu, foi contextualizado de formas diversas por lideranças políticas, revolucionários, movimentos emancipatórios do Sul Global e até mesmo por europeus. A sua caracterização como um movimento epistêmico, entretanto, remete à segunda metade do século XX, quando as obras de Aimée Cesaire (“Discurso sobre o colonialismo”, de 1950), Franz Fanon (“Os condenados da terra”, de 1961), Albert Memmi (“Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador”, de 1947) e Edward Said (Orientalismo, de 1978) começaram a transformar lentamente a base epistemológica das ciências sociais (Ballestrin, 2013).

Paralelamente, nos anos 1970, formava-se, na Índia, um movimento intelectual e acadêmico cujo principal objetivo era analisar criticamente a historiografia nacional e colonial indiana. Denominado “Grupo de Estudos Subalternos”, foi liderado, em sua fase inicial, por Ranajit Guha, um teórico dissidente do marxismo indiano.

Guha foi autor das primeiras publicações do grupo e organizador dos primeiros volumes da série “Estudos subalternos: escritos sobre a história e a sociedade do sul-

asiático", uma coletânea de ensaios voltados para a promoção de "temas subalternos", com vistas a reparar o viés elitista denunciado pelo grupo (Guha, 1982). Em seu prefácio, o teórico define o sentido de subalternos como "grupo inferior", seja por classe, casta, gênero, raça ou qualquer outra forma de marginalização. Subalternos seriam, sobretudo, aqueles alijados do poder no contexto do sul-asiático.

Ao longo da década de 1980, o Grupo consolidou as suas bases fundacionais e se popularizou rapidamente no ocidente a partir das contribuições de Partha Chatterjee[17] e Dipesh Chakrabarty[18], além da liderança de Gayatri Spivak[19] (Ballestrin, 2013). Autora do clássico "Pode o subalterno falar?", Spivak ampliou os olhares culturais e identitários, trazendo para o foco do grupo o papel da mulher subalterna no mundo pós-colonial. Também inaugurou um debate acerca da representação dos subalternos uma vez que não existem estruturas para que suas vozes possam ser assimiladas. O subalterno, em sua ótica, é uma posição social, não uma identidade. E que a representação, conforme debatida por Deleuze e Foucault[20], necessitava de um enfoque de classe. O subalterno não pode falar porque não podem lhe ouvir. E tampouco podem falar por ele (Spivak, 2010).

Ao se popularizar no Ocidente, o Grupo de Estudos Subalternos inspira a criação de outro grupo, dessa vez conduzido por intelectuais latino-americanos radicados nos Estados Unidos. Em 1993, um ano após a impressão do clássico "*Colonialidad y modernidad-racionalidad*", por Aníbal Quijano, o Grupo Latinoamericano de Estudos Subalternos registra o seu manifesto inaugural, chamando a atenção para a tendência dos paradigmas tradicionais em caracterizar o subalterno como um sujeito ausente, mobilizado apenas a partir de interesses terceiros.

Em meio aos ventos da redemocratização e do fim de várias ditaduras instauradas na região, o grupo se posiciona como interessado em construir um mundo mais democrático e sensível à pluralidade social e em promover uma agenda em que

---

[17] Teórico, antropólogo e historiador, Partha Chatterjee teve como uma de suas contribuições reconhecidas na análise do nacionalismo colonial.

[18] Historiador, teve forte repercussão internacional com o argumento pós-colonial em defesa da "provincialização da Europa", em oposição ao universalismo ocidental.

[19] Teórica vinculada ao feminismo, Spivak se popularizou por meio da obra "*Can the subaltern speak?*", de 1998, onde denuncia o silenciamento sistemático dos subalternos pelo discurso ocidental.

[20] Spivak (2010, p.21) faz referência às obras "*Language, counter-memory, practice: Selected essays and interviews*", de Michel Foucault, e "*Structure, Sign, and Play in the Discourse of the Human Sciences*", de Jacques Derrida.

os subalternos possam ser ativos nos processos políticos e na construção do saber acadêmico (Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos, 1998). Para isso, pontua que o conceito de nação é um dos pilares de seu trabalho:

> Para representar a subalternidade na América Latina, em qualquer forma que ela apareça (nação, fazenda, local de trabalho, casa, setor informal, mercado negro), é necessário explorar as margens do Estado. **Insistimos em nossa premissa básica: a nação, como um espaço conceitual, não é idêntica à nação como um Estado**. Portanto, nosso aparato conceitual adquire uma conotação geográfica e não institucional. Nossa estratégia de pesquisa nos obriga a realizar um trabalho arqueológico nos interstícios abertos pelas formas de dominação (lei e ordem, poder militar ou policial) e integração (aprendizado e escolaridade). Entretanto, da perspectiva do subalterno, tanto a polícia quanto o professor podem aparecer como estratégias bem coordenadas dentro de um projeto transnacional de expropriação econômica e administração territorial (Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos, 1998, p.79, tradução nossa, grifo nosso).

O manifesto assinala também que há uma tradição crítica aos conceitos de "nação" e "nacional" nos Estudos Latinoamericanos que antecede o grupo sul-asiático no qual se inspiram. Como marcos paradigmáticos do pensamento latinoamericano, são apontadas as influências de três revoluções: a mexicana (1910), a cubana (1959) e a nicaraguense (1979). Em contraste com os movimentos de independência e dos estados nacionais resultantes na região, o manifesto destaca que as revoluções não alçaram as elites *criollas* e brancas para governar sobre índios, negros descendentes de escravos e outras classes de subalternos.

Por fim, importante destacar que percorre o texto uma preocupação com a própria legitimidade do grupo enquanto formado por intelectuais radicados nos Estados Unidos. Os autores defendem, inclusive, que, no contexto da globalização, "América Latina" também se refere a um conjunto de forças sociais que atuam dentro dos EUA, uma vez que o país seria a quarta ou quinta maior nação falante de língua espanhola do mundo[21]. Ademias, fazem um alerta para o próprio grupo:

> Ao conceituar a subalternidade, devemos ter muito cuidado para não nos colocarmos na posição de subalternos letrados (uma prática muito comum em articulações anteriores do discurso de "libertação nacional", como em algumas formas de nacionalismo porto-riquenho ou no arielismo literário latino-americano). Ou seja, devemos evitar assumir o papel de transcritores, tradutores, intérpretes ou editores; isso significa evitar, em outras palavras, a construção de uma *intelligentsi*a pós-colonial localizada em centros culturais hegemônicos. Não se trata de fugir do problema, mas de reconhecer que, ao

[21] Paradoxalmente, o manifesto foi lançado na língua inglesa, em 1993. A sua primeira tradução para o espanhol saiu apenas em 1998.

> nos focarmos apenas na atividade da *intelligentsia* e em suas práticas características (centradas no cultivo da escrita, da ciência, etc.), ainda estaríamos reproduzindo aquele espaço de "cegueira" e preconceito historiográfico que Guha criticou em seus estudos sobre a insurreição camponesa (Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos, 1998, p.79-80, tradução nossa).

Na mesma coletânea em que o manifesto foi publicado em espanhol, Walter Mignolo, então membro do grupo, externa críticas aos estudos subalternos sul-asiáticos e, sobretudo, à sua transposição para a América Latina, uma vez que o continente tem um lugar próprio em sua relação com a modernidade, o colonialismo e o capitalismo (Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos, 1998).

Para Mignolo, nenhum dos grupos subalternos conseguiu aprofundar as suas críticas ao eurocentrismo, ao que Grosfoguel[22] (Escobar; Mignolo, 2013, p.65) acrescenta que, no que tange ao grupo latino-americano, a teoria continuava a ser produzida no Norte Global, analisando os seus objetos localizados no sul. Para além disso, Grosfoguel critica o privilégio epistêmico concedido a pensadores ocidentais como Foucault, Derrida e Gramsci (Escobar; Mignolo, 2013). Dando forma a discordâncias internas e epistêmicas, Mignolo e outros pesquisadores fundam o grupo M/C.

Para a compreensão das bases teóricas do grupo, os escritos do sociólogo Aníbal Quijano são incontornáveis. Ao fim dos anos 1980, o peruano direciona os seus estudos para a relação entre a América Latina e a Modernidade, quando passa a compreendê-las como interdependentes. Na teoria de Quijano, a América Latina desempenha papel fundamental e decisivo na constituição da era Moderna, do sistema colonial mundial e do capitalismo emergente por meio das invasões, ocupações e relações de dominação iniciadas no final do século XV. É na América Latina que se impõe e desenvolve, de maneira mais profunda, um padrão de poder que viria a fornecer para o sistema mercantil europeu condições de deslocar a Europa da periferia do mundo em direção ao centro, desbancando os grandes centros comerciais que viriam a ser chamados de Oriente como China, Índia, Egito, Síria.

Visando interpretar esse padrão de poder constituído, Quijano introduz o conceito de colonialidade (do poder), que seria a construção de um padrão universal

[22] Sociólogo porto-riquenho, membro do grupo M/C, que, entre outros tópicos, debateu a descolonização das Ciências Sociais e do conhecimento.

das relações de trabalho e dominação social ancoradas na ideia de raça, uma categoria mental própria da modernidade:

> A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América. (Quijano, 2009, p.73)

A partir da ideia de raça, para Quijano, se materializa a dominação física do outro, a sua inferiorização, a hierarquização de saberes e a negação de seus valores, culturas e tradições que terminarão por distribuir, à população mundial, os seus lugares e papéis na nova estrutura de poder global vigente:

> A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (Quijano, 2005, p.117).

Assim, no novo padrão de poder global, associa-se à ideia de raça outro elemento-chave: o trabalho. Se para Marx (2013) o capitalismo se caracteriza pela relação de exploração do capital sobre o trabalho assalariado, para Quijano (2005) o capitalismo, enquanto sistema econômico, articula todas as formas de exploração conhecidas ao longo da história, incorporando modos de produção escravagistas, servis, assalariados, empreendedores, cooperativistas etc. E ao articular todas essas formas em função do capital, estabelece-se como uma nova forma mundial de relações de produção.

Adicionalmente, o teórico pontua que essa ideia de raça sobrepõe uma relação de dominação mais antiga e universal, a de gênero, na medida em que a última passa a depender da primeira. Ao mobilizar uma divisão de gênero como elemento predecessor à divisão de raça, Quijano parece retomar os estudos de Engels, que já havia pontuado no final do século XIX, que “a primeira divisão do trabalho é a que se

fez entre o homem e a mulher para a procriação de filhos" (Engels, 2019, p.84). As relações entre gêneros, no entanto, foram reordenadas em torno da colonialidade do poder e seu componente racial:

> Em todo o mundo colonial, as normas e os padrões formal-ideais de comportamento sexual dos gêneros e, consequentemente, os padrões de organização familiar dos "europeus" estão diretamente assentes na classificação "racial": a liberdade sexual dos homens e a fidelidade das mulheres foi, em todo o mundo eurocentrado, a contrapartida do "livre" – ou seja, não pago como na prostituição, a mais antiga na história – acesso sexual dos homens "brancos" às mulheres "negras" e "índias", na América, "negras", em África, e de outras "cores" no resto do mundo submetido. (Quijano, 2009, p.111)

Raça e trabalho, portanto, são as categorias fundamentais da construção do padrão mundial de poder. E a coexistência desse padrão com a construção do paradigma da razão/modernidade não são, na ótica de Quijano (2009), coincidência, de forma que não seja possível explicar a modernidade eurocentrada à parte da colonialidade por meio da escravidão de índios, negros e mestiços, da posição geográfica privilegiada no Atlântico e o acesso ao ouro, à prata e a metais preciosos em abundância, a identidade europeia emerge como centro do mercado mundial. E, ao emergir como centro econômico, se posiciona como centro difusor de cultura, conhecimento e de todo o universo de relações intersubjetivas.

Nesse sentido, como aponta Castro-Goméz (2005), o sistema-mundo moderno e colonial pensado por Quijano precede o "poder disciplinar" conceituado por Foucault[23], na medida em que este último seria um subproduto de uma dinâmica estrutural mais abrangente:

> Sob esse ponto de vista, podemos afirmar o seguinte: a modernidade é um *projeto* na medida em que seus dispositivos disciplinares estão vinculados a uma dupla governamentalidade jurídica. De um lado, a governamentalidade exercida internamente pelos Estados nacionais, em sua tentativa de criar identidades homogêneas por meio de políticas de subjetivação; de outro, a governamentalidade exercida externamente pelas potências hegemônicas do sistema-mundo moderno/colonial, em sua tentativa de assegurar o fluxo de matérias-primas da periferia em direção ao centro. Ambos os processos fazem parte de uma única dinâmica estrutural (Castro-Gómez, 2005, p.83).

[23] Castro-Goméz (2005) faz referência ao conceito de "poder disciplinar", tal como desenvolvido por Michel Foucault em "*Surveiller et Punir: Naissance de la prison*", 1975.

A posição privilegiada no centro econômico e o processo contínuo de colonização permitem que avance a perspectiva racial eurocentrada, avançando também a imposição de identidades para outras partes do globo:

> Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais – aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. A repressão neste campo foi reconhecidamente mais violenta, profunda e duradoura entre os índios da América ibérica, a que condenaram a ser uma subcultura camponesa, iletrada, despojando-os de sua herança intelectual objetivada. Algo equivalente ocorreu na África. Sem dúvida muito menor foi a repressão no caso da Ásia, onde portanto uma parte importante da história e da herança intelectual, escrita, pôde ser preservada. E foi isso, precisamente, o que deu origem à categoria de Oriente (Quijano, 2005, p.121).

Assim, ao contrário de índios, negros, mestiços e oliváceos, que foram totalmente subjugados, invisibilizados e incorporados à categoria de mundo Ocidental, centrada no ocidente europeu, os povos asiáticos ao menos foram reconhecidos como o “outro”, como parte do Oriente, e a eles foi permitido ter alguma identidade cultural e religiosa, ainda que em escala de inferioridade ao Ocidente.

Não menos importante, Quijano (1992) distingue a colonialidade do colonialismo, na medida em que o último, ligado aos aspectos formais e políticos da dominação territorial, encontra sua finitude nos processos de independência das colônias. Colonialidade, por sua vez, transcende o colonialismo e permanece como matriz de poder global em tempos em que o colonialismo, em sua forma clássica, está em declínio e o imperialismo em permanente ascensão.

> A colonialidade, portanto, ainda é o modo mais geral de dominação no mundo de hoje, uma vez que o colonialismo como uma ordem política explícita foi destruído. É claro que ela não esgota as condições nem as formas de exploração e dominação existentes entre os povos. Mas ele não deixou de ser, por 500 anos, sua principal estrutura. As relações coloniais de períodos anteriores provavelmente não produziram as mesmas consequências e, acima de tudo, não foram a pedra angular de nenhum poder global. (Quijano, 1992, p.14, tradução nossa)

A distinção entre ambos é uma particularidade imprescindível aos estudos descoloniais ante os estudos pós-coloniais e as Epistemologias do Sul. Essa necessidade de demarcação conceitual e terminológica pode refletir não apenas diferentes trajetórias históricas e geopolíticas da dominação colonial, mas também

distintos projetos teórico-políticos de superação de seus legados. Assim, para fins analíticos, podemos destacar algumas das principais divergências teóricas entre as abordagens:

Quadro 2 - Comparativo entre epistemologias críticas do Sul, pós e descoloniais

	Década de origem	**Referência de análise**	**Colonialismo, enquanto projeto de dominação nas antigas colônias**	**Referências intelectuais**
Estudos pós-coloniais	1960	Colonialismo na África e na Ásia	Persiste, sob outras formas	Pós-estruturalismo, psicanálise
Estudos descoloniais	1990	Colonialismo nas Américas	Teve seu fim com os processos de independência, ao contrário da colonialidade	Pensamento latino-americano, filosofia da libertação, teoria da dependência, teoria do sistema-mundo
Epistemologias do Sul	2000	Fórum Social Mundial	Persiste, como colonialismo interno ou como neocolonialismo	Saberes subalternos, movimentos sociais

Fonte: elaboração própria, 2023.

Outras divergências podem se manifestar em elementos terminológicos. O próprio termo “decolonial”, conforme proposto por Walsh (2013), suprime a letra “s” na tentativa de dissociá-la dos termos “descolonial/descolonización” em espanhol. A autora argumenta que a demarcação seria necessária para distinguir a descolonização — que se opõe ao colonialismo — da de(s)colonização — que se opõe à colonialidade.

Para os fins desta pesquisa, consideramos que os termos decolonial e descolonial possuem o mesmo sentido, estando ambos adequados. Apesar de reconhecermos a lógica da proposição de Walsh, e a maior popularidade do primeiro no Brasil, optamos pelo termo descolonial por três razões principais.

Primeiro, entendemos que o termo descolonial é mais eficaz em reconhecer e se conectar ao histórico de lutas e críticas anticoloniais que antecederam o Grupo M/C. Como demonstrado anteriormente, a permanência das estruturas coloniais em nações emancipadas foi apontada décadas antes por diversos teóricos e líderes revolucionários como Lênin (2011), Mariátegui (2007) e Cabral (*apud* Fazzio; Manoel, 2019). Afastar esse vínculo contribui, ainda, para ofuscar a natureza material e geopolítica das condições que alimentam a permanência da colonialidade do poder —

conceito estrutural do qual derivam as demais dimensões da colonialidade (Quijano, 2005).

Em segundo lugar, o termo é, ainda, mais consolidado e compreensível para públicos não especializados. Se, por um lado, as distinções ajudam a demarcar autores e escolas de pensamento, nesse caso trazem prejuízos ao real propósito das teorias descoloniais: auxiliar na compreensão social dos efeitos duradouros do colonialismo. Entendemos que os mesmos podem ser sustentados teoricamente sem depender exclusivamente de fragmentações terminológicas, como atestam as primeiras formulações de teóricos do próprio Grupo M/C ao defender, por exemplo, descolonizações de poder, políticas, econômicas, culturais, epistemológicas, entre outras (Quijano, 1992, 2005; Mignolo, 2003). Como apontado em Santos (2022), as demarcações acadêmicas entre as áreas por vezes podem refletir aspectos menos teóricos do que se esperam:

> A ascensão dos estudos interdisciplinares ao longo do século XX produziu uma multiplicidade mais labiríntica de designações, como no caso dos estudos pós-coloniais/descoloniais. As razões específicas dessa diversidade nem sempre são claras, mas podem apontar para diferenças tanto teóricas quanto políticas, ou então lealdades, linhagens ou rivalidades acadêmicas, departamentais ou interdepartamentais de índole mais mundana (Santos, 2022, p. 19).

Por fim, entendemos que este trabalho se destina primordialmente ao público brasileiro, dispensando uma aproximação anglófona com os termos decolonial/decolonization, que, na língua nativa de Walsh (2013), são usados tanto para designar a oposição ao colonialismo quanto à colonialidade. A esse respeito, reconhece Castro-Gómez:

> É verdade que o termo “decolonial” é um anglicismo, pois em grande parte os estudos decoloniais nasceram nos Estados Unidos, de mãos dadas com as discussões antirracistas e feministas dos anos noventa, da mão de acadêmicos da América Latina que viviam nos Estados Unidos, como, por exemplo, Walter Mignolo, Fernando Coronil, Ramón Grosfoguel, Arturo Escobar ou o próprio Aníbal Quijano, que lecionavam nos Estados Unidos naqueles anos. (Castro-Gómez, 2024, p.421).

Essa constatação reforça que a opção por “decolonial” carrega uma marca geopolítica e institucional específica — a da academia estadunidense —, o que não dialoga diretamente com o horizonte de público e de linguagem que buscamos neste trabalho. Vale registrar, ainda, o argumento original de Walsh na íntegra, para que o leitor possa confrontar as posições:

> Na literatura relacionada à colonialidade do poder, encontram-se referências — inclusive neste mesmo livro — tanto à descolonialidade e ao descolonial, quanto à decolonialidade e ao decolonial. Sua referência no projeto de modernidade/colonialidade remonta a 2004, abrindo assim uma nova fase em nossa reflexão e discussão. A supressão do 's' é uma escolha minha. Não se trata de promover um anglicismo. Pelo contrário, pretende marcar uma distinção com o significado em espanhol do 'des' e o que pode ser entendido como um simples desarmar, desfazer ou reverter o colonial. Ou seja, passar de um momento colonial para um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e marcas deixassem de existir. Com esse jogo linguístico, procuro evidenciar que não existe um estado nulo da colonialidade, mas sim posturas, posicionamentos, horizontes e projetos de resistir, transgredir, intervir, insurgir, criar e incidir. O decolonial denota, então, um caminho de luta contínua no qual é possível identificar, vislumbrar e incentivar 'lugares' de exterioridade e construções alter-(n)ativas (Walsh, 2013, p. 24-25, tradução nossa).

Em que pesem essas divergências, seja pela ótica dos estudos pós-coloniais e descoloniais ou mesmo pelas Epistemologias do Sul[24], as teorias convergem nos elementos fundamentais, como no reconhecimento das raízes da marginalização dos povos subalternos, na crítica ao eurocentrismo e na hierarquização de raças e saberes.

[24] Proposta de abordagem crítica ao monopólio Ocidental do conhecimento, desenvolvida por Boaventura Sousa Santos. Busca valorizar os conhecimentos (indígenas, camponeses, populares etc.) forjados na luta contra a opressão do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado (Santos, 2020).

4 E OS ARQUIVOS COM ISSO?

> Para os palestinos e, presumo, para outros povos indígenas, a memória não é nostalgia; é uma forma de existência política. A preservação de arquivos é um ato de resistência, pois afirma a continuidade entre gerações e impede que os colonizadores violem o registro histórico. Permite que os palestinos afirmem, tanto em fóruns jurídicos quanto em narrativas culturais: Nós estávamos aqui. Continuamos aqui. Nós retornaremos.
> (Ali, 2025, tradução nossa).

Uma vez aceitas as teses do movimento descolonial – ou ao menos parte delas – é inevitável que se abram as discussões para uma verdadeira avalanche de problematizações, contradições, desconstruções e críticas que alcançam todas as áreas do conhecimento e os seus pilares estabelecidos. Se a base da produção científica ocidental foi erigida sob a pretensão de neutralidade e universalidade do conhecimento e dos indivíduos, há um longo caminho a se percorrer na tentativa de desnudar as escolhas teóricas que nos trouxeram até aqui.

Na seara dos arquivos, florescem perspectivas e propostas que visam lançar luz às múltiplas facetas do colonialismo e do neocolonialismo na construção da memória coletiva e do engajamento em processos de luta no tempo presente. Como herança colonial, o arquivo possui severas lacunas de histórias, relatos e memórias dos povos e grupos sociais oprimidos. Algumas das quais, certamente irremediáveis. Ao passo que essas lacunas invisibilizam determinadas narrativas, constroem e reforçam outras, trabalhando sempre na direção da manutenção ideológica do *status quo,* e reforçando os poderes que se manifestam em outras esferas da sociedade.

Ao longo da história, não foram poucas as vezes em que este poder foi reconhecido e mobilizado. Para o império de Luís XIV, a importância dos arquivos era tamanha que, para além de possibilitar a administração das colônias já conquistadas, pautava também as próximas incursões. Em ato contínuo a uma nova conquista do exército francês, especialistas se debruçavam sobre os novos arquivos em busca de outras possíveis conquistas e reivindicações. Como observou Posner (1942, p.147), os arquivos não mais seguiam a bandeira, era a bandeira que seguia os arquivos.

Se, para Derrida (2001), não existe poder político sem controle dos arquivos, para os antropólogos Basu e De Jong (2016), em nenhum lugar isso foi mais evidente que no contexto dos arquivos coloniais do século XIX e XX, refletores do estado

colonial que detinha monopólio sobre a produção de conhecimento, e onde se encontra a mais explícita demonstração de poder arquivístico.

Em uma abordagem antropológica dos arquivos coloniais, Basu e De Jong (2016) discorrem sobre a transformação do estado colonial de um estado produtor de receitas para um estado etnográfico, na medida em que esse se coloca como produtor de conhecimento sobre seu objeto: a colônia, os seus grupos sociais, os povos autóctones.

A presença de administradores do império em posições-chave da produção de conhecimento nos estados coloniais, como os censos e dados estatísticos, resultava em abordagens eurocêntricas, racistas e desumanizantes que reforçavam o *status quo* de dominação. A produção de conhecimento, logicamente, acumulava-se nos arquivos coloniais. Eis a outra face do modelo de arquivos nacionais: se por um lado possibilitou aos estados-nação europeus “escreverem sua história”, por outro apagou a história dos colonizados (Basu; De Jong, 2016, p. 7-8).

Tal conjuntura faz com que os arquivos possam ser intimamente relacionados não somente ao conceito de colonialidade do poder, mas a suas dimensões subjacentes, como a colonialidade do saber e do ser. Por estarem simultaneamente ancorados no exercício de poder do padrão colonial, no armazenamento, na produção do conhecimento e no reconhecimento das identidades coletivas, os arquivos oferecem fértil terreno para a compreensão da abordagem descolonial.

4.1 O Estado, os arquivos e as lutas contra-hegemônicas

Como em qualquer área do conhecimento, há momentos em que os paradigmas existentes deixam de responder aos problemas teóricos e os desafios práticos que se apresentam. A trajetória que estruturou o saber arquivístico não foi de outra forma e a área conheceu momentos decisivos que reconfiguraram as suas perspectivas, as técnicas e os princípios (Marques, 2011). Entretanto, ao analisar a história da Arquivologia, percebemos que a mesma possui características que a aproximam de um seleto grupo de saberes, que tem, no Estado, o seu *lócus* privilegiado, e cujo desenvolvimento está fortemente atrelado ao papel do mesmo como indutor na produção de conhecimento teórico e prático (Costa Filho, 2016). Nesse sentido, ao ter o Estado como maior “patrono” e maior beneficiário dos

conhecimentos desenvolvidos, podemos afirmar que a Arquivologia se aproxima das Relações Internacionais, do Urbanismo, da Economia Política, do Serviço Social, da Geografia Econômica, entre outras áreas.

Em comum, este grupo de disciplinas e as suas respectivas transformações responderam e respondem, em boa medida, a contextos onde os Estados Modernos, com a crescente complexidade de suas máquinas burocrático-administrativas, necessitam de soluções para novos gargalos e obstáculos que se impõem à busca constante pela eficiência. Os impulsos promovidos pelas máquinas estatais na direção do avanço dos conhecimentos e das práticas são singulares e diferem dos impulsos do setor privado, na medida em que os primeiros podem movimentar uma estrutura de profunda capilaridade em curto espaço de tempo. Na busca pela consecução de seus objetivos, o Estado moderno pode coordenar vastos recursos financeiros, humanos, tecnológicos, informacionais e os fazer de forma planejada e centralizada.

Na trajetória da Arquivologia, as instituições desempenharam e desempenham papel fundamental. Desde a Antiguidade greco-romana e a passagem pela Idade Média, os arquivos estiveram muito ligados a uma ideia de documentação oficial, abraçando, mais à frente, enfoques em documentos como prova, como memória e como instrumento administrativo (Marques, 2011).

A mudança estrutural ocorrida na França, por ocasião da Revolução de 1789, por sua vez, consolidou o modelo de centralização dos arquivos, o modelo de um Arquivo Nacional (referência para tantos outros, inclusive o brasileiro) e da própria perspectiva dos documentos, doravante vistos como fundamentais ao processo de criação das identidades nacionais no continente europeu:

> [...] com a hierarquização dos depósitos; a nacionalização e centralização dos arquivos, que, até então, eram conservados por instituições e pessoas de forma independente; a triagem; a divulgação e proteção dos acervos; e, sobretudo a concepção dos arquivos nacionais, mantenedores da memória na perspectiva do significado histórico dos documentos (Marques, 2011, p.84).

Respondendo ao novo contexto em que se encontravam os documentos do Estado francês e do século XIX, consolidou-se o Princípio de Respeito aos Fundos e a concepção do Respeito à Ordem Original, dois dos princípios basilares da área até os dias atuais (Marques, 2011, 2021).

Da mesma forma, o assombroso crescimento dos programas sociais e governamentais para responder à crise de 1929 e à Segunda Guerra Mundial impôs,

aos Estados Unidos, a necessidade de criar mecanismos para aperfeiçoar a gestão de seus aparelhos institucionais e sua consequente produção e acumulação documental. A Comissão Hoover[25] e os instrumentos legais que tinham a gestão de documentos como objeto tiveram, como efeito, mudanças profundas na articulação do saber arquivístico, com novo olhar sobre a produção e a tramitação de documentos. Estabeleciam-se aí as práticas em torno do *Records Management*, que se diferenciam por focalizar a eficiência e os documentos administrativos, priorizando-os em relação aos documentos chamados históricos. A gradual disseminação do modelo nos Estados Unidos foi muito beneficiada pelas comissões, diretrizes institucionais, leis e todo o aparato burocrático estatal mobilizado para encontrar soluções para os desafios que se colocavam à administração pública. Como lembra Miranda (2023, p.140), a influência do modelo de *Records Management* tampouco se restringiu às fronteiras estadunidenses, servindo para os demais modelos de gestão de documentos e sendo estudado e aplicado no mundo inteiro, há mais de 50 anos.

Por diferentes que possam parecer os contextos, países e períodos onde foram registrados os maiores saltos de paradigmas do saber e/ou do fazer dos e nos arquivos, estes possuem algo em comum: a participação direta ou indireta dos aparelhos institucionais de governo. E, ainda hoje, por mais que os saberes e as experiências da área não circulem exclusivamente na esfera pública, o Estado definitivamente segue como o *lócus* privilegiado tanto da ação profissional quanto da construção científica arquivística.

No Brasil, a primazia das instituições públicas de arquivo sobre as privadas pode ser auferida em números, no relatório da "Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Equipamentos Culturais Brasileiros – TIC Cultura 2020" (Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020).

Em pesquisa realizada com os arquivos registrados no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)[26], 84% possuem natureza jurídica pública, 76% têm, como principal fonte de recursos, governos federais, estaduais ou municipais. Em parte, podemos inferir

[25] A Comissão foi criada para examinar o crescimento vertiginoso da máquina pública americana no pós-Segunda Guerra, de forma a reduzir o desperdício governamental e dar mais eficácia e controle ao Poder Executivo. Uma segunda Comissão foi criada ainda em 1953 para lidar com novo crescimento burocrático por conta da Guerra da Coreia (Miranda, 2023, p.124).

[26] A população de referência totaliza 437 arquivos e a amostra trabalhada pela pesquisa foi de 281 (CONARQ, s.d.).

que esse cenário se dá porque arquivos demandam orçamentos de manutenção elevados enquanto têm um potencial de retorno financeiro baixo, via de regra. Entre os equipamentos culturais da pesquisa, os arquivos se destacam entre os que possuem receita anual superior a R$10 milhões, com 13%. Apenas 1% dos cinemas e 2% dos teatros se encontram em tal faixa. Bibliotecas, museus e outros não pontuaram.

Chama a atenção, também, o fato de que mesmo com 27 unidades federativas e mais de 5.000 municípios, 25% dos arquivos brasileiros são federais, contra 26% estaduais e 33% municipais. É de longe a maior porcentagem entre todos os equipamentos culturais analisados[27]. Dois fatores podem ajudar a explicar: uma característica mais centralizadora dos arquivos no que toca à Administração Pública e um maior poder orçamentário para manter instituições dessa natureza.

O papel das instituições públicas no desenvolvimento da Arquivologia também pode ser atestado na produção de conhecimento acadêmico. No Brasil, país de dimensões continentais, temos apenas dois cursos de graduação em Arquivologia abrigados na iniciativa privada contra 17 abrigados nas instituições de ensino superior federais e estaduais.

Como detentoras legais da maior parte do patrimônio arquivístico brasileiro, a sua guarda e o seu tratamento, bem como o maior disseminador dos paradigmas coloniais, são as instituições de Estado e os seus servidores que deverão ser impelidos a assumir papel ativo na abordagem descolonial dos arquivos nos quais atuam. Pela legislação brasileira, até mesmo os arquivos privados são passíveis de ser declarados como de interesse público e impedidos de alienação ao exterior e dispersão ou perda de unidade documental (Brasil, 1991). Por isso, quando se intenciona descolonizar arquivos, é necessário que se pense em formas de levar essa abordagem para as políticas públicas.

Nos últimos anos, algumas experiências latinoamericanas dão conta de que está em curso uma nova forma de se pensar a representatividade e o reconhecimento de povos originários e minorias a partir de uma reconfiguração do Estado. Ao fim dos anos 2000, Equador e Bolívia aprovaram nova constituição que coloca os respectivos

[27] A pesquisa define como equipamentos culturais: arquivos, museus, bibliotecas, museus, bens tombados, cinemas, pontos de cultura e teatro. O segundo equipamento com maior percentual de federais são os museus, com 14% (Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020).

Estados na condição de plurinacionais, ou seja, reconhece-se, na carta magna, que no território nacional existem diversas nacionalidades com autonomia e direitos assegurados (Ferreira; Portanova; Précoma, 2019).

No Chile, chegou-se a discutir uma constituinte com dispositivo similar, em 2022, mas o processo não avançou. Com mais de 60% da população se autodeclarando indígena (Organização das Nações Unidas; Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe, 2015), a Bolívia aparece na vanguarda dessas políticas e criou o *Viceministerio de Descolonización* (VMD)[28], exclusivamente para consagrar o inciso primeiro do artigo nono da nova Constituição do Estado Plurinacional: "Construir uma sociedade justa e harmoniosa, construída na descolonização, sem discriminação ou exploração, com plena justiça social, para fortalecer as identidades plurinacionais" (Bolívia, 2009, p.3).

Na Constituição boliviana ainda se fala em "educação descolonizadora" e, com isso, abrem-se diversas possibilidades de políticas e ações. Se, por um lado, não se coloca ainda a questão dos arquivos no centro do debate, abrem-se alternativas para pensar políticas arquivísticas que subscrevam à visão de um Estado que se propõe a se descolonizar.

Todo esse processo, posto em marcha em alguns países latino-americanos, não se limita aos aspectos políticos e se soma a medidas contra-hegemônicas na economia. Para Mignolo, medidas como a estatização de *commodities* e a reversão de privatizações, no contexto boliviano, estão alinhadas ao que caracterizou como "opção descolonial" e como descolonização do estado e da economia (Escobar; Mignolo, 2013, p.15-16).

Esse Estado, compreendido na chave gramsciana de Estado ampliado, corresponde à soma da sociedade civil com a sociedade política. As duas partes se influenciam e há, na primeira, uma disputa cultural e ideológica entre grupos sociais que é coroada com a conquista da segunda. Portanto, em Gramsci (*apud* Portelli, 1977, p. 65)[29], há uma relação de subordinação entre as duas sociedades, com primazia da civil sobre a política.

---

[28]O Viceministério está diretamente vinculado ao Ministerio de Culturas, Descolonización y Despatriarcalización.

[29] PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

Na sociedade civil, de Gramsci, é possível para classes subalternas se organizarem em partidos, sindicatos, associações e disputarem pautas, ideias e a própria hegemonia. Na América Latina, Bolívia e Equador refundaram o seu Estado como plurinacional, e estão em marcha algumas mudanças significativas que permitem crer que o Estado, tal como se desenha, não é impermeável à agenda descolonial. Para além disso, mostra que o Estado pode ser imprescindível nas mudanças e consolidações de paradigmas, devendo, portanto, ser disputado e mobilizado para agendas como a descolonização de arquivos.

Alguns estudos recentes indicam, inclusive, que já há uma familiaridade e uma predisposição geral em muitos trabalhadores dos arquivos a colaborar com a agenda descolonial e reconhecer responsabilidades e necessidades de alterar o seu *modus operandi*. Ao menos é essa a conclusão a que chega Jansenn (2023), em pesquisa conduzida com 59 trabalhadores do setor de arquivos do Reino Unido, a maior parte de arquivos públicos de governos locais. Quando perguntados se já haviam ouvido falar em “descolonização”, apenas um respondeu que “não”, e outros dois responderam “não sei” (Jansenn, 2023, p.101). Na mesma pesquisa, 81% dos respondentes pensam que a descolonização de arquivos é “muito importante” ou “importante”; e 83% declararam que o Reino Unido deveria se engajar ativamente numa abordagem descolonial para os seus arquivos do período colonial (Jansenn, 2023, p.103).

Ainda assim, cabe ressaltar que não há um consenso na área sobre a necessidade ou mesmo a viabilidade de se descolonizar os arquivos estatais. Há uma disputa a ser resolvida entre descolonizar a práxis e/ou descolonizar os espaços. Autores como Fraser e Todd (2016) defendem a aplicação de uma “sensibilidade descolonial” (*práxis*), reconhecendo os arquivos estatais (espaços) em sua intenção original, abdicando, portanto, de descolonizá-los. Pensando no que seriam as necessidades indígenas frente aos arquivos estatais, corporativos e de igrejas canadenses, discorrem:

> Argumentamos que, em vez de descolonizar os arquivos, a aplicação de uma sensibilidade descolonial é necessária para atender às complexas relações entre os arquivos e os povos indígenas. Tornar os arquivos mais amigáveis para os povos e atividades indígenas é essencial, mas, dada a história complexa e às vezes preocupante do Estado-nação canadense e sua abordagem draconiana e opressiva e seu relacionamento com os povos indígenas, é essencial que continuemos a reconhecer os espaços de arquivamento, especialmente os arquivos estatais, por sua intenção original:

> criar narrativas nacionais que buscam legitimar o Estado-nação excluindo vozes, corpos, economias, histórias e estruturas sociopolíticas indígenas (Fraser; Todd, 2016, tradução nossa).

Ainda que demarcando um aspecto digno de reflexões, é preciso pontuar que os autores parecem abordar a descolonização como um objetivo e como um fim, não como um processo. Ao interpretarmos a proposta pela chave semântica da descolonização enquanto processo, independente de sua possível finitude, há uma perda de sentido. Afinal, aplicar uma sensibilidade descolonial já não seria em si mesmo uma descolonização do arquivo em questão?

Da mesma forma, adotar a descolonização como uma ação que idealiza um final, ou um momento em que poderemos classificar um arquivo como "descolonizado", abraça uma incontornável contradição: podem os arquivos e os arquivistas subverter uma condição subjacente do mundo moderno, colonial e capitalista, sem a transformação do mesmo? As mesmas estruturas que o condicionaram permanecem de pé, talvez sob novas formas, neocoloniais e imperiais, sempre hegemônicas, puxando incessantemente na direção contrária da práxis descolonial.

Se voltarmos a Gramsci (1978), e a alguns dos conceitos que desenvolveu para aprimorar a teoria política de Marx (2011) e Engels[30] (Marx; Engels, 1997), podemos endereçar algumas questões relevantes. O conceito de hegemonia, tal como aprofundado pelo filósofo, dizia respeito primordialmente às dinâmicas internas do estado nacional e suas mediações, por meio da sociedade política e civil. Essa hegemonia se manifesta, segundo o italiano, quando uma classe dominante consegue articular internamente não apenas elementos econômicos e políticos, como também culturais e ideológicos, de forma a auferir o consenso das classes subalternas e legitimar a sua liderança. Esse conceito serviu de base para diversos outros elaborados posteriormente, incluindo o de contra-hegemonia[31].

[30] As formulações de Marx e Engels sobre o Estado, sobretudo no Manifesto do Partido Comunista, de 1848, estavam ancoradas em um mundo onde a sociedade civil e as suas instituições ainda eram incipientes para uma análise de correlação de forças. Nesse sentido, a caracterização de Estado de Gramsci as atualiza (Dore; Souza, 2018).

[31] O conceito de contra-hegemonia foi mobilizado por diversos autores marxistas e dos estudos culturais no século XX, como Edward Said, Stuart Hall e Boaventura de Sousa Santos. Com base na formulação teórica de Gramsci para hegemonia, a sua antítese seria a desconstrução da hegemonia dominante e a luta pela construção de uma nova, derivada das classes populares (Portelli, 1977).

Sem aparentes prejuízos, o conceito de hegemonia também foi extrapolado para as dinâmicas externas/imperiais e o papel da ideologia e da cultura na aceitação da modernidade e de uma ordem mundial tal qual se configurou no pós-colonialismo e no pós-Segunda Guerra Mundial.

Em resposta a essa hegemonia de poder e epistêmica, Quijano (1992), propôs a ruptura com os laços entre racionalidade/modernidade com colonialidade, em um primeiro momento, e a libertação social do poder organizado como desigualdade, como discriminação, exploração e dominação. Referindo-se a essa primeira etapa, Mignolo (2008) desenvolve o conceito de "desobediência epistêmica", da qual imprescindem todas as mudanças de descolonização política.

Como ideal de desobediência epistêmica, advoga pela opção descolonial, que se sustenta sobre duas teses: a primeira é baseada em um modelo de política com identidade, voltada para romper com a teoria política moderna hierarquizadora (classe, gênero, raça, sexualidade etc.); e a segunda no fato de que os sujeitos subalternizados por essa teoria política tiveram suas formas de conhecimento negadas. A opção descolonial, para o autor:

> [...] se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento. Por desvinculamento epistêmico não quero dizer abandono ou ignorância do que já foi institucionalizado por todo o planeta. [...] Conseqüentemente, a opção descolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender [...], já que nossos (um vasto número de pessoas ao redor do planeta) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/colonial (Mignolo, 2008, p.290).

Para além de epistêmica, a opção descolonial é subalterna, é pensada "a partir das línguas e das categorias de pensamento não incluídas nos fundamentos dos pensamentos ocidentais" (Mignolo, 2008, p.305).

Já Boaventura de Sousa Santos, sociólogo português que esteve associado ao Grupo M/C no início dos anos 2000, compreende que essa hegemonia ocidental se manifesta por meio da fase atual do capitalismo, a "globalização neoliberal", que descredibiliza todos os saberes rivais sob a sugestão de que não são comparáveis ao caráter científico e coerente das leis do mercado (Santos, 2003). Para o autor, entretanto, há exemplos de práticas contra-hegemônicas disputando o futuro global, dentro do que denomina de Epistemologias do Sul:

> As Epistemologias do Sul são uma proposta epistemológica que pretende identificar, validar os conhecimentos nascidos nas lutas, nas lutas sociais

> contra a opressão que, na época moderna, foram fundamentalmente produzidas por três formas de dominação: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. São epistemologias porque procuram validar conhecimentos, conhecimentos outros, que não aqueles que estão validados pelas epistemologias do Norte. [...] Chamam-se epistemologias do Sul porque o sul não é um sul geográfico, o sul geográfico é tão dominado pelas epistemologias do norte quanto o Norte e, por vezes, mais. Basta analisar o que se ensina e aprende nas universidades de matriz eurocêntrica. O Sul para mim é epistêmico, é exactamente o conjunto dos conhecimentos nascidos na luta, nas lutas anticapitalistas, anticolonialistas e antipatriarcais, lutas das mulheres, dos povos quilombolas, dos povos indígenas, dos povos colonizados, dos trabalhadores, que ao lutarem sempre usaram e produziram conhecimentos e esses conhecimentos nunca foram reconhecidos como tal. Portanto, é uma tentativa de captar esse processo de conhecimento que nasce na própria luta e no viver na luta contra a opressão (Santos, 2020).

Recorrentemente nos anos 2000, Santos (2003) abordou o Fórum Social Mundial (FSM) como um dos movimentos de lutas globais mais promissores alinhados a essa perspectiva. Mignolo, por sua vez, apontou as mudanças em curso na América Latina, sobretudo na onda progressista de governos da região na virada do século XXI, destacando-se Equador, Bolívia, Venezuela e Brasil (Escobar; Mignolo, 2013; Mignolo, 2008).

No que se refere aos pensamentos pós-coloniais, descoloniais e Epistemologias do Sul, autores divergem em algumas partes sobre conceitos, estratégias e formas de luta contra-hegemônica mas convergem na ideia de que é possível atuar de forma descolonial, seja pela sociedade política (governo, instituições públicas, legislação), seja pela sociedade civil (movimentos sociais, sindicatos, associações, partidos políticos, imprensa), e galgar transformações sociais amplas.

Para os arquivos, portanto, o reconhecimento de que a teoria e as práticas descoloniais são codependentes suscita um sem-número de possibilidades de atuação. Em instituições de Estado e da sociedade civil, bem como em ações individuais e coletivas, já existem diversos exemplos e precedentes de ações e políticas descoloniais, algumas das quais veremos nesta seção.

4.2 Descolonialidade em arquivos: panorama da literatura

Descolonizar a teoria arquivística significa repensar a trajetória de conhecimento na área e reexaminar princípios, conceitos e metodologias já estabelecidos dentro de uma perspectiva descolonial. Para tanto, esta perspectiva deve estar imbuída não somente do aporte teórico necessário, como também de um

compromisso inviolável com valores condizentes com a defesa de grupos e comunidades desprivilegiadas em um padrão de colonialidade. Portanto, crítica e disposta a questionar princípios e conceitos como proveniência, custódia e acesso a partir de uma perspectiva crítica da modernidade. Na mesma direção, elaborar e até mesmo incorporar conceitos de outras áreas que instrumentalizam esse novo olhar. Assim, descolonizar arquivos pode ser uma tarefa tão ampla quanto a diversidade de abordagens na literatura sugere e se faz importante mapeá-las para que se possa compreender com clareza o quadro que se apresenta.

No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a busca mais profícua se mostrou a partir do termo “decolonial”, sob o qual encontramos 2.032 teses e dissertações. Dessas, 326 estavam inscritas na grande área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas[32]. Abaixo desse filtro, dez estavam classificadas em Ciência da Informação, uma em Biblioteconomia e nenhuma em Arquivologia[33]. Avançando para uma análise qualitativa dos 11 resultados, a maior parte tem seu foco em subáreas da Ciência da Informação como organização/produção/representação do conhecimento, competência em informação, sistemas de classificação, classificação facetada e outros. Um dos trabalhos dialoga transversalmente com temas da Comunicação e *Marketing* e outros dois dialogam de forma explícita com arquivos e documentos: o primeiro com o papel dos arquivos comunitários na educação arquivística e o segundo com arquivos experimentais e neodocumentalismo[34].

---

[32] Para entendimento do leitor, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) classifica hierarquicamente as áreas do conhecimento, em um instrumento denominado “Tabela de Áreas do Conhecimento” (TAC). No entendimento do órgão, a Arquivologia é uma subárea da Ciência da Informação, junto à Biblioteconomia e à Teoria da Informação. Por sua vez, a Ciência da Informação está inscrita no campo das Ciências Sociais Aplicadas, junto à Administração, ao Direito, Comunicação e outras (CNPQ, 2024).

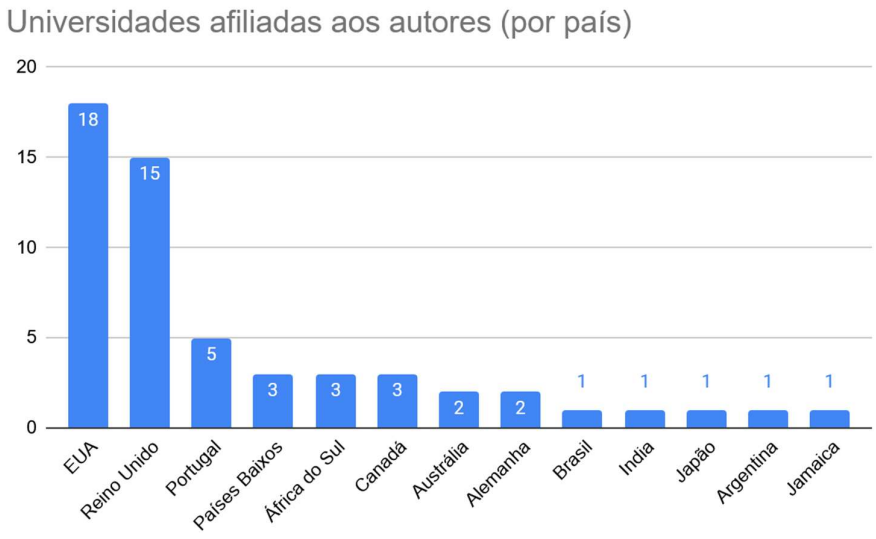
[33] Cumpre contextualizar que, no Brasil, existem apenas dois programas de pós-graduação em Arquivologia, ambos no nível de mestrado profissional, a saber: Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), e Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ), oferecido a partir da parceria entre a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

[34] ALENCAR, Maíra Fernandes; TOGNOLI, Natalia Bolfarini; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Comunidades discursivas de pesquisa e educação arquivística: análise de domínio da Archival Education Research Initiative (2008-2021). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, 2024. DOI: 10.1590/1808-5245.30.137375. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/137375. Acesso em: 20 fev. 2026.

Nas bases de periódicos científicos, foram 186 resultados combinados (BRAPCI, SciELO, LISTA e CAPES), dos quais 50 foram selecionados para análise. Entre as bases, a BRAPCI foi a que mais retornou resultados nas buscas, totalizando 69 artigos, e, ao mesmo tempo, a que menos teve artigos selecionados após a filtragem manual (nenhum). A SciELO teve 59 resultados, dos quais oito foram selecionados para análise. CAPES e LISTA, por sua vez, tiveram resultados semelhantes, com cerca de ⅔ dos artigos permanecendo após a segunda filtragem (22 de 31 e 20 de 30, respectivamente).

Em uma análise quantitativa preliminar dessas bases, foram mapeados os autores e as universidades às quais estavam afiliados, bem como os periódicos que publicaram os estudos, de forma a ser possível compreender quais países estão na vanguarda dos estudos sobre arquivos em abordagem descolonial. E, por mais que se possa intuir o contrário, afinal a abordagem é, em essência, latinoamericana, a produção acadêmica é liderada por universidades dos Estados Unidos e Reino Unido. Entre as antigas colônias, além dos Estados Unidos da América (EUA), Canadá, África do Sul e Austrália reforçam a predominante produção anglófona.

Gráfico 1 - Universidades afiliadas x países de origem

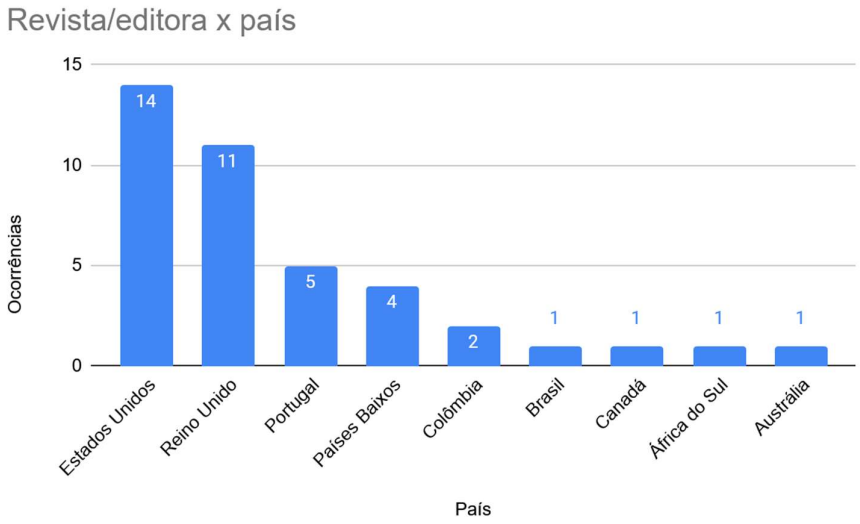


Fonte: elaboração própria, 2024.

DIAZ, Pedro. **Arquivos críticos experimentais:** Modulação, neodocumentalismo e decolonialidade. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Arte e Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Da mesma forma, as editoras e revistas que publicam os estudos pertencem, em sua maioria, aos mesmos países.

Gráfico 2 - Revistas/editoras x países de origem



Fonte: elaboração própria, 2024.

Alguns fatores surgem como possíveis explicações: em primeiro lugar, a produção científica, de maneira geral, é liderada pelos países centrais do capitalismo. Países desenvolvidos tendem a pressionar as fronteiras e os avanços científicos com maiores investimentos direcionados em ciência, tecnologia e educação. Notáveis exceções em alguns *rankings* de produção científica se fazem por parte da China e da Índia, que, para além do investimento, são beneficiadas, entre outros aspectos, por seus enormes contingentes populacionais. A mesma conjuntura, que condiciona as colonialidades e a dependência, também provoca um êxodo de cérebros proeminentes das periferias em fluxo contínuo para os centros, atraídos por melhores oportunidades e condições de trabalho, de financiamento e de vida.

Outro ponto remete ao fato de que grande parte das universidades de elite dos países desenvolvidos possui departamentos voltados para estudos latino-americanos, onde muitas vezes correntes como o pensamento descolonial encontram financiamento. O próprio grupo M/C tinha, em sua composição, quase metade dos pesquisadores vinculada a universidades americanas, conforme levantamento apresentado no quadro 3:

Quadro 3 - Perfil dos membros do Grupo Colonialidade/Modernidade

Integrante	Área do conhecimento	Nacionalidade	Filiação
Aníbal Quijano	Sociologia	Peru	Universidad Nacional de San Marcos, Peru
Enrique Dussel	Filosofia	Argentina	Universidad Nacional Autónoma de México
Walter Mignolo	Semiótica	Argentina	Duke University, EUA
Immanuel Wallerstein	Sociologia	Estados Unidos	Yale University, EUA
Santiago Castro-Gómez	Filosofia	Colômbia	Pontificia Universidad Javeriana, Colômbia
Nelson Maldonado-Torres	Filosofia	Porto Rico	University of California, Berkeley, EUA
Ramón Grosfóguel	Sociologia	Porto Rico	University of California, Berkeley, EUA
Edgardo Lander	Sociologia	Venezuela	Universidad Central de Venezuela
Arthuro Escobar	Antropologia	Colômbia	University of North Carolina, EUA
Fernando Coronil	Antropologia	Venezuela	University of New York, EUA
Catherine Walsh	Linguística	Estados Unidos	Universidad Andina Simón Bolívar, Equador
Boaventura Santos	Direito	Portugal	Universidade de Coimbra, Portugal
Zulma Palermo	Semiótica	Argentina	Universidad Nacional de Salta, Argentina

Fonte: Ballestrin, 2013.

Ademais, é possível afirmar que a abordagem descolonial em arquivos não está pautada de forma consistente no Brasil. Apenas um trabalho foi identificado com as características desejadas, por uma autora vinculada à Universidade Federal da Bahia (UFBA), que publicou artigo em uma revista portuguesa. É de Portugal essencialmente toda a produção lusófona encontrada. Dada a escassez de publicações na área dos arquivos no Brasil, cabe ao menos destacar os esforços empreendidos em áreas e disciplinas próximas, como o dossiê “Decolonialidade e Ciência da Informação: veredas dialógicas” (2021), editado pelo Programa de Pós-

Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em associação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Guardadas as diferenças de objeto e enfoque das áreas, o dossiê é um marco na aproximação dos estudos descoloniais da arena informacional e documental no Brasil.

Outra estatística que nos aproxima desse panorama brasileiro é a quantidade de grupos de pesquisa ativos dedicados ao tema, inscritos no CNPQ. Consultando o Diretório de Grupos de Pesquisa (CNPq, s.d.), em julho de 2023, constatamos que o tema (decolonialidade/decolonial) está presente, direta ou indiretamente, em 318 grupos de pesquisa. Destes, 48 estão inscritos em Ciências Sociais Aplicadas. Dentro deste universo, nenhum grupo está vinculado à Arquivologia e apenas um à Ciência da Informação. O “Grupo de Pesquisa em Cultura, Conhecimento e Inovação”, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), lista “decolonialidade do conhecimento” entre as palavras-chave de uma de suas linhas de pesquisa voltada à organização e representação do conhecimento.

No cenário internacional, o debate já começa a se desenrolar com mais vigor, com uma crescente de publicações, sobretudo nos últimos cinco anos, que já abordam facetas específicas da colonialidade nos arquivos como a supremacia branca, o patriarcado, a heteronormatividade, a opressão dos povos autóctones e a subrepresentação. Destacam-se, entre as publicações, a iniciativa europeia *L'Internationale*, que organizou uma coletânea de artigos dedicados ao tema, intitulada *“Decolonising Archives*” (Ištok, 2016); o livro “*Displaced Archives”* (Lowry, 2017) de James Lowry; e a revista estadunidense *Archival Science*, que em sua edição nº 19 (2019) também dedicou um tópico para artigos relacionados ao tema.

Na esteira das publicações, livros, artigos e, sobretudo, coletâneas, que reúnem publicações de autores variados, nota-se uma ampla diversidade de tópicos abordados sob a ótica do que se entende por arquivos descoloniais. Longe de estreitar, as coletâneas ampliam e reforçam o quão rico é o universo dessas abordagens. No que tange a essa pluralidade de abordagens, observada sobretudo na produção científica internacional, podemos agrupá-la em três grandes grupos: representatividade, práxis arquivística e custódia.

As abordagens focalizadas na representatividade têm, como objetivo, caracterizar a subrepresentação ou a marginalização de determinados grupos sociais

nos arquivos, notadamente povos originários, colonizados, mulheres, LGBT+ e negros. Naturalmente, o peso de cada grupo social e cada subrepresentação arquivística vai responder primariamente a uma conjuntura nacional. As questões indígenas, por exemplo, tendem a ser mais relevantes no Brasil do que na Alemanha, e mais na Bolívia que no Brasil.

São essas configurações que se manifestam repetidamente nas abordagens representativas analisadas nas bases de dados. Cada região e cada país tem lacunas históricas a serem sanadas que não se apresentam da mesma maneira em nenhum outro lugar. Os artigos analisados que trabalham sob esse foco, muitas vezes o fazem de forma individualizada, em estudo de caso específico (Cranna, Hirsch, 2021; Schellnack-Kelly, 2020; Fraser; Todd, 2016; Ngoepe; Jacobs; Geyer, 2022). Na busca por alterar o cenário descrito, a abordagem representativa frequentemente concilia com outra abordagem, a práxis arquivística.

As publicações com foco na práxis arquivística (Caswell; Ghaddar, 2019; Montenegro, 2019; Gak *et al*., 2021) tendem a propor formas de intervenção descolonial nos arquivos, o que significa, em primeira instância, reconhecer que o arquivista exerce o seu ofício a partir do contexto social em que inevitavelmente está inserido. Também nos direcionam à compreensão de que as próprias instituições arquivísticas, como todas as instituições, são construções sociais e estão igualmente inseridas no mesmo contexto histórico e social de seu tempo. Como os arquivistas, estão igualmente sujeitas a reproduzir ideologias dominantes em suas diretrizes, estruturas, políticas, ações e, mesmo, em sua missão.

Na literatura da área, é a partir desse entendimento que funções arquivísticas consolidadas recebem novos matizes e variantes, muitos delas já em prática em instituições arquivísticas como a descrição reparativa, que, em uma perspectiva de intervenção descolonial, suplanta a descrição tradicional. Por fim, a abordagem de custódia se dedica aos problemas e contenciosos arquivísticos resultantes dos processos de independência das colônias.

Importante destacar que, ao longo da seção, também serão citados ou analisados trabalhos e autores que foram conhecidos por outros caminhos que não a busca direta nas bases de dados. Da mesma forma, é certo que tantos outros trabalhos fugiram às redes de pesquisa do autor por terem sido publicados em editoras

menores ou mesmo por estarem protegidos por direitos autorais, havendo custos de aquisição incompatíveis com a viabilidade da pesquisa.

4.3 Arquivos coloniais e a necessidade de uma nova práxis

Como sabemos, é próprio da condição de Ciência Social Aplicada que a sua teoria e as práticas profissionais caminhem entrelaçadas, de forma que se retroalimentem. Assim, repensar os fazeres arquivísticos em ambientes profissionais é tão importante quanto a teoria. É no seu cotidiano que o arquivista pode ajudar a construir uma nova perspectiva, se enxergando nesse processo. Diferentemente da teoria, a práxis ultrapassa a bolha profissional e alcança diretamente a comunidade.

Uma atuação profissional herdeira do colonialismo é, como já explicitado, o conjunto das práticas profissionais que reproduzem o *status quo* e o olhar moderno que naturaliza as opressões entre povos, raças, classes e gêneros. Uma prática arquivística descolonial, por sua vez:

> [...] começa desse entendimento, que o colonialismo ocidental, o império e a raça são aspectos muito mais difundidos em nosso campo do que é usualmente considerado. De fato, estão intrinsecamente relacionados a todas as facetas de como pensamos, falamos e trabalhamos em nosso campo porque eles são características definidoras da modernidade em toda parte, incluindo sua forma neoliberal de hoje (Caswell; Ghaddar, 2019; p.78, tradução nossa).

Propor uma descolonização profissional e científica significa, em primeira instância, abandonar de vez a figura positivista do cientista e do profissional guiado por escolhas técnicas. Não há, aqui, nenhuma pretensão de novidade ou reinvenção da roda: na virada do século passado, Nesmith (1999) já destacava a insuficiência dos conceitos de arquivo e documento para endereçar a evidente subjetividade nos fazeres arquivísticos, assim como firmava a importância da mediação entre o arquivista e a sociedade para a compreensão de um documento ou arquivo:

> Para os arquivistas, uma implicação dessas considerações está no fato de que esses mesmos processos gerais de comunicação criam registros e arquivos[35]. Assim, conjuntos específicos de atividades, como o arquivamento,

[35] Ao longo da pesquisa, algumas traduções distinguirão entre "registros" e "documentos", pois, em alguns países, entende-se que os records (registros) referem-se às fases corrente e intermediária, enquanto os documents (documentos) correspondem à fase permanente. No Brasil, não há essa diferença terminológica, mas os termos originais serão mantidos.

> que consistem principalmente em processos de comunicação, co-criam registros, arquivos e o conhecimento que eles transmitem. Isso contraria a visão aparentemente de senso comum de que os registros e arquivos existem plenamente em um estado de natureza, fora ou antes dos processos de comunicação, e que os meios de comunicação são simplesmente ferramentas que nos permitem observar e definir ou transcrever a natureza objetiva dos registros e arquivos de forma cada vez mais precisa. Os arquivos são criados em grande parte por comunicações geradas pela multiplicidade de interações criadas à medida que os arquivos são construídos e na interação entre os arquivos e o mundo ao redor; os arquivos, por sua vez, ajudam a criar a realidade, em vez de apenas documentá-la (Nesmith, 1999, p.144, tradução nossa).

Muito antes de Nesmith, Howard Zinn já se debruçava sobre o dilema da neutralidade nos fazeres profissionais, incluindo os arquivísticos. A partir de Mannheim e Marx (Zinn, 1977), nos lembra que o conhecimento tem uma origem e um uso social. Ao passo que reflete o viés de uma determinada ordem, não pode ser neutro nem em sua origem nem em seu efeito. Ao abordar os profissionais da era moderna, de maneira genérica, elucubra:

> Haviam poucos profissionais antigamente. Agora estão por toda parte e com suas habilidades e conhecimentos poderiam ser uma ameaça ao *status quo*. Porém, sua vontade de desafiar a ordem vigente é constantemente enfraquecida por recompensas de dinheiro e posição. E eles estão tão divididos, tão preocupados com suas próprias especialidades, que passam a maior parte de seu tempo amaciando e reforçando seu elo na engrenagem da máquina social. Isso deixa muito pouco tempo ou energia para se preocupar se o sistema é feito para guerra ou paz, para justiça social ou para lucros individuais, para nos ajudar ou para nos envenenar (Zinn, 1977, p.16, tradução nossa).

Para o mesmo estudioso, determinados profissionais têm papel-chave no controle social, entre eles os ligados diretamente à disseminação de conhecimento na sociedade como professores, historiadores, cientistas políticos, jornalistas e arquivistas. Entretanto, ao comparar o arquivista com outros profissionais disseminadores de conhecimento, defende que o primeiro:

> [...] tende a ser ainda mais cuidadoso acerca de sua neutralidade, e a ver seu trabalho como um trabalho técnico, distante do desagradável mundo dos interesses políticos: um trabalho de recolher, ordenar, preservar e tornar acessível os registros da sociedade. Entretanto, mantenho o mesmo que disse acerca de outros profissionais e argumento que o arquivista, de formas sutis, tende a perpetuar o *status quo* político e econômico simplesmente por reproduzi-lo em seu fazer comum. A sua neutralidade é, em outras palavras, **falsa**. Sendo assim, a rebelião do arquivista contra o seu fazer não é, como muitos estudiosos temem, a politização de um ofício neutro, mas a **humanização de um inevitável ofício político** (Zinn, 1977, p.20, grifo nosso, tradução nossa).

Décadas mais tarde, o tema volta a ser revisitado por Nesmith, que alertou para o papel dos arquivistas na construção dos arquivos públicos e para as consequências de se perseguir a neutralidade:

> Os arquivistas têm um papel a desempenhar na reflexão sobre essas questões e na reconceitualização do "documento público". Se eles decidirem desempenhar esse papel, poderão de fato ajudar a "criá-lo" de novas maneiras. Talvez os arquivistas resistam à mudança. Mas mesmo que o façam com sucesso, ainda assim acabarão ajudando a "criar" o documento no sentido convencional. Mesmo que optem por ser "neutros", eles ainda assim – pela própria ausência de sua intervenção – influenciarão a criação de qualquer documento público que venha a surgir (Nesmith, 1999, p.148, tradução nossa).

Uma falta de consciência do papel do arquivista sobre a construção da memória e, sobretudo, da percepção das instituições de arquivo não como depósitos de documentação, mas como reflexos da sociedade que os criou, acarretaria uma negação do poder que se realiza através dos arquivos. Para Cook e Schwartz (2002, p.2, tradução nossa), é importante que se reconheça tal poder uma vez que um "poder reconhecido se torna um poder que pode ser questionado, responsabilizado e aberto ao diálogo transparente e à compreensão enriquecida".

Na década de 2000, Jimerson (2007) propôs uma atuação profissional arquivística que adotasse uma postura ativista, munida de consciência social e voltada para o interesse público. Essa atuação deveria abraçar o poder dos arquivos e teria atrelados a si os preceitos de responsabilização/prestação de contas, governo aberto, justiça social e diversidade.

A relevância de atuar com fins à responsabilização e à prestação de contas é mais evidente na medida em que analisamos casos notórios de ilícitos e malfeitos públicos. Jimerson, estadunidense, rememora *Watergate*, Irã-Contras e outros escândalos das administrações Reagan, Nixon e George W. Bush[36]. Em cada um deles, os documentos (ou a ausência deles) produzidos pela administração pública tiveram papel determinante no desvelar dos fatos.

No que diz respeito ao governo aberto, o autor entende que os arquivistas devem se engajar ativamente na abertura progressiva e contínua de arquivos

[36] O caso *Watergate* ocorreu nos anos 1970, quando o governo de Richard Nixon foi acusado de espionagem contra o Partido Democrata dos EUA, culminando na renúncia presidencial. Já o caso Irã-Contras se deu no governo Ronald Reagan, nos anos 1980, quando se tornou pública uma operação secreta da Agência Central de Inteligência (CIA) para vender armas ao Irã e financiar milícias anticomunistas na Nicarágua.

classificados quanto ao sigilo, sobretudo os históricos, com vistas a diminuir o segredo e a opacidade, e aumentar a transparência governamental.

A busca pela justiça social nos arquivos se mostra necessária especialmente em países que enfrentaram regimes opressivos combinados a uma transição problemática, de forma que ainda exista uma cultura subjacente controlando as narrativas e impedindo o pleno exercício dos direitos individuais. O autor lembra Verne Harris e o *apartheid* sul-africano[37], mas podemos estender o raciocínio com certa facilidade para todos os regimes militares que molestaram a América Latina no século XIX, essencialmente o trabalho das comissões da verdade no Brasil (Tenaglia, 2019) e suas equivalentes nos países irmãos.

Por fim, é atribuída, aos arquivistas, uma atuação direcionada à diversidade, ao coletarem, armazenarem e preservarem documentos de comunidades, grupos religiosos, trabalhadores e outros grupos marginalizados da sociedade como negros, mulheres e homossexuais.

Assim como Jimerson, reconhecendo o papel dos arquivistas como sujeitos ativos na construção da memória e os arquivos como instrumentos para o exercício de poder, Harris (2021) avança para construir um novo modelo de atuação profissional calcado em valores éticos que ele considera como um “chamado à justiça”:

> O clamor por justiça – e também o chamado da justiça – devem ser ouvidos por aqueles que estão sendo oprimidos pelo poder. Os miseráveis da terra. E o chamado é para a ação: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de forma diferente, mas a questão é mudá-lo” (Marx 2009: 97). Mas agora estou mais orientado pelos discursos da interseccionalidade, em que os miseráveis são reconhecidos e ouvidos em múltiplos vetores de opressão e vulnerabilidade, e o chamado da justiça é para uma ação sem uma trajetória predeterminada e sem um horizonte teleológico. É o que estou chamando de interseccionalidade desconstrutiva, que me dá orientação e forma em um mundo onde o chamado da justiça parece ficar mais alto e mais múltiplo e os sistemas de poder opressivo mais onipresentes e insidiosos, e que me dá pelo menos a aparência de um padrão, ou um esquema, para a prática (Harris, 2021, p.119-120, tradução nossa).

Como parte dos denominados “trabalhadores da memória”, junto a pesquisadores, advogados de direitos humanos, ativistas comunitários, conselheiros e outros, os arquivistas deveriam ter, em sua práxis, princípios que incluem

[37] O *apartheid* sul-africano foi um regime de segregação racial, por meio de leis discriminatórias e da restrição de direitos da população negra. Vigorou até meados dos anos 1990. Verne Harris, arquivista e historiador sul-africano, teve destacado papel na preservação de arquivos referentes ao regime e na luta por democracia e justiça social.

reconhecer a impossibilidade de um trabalho neutro, imparcial e apartidário, revelando os seus vieses e as suas pressuposições; buscar a construção de espaços seguros para a troca de experiências e histórias; resistir a quaisquer tentativa de impor metanarrativas, engajando deliberadamente na abertura de espaços para sub-narrativas e contra-narrativas; facilitar os esforços para a responsabilização de crimes e trabalhar para uma ação sustentável e intergeracional calcada na transformação da sociedade (Harris, 2021, p.119).

Como um esforço na direção de pensar o profissional de arquivo fora do paradigma positivista, domesticado pelo *status quo* e incapaz de se conectar e engajar nas batalhas coletivas de seu tempo, Jimerson e Harris deram um grande passo ao defender a justiça social como um imperativo. Ao mesmo tempo, Jimerson reelaborou sua própria ideia anterior[38] que consistia na necessidade de abandonar o ideal de objetividade junto às ilusões de neutralidade, passando agora a distingui-las:

> Os padrões profissionais, incluindo a objetividade, não precisam nos impedir de abordar questões morais, éticas ou políticas. Uma falácia comum é equiparar objetividade com neutralidade. É possível manter os padrões profissionais mesmo quando se está defendendo uma causa ou uma perspectiva moral ou ideológica [...]. Ao reconhecer a distinção entre objetividade e neutralidade, é possível que um historiador – ou arquivista ou bibliotecário – se envolva em defesa moral ou política sem sacrificar seus padrões profissionais (Jimerson, 2007, p.272, tradução nossa).

Como provocação e recurso retórico, de forma a dar a dimensão de importância e urgência de seus argumentos, Jimerson retoma Jerry Ham e questiona o que os arquivistas estariam fazendo de tão importante[39]. Não tarda muito para a isca ser mordida e inaugurar uma nova disputa filosófica pela razão do fazer arquivístico. Embora com algumas poucas concessões à Jimerson, Mark Greene é enfático ao condenar a sua tese central:

> Devemos ser também justiceiros? Por mais que eu valorize a minha profissão, ainda estou inclinado a deixar que outros liderem essa cruzada e a ficar satisfeito com o fato de que nosso propósito, nossa importância, é suficiente. Não é função do arquivista liderar a cruzada pela justiça social.

[38] "*Embracing the Power of Archives*", de 2006.

[39] "Apesar dessas verdades desagradáveis – ou, mais precisamente, por causa delas – continuo otimista de que os arquivistas podem se tornar agentes de mudança no interesse da responsabilidade, da justiça social e da diversidade. Se não aproveitarmos essa oportunidade, nas palavras de Jerry Ham há uma geração, 'então não sei o que estamos fazendo que seja tão importante'" (Jimerson, 2007, p.255, tradução nossa).

> Mas é seu trabalho buscar, adquirir e disponibilizar os registros que permitirão, entre outras coisas, que os defensores da justiça social mostrem que houve injustiça. Sem o trabalho do arquivista, seria impossível apresentar provas. Se acreditarmos no objetivo de algo chamado justiça social, podemos nos orgulhar de que a nossa profissão garante que a documentação relevante sobreviva. Se não acreditarmos na chamada justiça social, ainda assim podemos nos orgulhar do fato de nossos arquivos preservarem a memória e o significado para todas as facetas da sociedade (Greene, 2013. p.328, tradução nossa).

Remando na mesma direção de Greene, Boles coloca em xeque a ideia de poder dos arquivos e mesmo a fragilidade do que seria justiça social para cada indivíduo, da mesma forma que não haveria uma metodologia apropriada para determinar a justiça de cada motivação:

> Pode-se, é claro, evitar essa situação terrível dizendo que os arquivistas, coletivamente, não precisam chegar a um consenso sobre o que é moral e o que constitui justiça social. Os registros armazenados em uma instituição arquivística podem ser determinados pelo entendimento moral pessoal do arquivista sobre o que constitui justiça social. Mas converter um arquivo em uma reserva moral do arquivista que o preside violaria as normas de profissionalismo existentes. Agendas egoístas, mesmo que derivadas e sustentadas por quaisquer intenções, não têm legitimidade profissional (Boles, 2019. p.607, tradução nossa).

Lidando com o binarismo do arquivista ativo/passivo, Greene parece buscar uma sobrevida do profissional cuja existência não se justificaria em torno do que ele mesmo faz, e sim do que possibilitaria a outros fazerem. Ainda que estejamos falando de justiça social nos arquivos, seria de terceiros toda a responsabilidade de se engajar, ou não. O grande objetivo do arquivista, argumenta o autor, é servir ao usuário conforme definido por suas instituições (Greene, 2013, p.325). Em certo sentido, tal linha de raciocínio oferece uma nova roupagem para o arquivista do início do século XX, tal como imaginado por Jenkinson (1937), guardião passivo das evidências imparciais que se acumulavam em processo natural nos arquivos. Não tão distante daquele cujo valor profissional se manifestava em função do suporte ao trabalho de outros profissionais, notavelmente os historiadores:

> A carreira do arquivista é uma carreira de serviço. Ele existe para tornar possível o trabalho de outras pessoas.... Seu credo, a santidade das provas; sua tarefa, a conservação de cada fragmento de prova ligado aos documentos confiados à sua responsabilidade; seu objetivo é prover, sem preconceito ou reflexão posterior, a todos que desejam conhecer os meios de conhecimento. O bom arquivista é talvez o mais altruísta devoto da verdade que o mundo moderno produz. (Jenkinson *apud* Cook, 1997, p.23, tradução nossa)

Para Greene (2013), o valor da profissão independe de quaisquer que sejam os conceitos de justiça social, pois a sua virtude seria fornecer significados e contextos, por menores que sejam, aos usuários dos arquivos. Da mesma forma, argumenta que o poder exercido pelos arquivos, na concepção de Jimerson (2007), é demasiado amplo e que, em sua visão, seria muito mais situacional e local, integrado a uma missão institucional, por exemplo.

E, talvez, esteja aí o maior equívoco do autor, pois, se aceitarmos a premissa de que o mundo colonial capitalista desenhou e mantém a sociedade moderna e, consequentemente, todas as suas instituições, sistemas, pessoas e arquivos, é evidente que há um poder sendo exercido por meio dos arquivos, senão de forma linear, unânime e coesa, ao menos de forma largamente hegemônica. E se é possível identificar o mesmo fazer hegemônico nas mais diferentes instituições, seria um contrassenso supor que não se pode direcionar o poder dos arquivos em outra direção, ainda que em caráter paliativo.

Jimerson (2007), por sua vez, não advogou pelo engajamento social dos arquivistas como caminho único para a profissão. Apesar da força retórica e provocativa, expressou o seu desejo pela legitimação de um dos caminhos. Por óbvio que seja constatar, nem todos os arquivistas possuem as personalidades, características, vontades e formas de pensar necessárias para atenderem ao que Harris (2021) denominou de “chamado à justiça”. Acreditamos que esse dilema permanecerá válido quando pensarmos em descolonizar arquivos.

Uma vez reconhecido que aos profissionais dos arquivos é impossível uma atuação exclusivamente técnica, neutra e isenta de ideologia, ou ainda, que uma atuação que se reivindica desta natureza nada mais é que uma reprodução ideológica da colonialidade, é necessário discutir os valores e princípios morais que nortearão uma práxis descolonial.

Podemos intuir que, inseridos no caldo sociocultural ocidental, característico do século XXI, há uma determinada soma de valores, mais ou menos hegemônicos nas universidades e instituições de arquivo latinoamericanas, dentre os quais podemos identificar mais facilmente uma defesa difusa de grupos historicamente marginalizados, dos direitos humanos e a defesa das instituições e democracias ocidentais. Estes são, também, alguns dos temas gerais que permeiam em certa medida as propostas de Jimerson (2007) e Harris (2021), por exemplo.

Dentro desse contexto, surgiram diversas propostas e abordagens direcionadas aos arquivos e à Arquivologia que exploram as formas sob as quais os arquivos podem ser utilizados como instrumentos de opressão ou de libertação. Denominadas por alguns autores como “estudos críticos arquivísticos”, caracterizam-se, sobretudo, como perspectivas que:

> [...] (1) explicam o que há de injusto no estado atual da pesquisa e da prática arquivística, (2) propõem objetivos práticos sobre como essa pesquisa e prática podem e devem mudar e/ou (3) fornecem as normas para tal crítica. Dessa forma, os estudos críticos de Arquivologia, assim como a teoria crítica, são de natureza emancipatória, com o objetivo final de transformar a prática arquivística e a sociedade em geral. Como campo acadêmico e profissão, os estudos críticos arquivísticos ampliam o escopo do campo para além de uma orientação interna e centrada na prática e constroem uma postura crítica em relação ao papel dos arquivos na produção de conhecimento e diferentes tipos de narrativas, bem como na construção da identidade (Caswell; Punzalan; Sangwand; 2017, p.2, tradução nossa).

Os estudos críticos, dentro dessa concepção, podem, por sua vez, adotar diferentes enfoques teóricos, como os feministas, *queer*, pós-coloniais, descoloniais, entre outros (Alencar *et al*., 2023; Caswell; Punzalan; Sangwand, 2017).

Convém assinalar, entretanto, que ainda que se manifestem como progressistas e avançados, se considerados outros tempos, os enfoques dessas abordagens podem ser insuficientes para pautar um “giro descolonial” arquivístico ou mesmo uma práxis radical, como defendida por Caswell e Ghaddar (2019). Para as autoras, as concepções liberais de diversidade e justiça social se encerram na busca por acomodação e inclusão, ao passo que uma abordagem descolonial arquivística deve ter, em seu cerne, a transformação social necessária para resolver as questões em sua raiz.

> Aqui, radical se refere a uma abordagem de pesquisa e prática que vai à raiz dos fenômenos sociais, culturais, econômicos e políticos; que reflete e é transparente sobre as suposições e posições daqueles que produzem e disseminam o conhecimento; e que está comprometida com o desmantelamento de estruturas e sistemas de opressão e dominação. É uma abordagem orientada para a mudança e voltada para o futuro, na medida em que nos ajuda a imaginar uma maneira diferente de arquivar e um mundo diferente a ser arquivado (Caswell; Ghaddar, 2019, p.72, tradução nossa).

Mas o que seria, afinal, uma abordagem descolonial radical? A despeito de encontrarmos uma quantidade considerável de autores que escrevem sobre descolonizar arquivos, são poucos os que se aproximam de uma definição objetiva do que seria a práxis descolonial arquivística. Semelhantemente, são poucos os que se

dedicam a caracterizar o arquivo colonial em si, muitas vezes o objeto alvo da descolonização. Uma das aproximações pode ser encontrada em Stoler (2009, p.22):

> Aqui, trato esses arquivos coloniais tanto como um corpus de escritos quanto como um campo de forças que anima energias políticas e saberes especializados, que captura certos "fatos sociais" e os converte em conhecimento qualificado, que acolhe algumas formas de saber ao mesmo tempo em que repele e recusa outras. Esse campo possui forças centrípetas e centrífugas. Em grande medida, ele inscreve a autoridade do Estado colonial e as energias analíticas mobilizadas para sustentar suas assertivas. Mas também registra outras reverberações, atritos, atrações e aversões que atuavam dentro e contra essas pretensões de direitos imperiais sobre propriedades, pessoas e lucros, reivindicados pelos regimes coloniais como seus.

O arquivo colonial, erigido sob um regime opressivo, pode ser, e com frequência o será, usado para dar sustentação a novas formas de opressão (Harris, 2021, p. 108). Também pode ser usado para uma práxis libertadora, o que legitima tanto a teoria descolonial quanto a teoria de estudos críticos arquivísticos. As abordagens descoloniais, embora diversas, encontram, nesse ponto, um espaço de convergência. Com o intuito de destacar aquelas que mais contribuem para o esclarecimento do debate empreendido nesta tese, elaboramos a seguir um quadro comparativo:

Quadro 4 - Noções de descolonialidade em arquivos

AUTOR	NOÇÃO
Fraser e Todd (2016)	À luz desses desafios, nos perguntamos como seria a "descolonização dos arquivos"? Esse é um objetivo digno para os povos indígenas? Recuperar, remodelar e transformar os arquivos para atender às necessidades dos povos indígenas requer um engajamento honesto e direto com as estruturas burocráticas e arcaicas que governam e moldam a pesquisa atualmente. Os arquivos da Igreja, do Estado e das corporações devem ser reconhecidos como parte integrante da nação específica e dos esforços de criação de história que eles fomentam. [...] Não existe uma abordagem única para a descolonização ou indigenização dos arquivos. Isso exigirá abordagens sensíveis, ponderadas e contextuais que levem em conta relações, locais, histórias e realidades político-legais específicas. (2016, p.37, tradução nossa).
Bak *et al*. (2017)	Por um lado, exige que indigenizemos os arquivos. Isso significa tanto trazer mais vozes indígenas para as coleções e (re)descrever os registros, quanto tornar o espaço arquivístico mais acessível aos pesquisadores indígenas e membros da comunidade [...]. Por outro lado, significa que os arquivos também devem continuar a colocar o pesquisador em contato com a voz do "colonizador" (2017, p.9, tradução nossa).

AUTOR	NOÇÃO
Caswell e Ghaddar (2019)	Uma práxis arquivística descolonial parte desse entendimento, de que o colonialismo ocidental, o império e a raça são aspectos muito mais difundidos em nosso campo do que normalmente se considera. De fato, eles estão intrinsecamente ligados a todas as facetas de como pensamos, falamos e trabalhamos na área, porque são características definidoras da modernidade em todos os lugares, inclusive na forma neoliberal atual. [...] Portanto, uma práxis arquivística descolonial considera como os arquivos emergem por meio de processos e estruturas globais multifacetados e estão inseridos em formações discursivas mais amplas, nas quais vários locais, textos e contextos culturais estão ativos. Ela presta atenção às conexões multifacetadas e complexas entre nossos registros, coleções, instituições e tradições arquivísticas, por um lado, e as histórias e estruturas contemporâneas do império e da supremacia branca, por outro (2019, p.78, tradução nossa).
Montenegro (2019)	Esse esforço de descolonização de arquivos deve imaginar maneiras de ir além da teorização e passar à ação, buscando ajudar as tribos a recuperar suas terras e seus recursos, juntamente com os direitos e a autoridade sobre essas terras. Dessa forma, ela serve como uma abordagem anticolonial e, ao mesmo tempo, uma reprovação aos atuais procedimentos de reconhecimento federal (2019, p.130, tradução nossa) [...] esforços para desestabilizar as evidências - questionar sua materialidade, concepção, legitimidade, objetividade, autoridade e originalidade - são esforços anticoloniais que podem levar ao pensamento e à prática descolonial dos arquivos e, portanto, podem ajudar as tribos peticionárias a avançar com as reivindicações de reconhecimento de acordo com a política de reconhecimento federal dos EUA (2019, p.135, tradução nossa). Pois o esforço de descolonização dos arquivos (por mais tênue que seja) deve ser entendido não apenas como a descolonização dos documentos coloniais dos colonizadores ou das instituições que os mantêm, mas das mentes e dos métodos daqueles que mantêm, leem e interpretam esses registros, bem como das políticas e práticas que fazem uso do arquivo e dos arquivos coloniais como evidência (2019, p.135, tradução nossa).
Bastian (2019)	O colonialismo não é um monólito. Cada território anteriormente colonizado, cada comunidade atualmente marginalizada sofreu (ainda sofre) com o colonialismo à sua própria maneira e cada uma busca seu próprio caminho para a autoexpressão e a autorrealização. [...] A reformulação e a reinterpretação dos processos arquivísticos, o reaproveitamento dos registros do opressor para beneficiar o oprimido, o reconhecimento e a legitimação de formas alternativas de registros – tudo isso está dentro do alcance do arquivista. Muito já foi escrito sobre o poder dos registros, mas esses ensaios demonstram que o poder de descolonizar os arquivos reside, pelo menos parcialmente, nos próprios arquivistas (2019, p.206, tradução nossa).
Caswell (2021)	A descolonização não oferece treinamento de competência cultural para arquivistas brancos, para que eles possam extrair conhecimento de comunidades negras com mais fluência. Como argumentam Tuck e Yang[40], a descolonização tem a ver com a devolução de terras roubadas. Nesse contexto, a “descolonização dos arquivos” implica nada menos que o uso dos registros documentais para apoiar as reivindicações indígenas de terra e soberania. Os

[40] (Tuck; Yang, 2012).

AUTOR	NOÇÃO
	arquivistas podem intervir aqui, como descreve Maria Montenegro[41], reforçando as evidências para rastrear as histórias de tratados desonrados, usando os documentos para obter apoio público e interrompendo a lógica da supremacia branca na qual os registros coloniais dos colonizadores reivindicam legitimidade exclusiva (2021, p. 105, tradução nossa).
Gak *et al*. (2021)	Uma abordagem decolonial da práxis arquivística corresponde a pôr em evidência personagens, grupos e práticas socioculturais historicamente alijados das esferas de poder (2021, p.105).
Harris (2021)	O impulso de descolonizar o arquivo, eu diria, não é alheio ao chamado da justiça. E suas recompensas são múltiplas. [...] Defendo que o fantasma do arquivo é mais do que uma metáfora, da mesma forma que o arquivo é mais do que uma metáfora e da mesma forma que a descolonização é mais do que uma metáfora. Os fantasmas são o que os fantasmas fazem. Eles assombram (2021, p.19, tradução nossa).
Alencar; Tognoli e Cervantes (2023)	[...] abordar a decolonialidade na área pode ser considerada uma ação contra as lógicas coloniais no contexto dos registros e da memória. Por exemplo, a criação de narrativas pelo foco do oprimido pode envolver a criação de arquivos comunitários ou participativos, entre outras ações (2023, p.5).

Fonte: elaboração própria, com base nos autores citados, 2025.

Como podemos perceber, há variados pontos de vista sobre como se daria uma descolonização da práxis arquivística e/ou do arquivo. Importante destacar, em um primeiro plano, a centralidade da questão indígena para os acadêmicos canadenses e estadunidenses, permeando tanto o pensamento de Caswell (2021) e Montenegro (2019) como de Fraser e Todd (2016). Em nosso levantamento, há, ainda, um sem número de publicações dos dois países que tratam exclusivamente das demandas de acesso, acolhimento, difusão, processamento e repatriação de documentos que dizem respeito às comunidades indígenas.

Outro indicador que reforça o argumento é a própria definição do termo "*decolonize*" presente no dicionário de terminologia arquivística da *Society of American Archivists* (SAA): "*colaborar com os povos originários para implementar um maior controle indígena sobre os documentos, dar voz a esses povos por meio destes e recontextualizar os registros e as instituições criados e interpretados pelas populações colonizadoras*" (SAA, 2024, tradução nossa).

No que diz respeito à abordagem em que Caswell (2021) e Montenegro (2019) concordam, há também uma perspectiva materialista importante a ser destacada: para

[41] Embora não haja referência no trecho original, entendemos que os autores se referem à Montenegro (2019).

além do uso dos arquivos como fonte de memória, identidade e representação, deve-se pensá-los como forma de apoiar reivindicações de terras.

Outras definições, incluindo as duas únicas brasileiras Alencar *et al.* (2023) e Gak *et al.* (2021), dão conta de um universo mais amplo, voltado para minorias históricas, políticas, e outros grupos oprimidos e alijados das esferas de poder. Como argumenta Bastian (2019), cada comunidade sofreu os efeitos do colonialismo à sua maneira. Seria muito redutor abordar uma perspectiva descolonial brasileira restringindo a práxis às necessidades dos povos originários. Como maior mercado de escravos do mundo durante o período colonial, não faria sentido engajar em uma prática que não contemplasse as demandas históricas das comunidades quilombolas, por exemplo. Da mesma forma, ainda que em tempos e maneiras distintas, indígenas e sem-terra disputam espaço com os grandes latifúndios, grileiros e outros herdeiros da mesma estrutura colonial de concentração fundiária, que perdura até os dias de hoje. Não menos importante, é necessário que o país mais homotransfóbico do planeta[42] e um dos que mais mata mulheres de forma violenta[43] inclua, em sua descolonização, as perspectivas feministas e LGBT+.

Ao analisarmos as publicações que contam com essa descolonialidade multifacetada, receptiva a diversos grupos minoritários, nota-se uma tendência de trabalhar uma realidade por vez, apresentando cortes engendrados sempre em quatro dimensões: o espaço geográfico, o objeto, o tempo e o grupo subalternizado:

[42]Dados da Organização Não-Governamental LGBT Grupo Gay Bahia. Reproduzidos em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/01/20/mortes-violentas-de-pessoas-lgbtqia-na-ba-2023.ghtml. Acesso em: 7 ago. 2024.

[43]Dados da Organização Mundial da Saúde. Reproduzidos em: https://brasil.un.org/pt-br/72703-onu-taxa-de-feminic%C3%ADdios-no-brasil-%C3%A9-quinta-maior-do-mundo-diretrizes-nacionais-buscam. Acesso em: 7 ago.2024.

Figura 1 - Dimensões da análise descolonial



Fonte: elaboração própria, 2024.

O espaço geográfico delimita onde ocorre a análise descolonial, podendo esta se dar em territórios-colônia, ex-colônias, metrópoles e antigas metrópoles, ou mesmo de forma mais específica em estados, cidades ou alguma(s) de sua(s) instituição(ões). Para todos os efeitos, podem se enquadrar, também, na categoria espacial territórios que vivem relações neocoloniais ou análogas ao colonialismo, a exemplo das relações contemporâneas entre Israel e Palestina (Sela, 2016).

O objeto diz respeito ao conjunto de informações produzidas e registradas que são de fato o objeto da análise descolonial, compreendendo o tratamento dispensado a esses conjuntos. A natureza e o contexto de produção encontrados na literatura são diversos e podem ir desde arquivos oficiais e pessoais até arquivos imaginários e não existentes. Encontramos também análises sobre coleções e obras de arte.

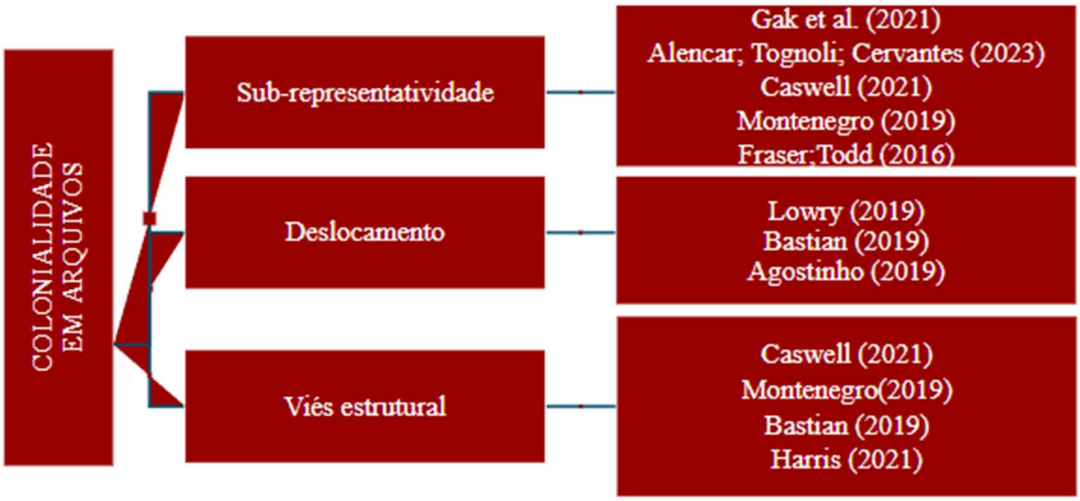
O tempo da abordagem compreende a época em que o conjunto de informações registradas foi produzido, é produzido ou mesmo deixou de sê-lo. Se aplicarmos como critério categórico a passagem formal do período colonial, o tempo encontrado pode ser pré-colonial, colonial, pós-colonial e até não-colonial.

Por fim, os grupos subalternos são os produtores ou os (sub/não) representados pelos conjuntos analisados: arquivos e documentos que dizem respeito

a povos autóctones, mulheres, LGBT+, pretos, imigrantes, povos das colônias e outros.

Assim, dada a considerável pluralidade de focos, entendemos que uma forma mais eficaz de classificar os estudos arquivísticos descoloniais não seria a partir de seus objetos, do tempo e do espaço ao qual se referem e, tampouco, dos grupos minoritários envolvidos, mas a partir das diversas manifestações da colonialidade nos arquivos. Seguindo por este caminho, é possível mapear três grandes temas presentes na literatura, conforme esquematização a seguir:

Figura 2 - Natureza das ações descolonizadoras



Fonte: elaboração própria, 2025.

De maneira geral, os trabalhos que se ocupam da sub-representatividade nos arquivos buscam identificar os impactos da colonização na constituição dos arquivos, das memórias e das narrativas hegemônicas que privilegiam uma história positivista, voltada aos grandes fatos e personagens e, sobretudo, permeada por recortes de raça, gênero e classe. Podem ser observados em Gak *et al.* (2021), Alencar, Tognoli e Cervantes (2023), Caswell (2021), Montenegro (2019), Fraser e Todd (2016), entre outros.

Já as ações que envolvem disputas por custódia e repatriação de documentos se dedicam aos problemas e contenciosos arquivísticos resultantes dos processos de independência das colônias. Buscam manter ou receber, de suas antigas metrópoles, os conjuntos de documentos que guardam relações históricas e administrativas com

a colônia. Exemplos podem ser encontrados em Corrêa (2020), Lowry (2019a; 2019b), Bastian (2019) e Agostinho (2019).

Um terceiro tipo busca mobilizar os arquivos em suporte a demandas materiais, combatendo o viés institucional que dificulta o reconhecimento de terras, reparação de direitos e violações humanitárias. Nesta categoria se enquadram estratégias heterodoxas, voltadas às necessidades e realidades de povos originários (Caswell, 2021; Montenegro, 2019; Bastian, 2019), bem como de países e povos sob domínio opressivo colonial/imperial, como a Palestina (Ghaddar, 2016, 2025), e em regimes de transição, como o pós-*apartheid* sul-africano (Harris, 2021).

Como parte da pesquisa, a esquematização servirá de base metodológica para análise do campo empírico, o calendário de eventos do Arquivo Nacional para o Bicentenário da Independência.

4.4 Colonialidade e sub-representatividade

Seja pela ausência de registros arquivísticos, pelo discurso narrativo que se impõem aos documentos ou mesmo pela falta de diversidade no perfil dos profissionais da área, a ausência ou pouca representatividade de minorias sociais é tema frequente na literatura arquivística descolonial.

Assim como ocorre nos museus, nas mídias tradicionais, nas propagandas, nos filmes e em outros elementos culturais e memoriais da sociedade, a sub-representatividade nos arquivos tem impactos profundos e duradouros, influenciando tanto a forma como as comunidades se percebem quanto os rumos da história que será registrada e perpetuada (Caswell, 2014). Longe de representar uma novidade, mesmo no campo da Arquivologia e da História, o tema já é objeto de discussões e reflexões desde, pelo menos, os anos setenta:

> A coleta de registros, documentos e memórias, bem como a história oral, tende a privilegiar os importantes e poderosos da sociedade, ignorando os impotentes e obscuros: aprendemos mais sobre os ricos que sobre os pobres; os bem-sucedidos, não os fracassados; os velhos, não os jovens; os politicamente ativos, não os alienados; os homens, não as mulheres; os brancos, não os negros; as pessoas livres, não os prisioneiros; os civis, não os soldados; os oficiais, não os recrutas (Zinn, 1977, p.21, tradução nossa).

Para além disso, os impactos psicológicos individuais causados pela estereotipagem de gênero, raça e sexualidade já foram amplamente documentados no campo da Psicologia, sobretudo quando relacionados ao comportamento infantil[44].

É sobre esse legado colonial, sobretudo, que se debruçam os trabalhos de Stewart (2016), Bandyopadhyay (2009), El Shakry (2015), Povinelli (2011) e outros, a exemplo das duas únicas referências brasileiras. Para Gak (2021, p.105), "uma abordagem decolonial da práxis arquivística corresponde a pôr em evidência personagens, grupos e práticas socioculturais historicamente alijados das esferas de poder". Já para Alencar; Tognoli e Cervantes (2023, p.5), abordar a decolonialidade nos arquivos "[...] pode ser considerada uma ação contra as lógicas coloniais no contexto dos registros e da memória". Como exemplo, destacam a criação de narrativas pelo foco do oprimido, que pode envolver a criação de arquivos comunitários ou participativos, entre outras ações.

Para ilustrar tal lógica colonial, manifesta na sub-representatividade, Povinelli (2011) recorre à Biblioteca de Babel, de Jorge Luís Borges, e a um mundo onde se aceita que todo o conhecimento, em suas mais diversas formas, se encontra validado e confinado em uma única biblioteca. Questiona, então, o que aconteceria a esta premissa caso a biblioteca fosse confrontada por outras formas de saberes, memórias e práticas:

> Mas e se um dia, para sua surpresa, uma estranha entrasse do outro lado de uma das salas de paredes hexagonais trazendo um novo livro ou encarnando uma memória e uma prática diferentes? De onde teria ela vindo, se um exterior para a biblioteca foi categoricamente excluído? E como poderia o seu livro ser incorporado nas teorias do conhecimento que tinham assumido o mundo fechado da biblioteca, e mais: tinham assumido que todo o conhecimento e todo o pensamento estavam contidos nas tradições do livro? Teria ela ou ele de ser queimado? Ou poderia ser construída uma nova biblioteca, ou uma nova estante ou uma nova alcova na velha biblioteca, que pudesse guardar este livro ou a sua memória incorporada? O problema é o livro, a mulher, a sua memória, ou a ideia de um universo singular e total? (Povinelli, 2011, p.147, tradução nossa).

A alegoria de Borges, transposta aos arquivos pós-coloniais, e, sobretudo, os questionamentos finais, postos por Povinelli (2011), são fundamentais para compreender o legado da sub-representatividade nos arquivos, bem como pensar as abordagens mais eficazes para lidar com o mesmo. Dessa maneira, discutem-se

[44] Ver, por exemplo, Calvert *et al.* (2003).

estratégias diversas na literatura da área, como a difusão de narrativas contra-hegemônicas, o incentivo à criação de arquivos comunitários, a pluralização de fontes documentais, a documentação de memórias coletivas e o envolvimento dos próprios grupos minoritários nos processos de descrição.

O dilema entre incorporar novos saberes na velha biblioteca ou construir uma nova também está posto, de forma que alguns autores defendem que os elementos coloniais (patriarcado, racismo, heteronormatividade) são aspectos constituintes dos arquivos tradicionais/oficiais, ou, ainda, que estão tão imbricados neles que é necessário pensar a construção de arquivos para além dos domínios do Estado. Fraser e Todd (2016) argumentam que os arquivos, sobretudo os estatais, foram concebidos com a intenção de criar narrativas nacionais e legitimar o Estado-nação, motivo pelo qual a única forma de descolonizá-los seria negar a própria colonialidade dos arquivos. Assim, a sua descolonização, para as autoras, nunca poderá ser completa.

Em convergência, Drake (2016), analisa a falta de registros sobre a violência policial e racial praticada contra os negros em Cleveland, nos Estados Unidos, e atribui aos arquivos oficiais uma segunda camada de violência, por meio da memorialização:

> A insuportável branquitude e o patriarcado dos arquivos tradicionais exigem que novos arquivos para as vidas negras surjam e se sustentem como espaços e locais para o trauma, a transcendência e a transformação. O Estado memorializa a violência contra os corpos negros através da criação de arquivos, mas as comunidades, os organizadores, os estudiosos, os bibliotecários e os arquivistas podem se unir como iguais para resistir a essa segunda camada de violência e proporcionar espaços para que as pessoas sejam responsabilizadas e as comunidades possam se curar (Drake, 2016, tradução nossa).

Buscando a idealização de novos arquivos, dotados de maior autonomia política e diretiva, alguns autores argumentam em favor de modelos “comunitários”. Esses arquivos, como pensados por Drake (2016) e Caswell (2014), seriam capazes de contrapor a “aniquilação simbólica”[45] das minorias, se organizados em torno de cinco princípios fundamentais:

> Ampla participação em todos ou na maioria dos aspectos da coleta de arquivos, desde a avaliação até a descrição e divulgação; gestão

[45] Conceito de Caswell (2014), adaptado dos estudos de mídia, para ilustrar como os membros de comunidades marginalizadas se sentem em relação à ausência ou representação de suas comunidades nas políticas arquivísticas, nos instrumentos descritivos e/ou nos próprios arquivos.

> compartilhada e contínua do patrimônio cultural entre a organização arquivística e a comunidade mais ampla que ela representa; multiplicidade de vozes e formatos, incluindo aqueles que não são tradicionalmente encontrados em arquivos convencionais, como efêmeras e artefatos; posicionamento da coleta de arquivos como uma forma de ativismo; reflexividade contínua sobre a natureza mutável da comunidade e da identidade (Caswell, 2014, p.31, tradução nossa).

Em outras palavras, a premissa do conhecimento universal contida nos arquivos tradicionais precisa ser substituída por outra que dê conta da complexidade e da diversidade de conhecimentos não reconhecidos, registrados e/ou preservados ao longo do tempo. Os arquivos comunitários surgem, nesse cenário, como uma alternativa capaz de se alinhar às necessidades e aos valores culturais de grupos sociais marginalizados, adotando princípios inovadores e os envolvendo na gestão e nos processos decisórios arquivísticos. Não significa, entretanto, que esses tipos de arquivos são os únicos que possam impactar as comunidades positivamente.

Isto posto, outras estratégias despontam na literatura que concernem, também, aos arquivos tradicionais, de forma a incorporar novos saberes, registros e arquivos, bem como remediar caracterizações e estereótipos ainda visíveis. Uma delas diz respeito à forma como se descrevem os documentos dentro dos sistemas de arquivo, ou seus contextos, ou aos grupos sociais a que se referem. A literatura existente, para Sutherland e Purcell (2021), reflete, sobretudo, os esforços dos acadêmicos indígenas para implementar, em instituições arquivísticas, sistemas de organização do conhecimento mais amigáveis aos saberes dos povos originários:

> Os estudiosos indígenas que trabalham na descolonização da descrição se especializam na construção de sistemas de organização do conhecimento fora das estruturas coloniais tradicionais. As constantes imaginações e reimaginações das estruturas arquivísticas nesse corpo de pesquisa apontam para a necessidade, dentro do campo, de reavaliar e desafiar as estruturas problemáticas existentes que impedem os objetivos dos povos indígenas. Por exemplo, os estudiosos têm desafiado os vocabulários controlados, a padronização, os binários impostos e outros aspectos problemáticos da descrição arquivística, todos exemplificados no auxílio à pesquisa arquivística (Sutherland; Purcell, 2021, p.62-63, tradução nossa).

Para além dos povos originários, em leituras mais recentes, os esforços empreendidos nesta direção vão além e incluem, entre os grupos-alvo de reparação, mulheres, negros, LGBT+, minorias religiosas, deficientes físicos, trabalhadores etc. Buscando uma reparação aos códigos e linguagens do colonizador, a descolonização da descrição, com frequência também chamada de descrição reparativa ou inclusiva, “[...] ambiciona a remediação de práticas ou dados que excluem, silenciam,

prejudicam ou caracterizam erroneamente pessoas marginalizadas nos dados criados ou usados por arquivistas para identificar ou caracterizar recursos arquivísticos" (SAA, 2025, tradução nossa).

Nos últimos anos, uma gama de instituições públicas procurou adotar protocolos voltados aos seus processos de descrição em arquivos, bibliotecas e museus. No Brasil, o Arquivo Nacional atribuiu, recentemente, marcadores sociais de gênero, raça e regionalidade ao seu guia de fundos, visando ampliar as formas de entrada e acesso em seu acervo, priorizando temas que possam ser usados para compreender as relações sociais e suas desigualdades:

> [...] esta publicação do Arquivo Nacional mostra, a partir da ação política das pessoas participantes desses esforços, a compreensão de que nomear, destacar e lançar luz aos marcadores de gênero, raça e regionalidade nos arquivos públicos é essencial para não se coadunar a projetos históricos de apagamentos e exclusão, e sim para participar de um projeto de reconhecimento de sujeitos políticos, de direitos e de ampliação e efetivação da democracia brasileira (Arquivo Nacional, 2025d, p.4).

A sub-representatividade é ainda mencionada na literatura sob um outro viés, o da descolonização dos espaços físicos. Para Reijerkerk e Reed (2023), arquivos podem ser descolonizados repensando os conceitos de espaços inclusivos, acolhedores e acessíveis, de forma a sinalizar que povos nativos também são bem-vindos. Para isso, entretanto, é preciso fazer "escolhas conscientes e sustentáveis que afirmem o poder e o protagonismo indígena em todos os aspectos das estruturas arquivísticas" (*Ibid*., p.580, tradução nossa).

Algumas ações incluem revisar os protocolos de segurança, acesso, o treinamento de pessoal e a construção de espaços que valorizem a privacidade. Um exemplo recorrente na literatura diz respeito às diretrizes do *First Archivist Circle* (2007), que estabelecem parâmetros de uso respeitoso para materiais indígenas. Dado que o objetivo desse estudo não é exaurir as abordagens descoloniais encontradas, mas sistematizá-las, optamos por não detalhá-las, neste momento.

A criação de arquivos comunitários (Caswell, 2014; Drake, 2016), a descrição reparativa e outras práticas arquivísticas espaciais, voltadas para a descolonização do legado da sub-representatividade também podem ser discutidas na literatura a partir de noções como "afeto" (Cifor, 2016), "arquivos imaginários" e "arquivos imaginários impossíveis" (Gilliland; Caswell, 2016), entre outras.

As estratégias propostas são diversas, mas encontram convergência no fato de que estão ao alcance imediato do arquivista e das instituições, dado que tratam de arquivos que estão sob a sua custódia ou que, ao menos, se encontram sob a mesma jurisdição nacional.

Entretanto, dado o histórico colonial de grande parte do mundo, esta não é a realidade de diversos arquivos e documentos, que hoje permanecem em solo estrangeiro. Para além disso, cumpre ressaltar que ainda temos, no presente século, relações de dominância colonial direta, em que os elementos necessários para uma práxis descolonial, ao menos em arquivos custodiados por Estados, estão fora de alcance. Por isso, faz-se necessário verticalizar um outro legado da colonialidade nos arquivos: o deslocamento.

4.5 Colonialidade e deslocamento

Documentos e arquivos produzidos em territórios-colônia possuem inúmeras peculiaridades e aspectos que merecem atenção e análise, mas, de maneira geral, podemos afirmar que refletem duas faces distintas. Para os antigos colonizadores, a administração das colônias representa uma parte importante das políticas estatais e das burocracias gerenciais/institucionais que traçaram os caminhos das metrópoles. Por outro lado, os mesmos conjuntos documentais refletem a história e a identidade dos povos coloniais, uma vez que as decisões metropolitanas tinham repercussões imediatas sobre os seus modos de vida. Assim, são elementos fundamentais de sua memória e imprescindíveis nos processos de construção de sua identidade.

Via de regra, por terem o seu valor histórico reconhecido e pela dinâmica de poder que se apresentava à época, esses conjuntos documentais foram levados das colônias durante e após as lutas de emancipação, deixando territórios da América Latina, Ásia e África, e atravessando o globo rumo à Europa. Uma vez em territórios metropolitanos, muitas vezes localizados a enormes distâncias, os documentos tornaram-se inacessíveis para a maior parte da população[46] e essa situação acabou culminando em contenciosos arquivísticos em diferentes lugares do mundo (Corrêa, 2020).

[46] As questões do acesso no mundo contemporâneo digital serão tratadas mais à frente.

Para abordar, por exemplo, os conjuntos de documentos retirados de seu contexto original e cujos direitos de propriedade estejam sob disputa, Lowry (2019b) propôs recentemente a noção de “arquivos deslocados”. A noção, associada a outras como “empatia radical”, “afeto”, e “arquivos imaginários”, permite compreender esses conjuntos para além de aspectos estritamente jurídicos ou geopolíticos, de forma que sejam contemplados os impactos associados aos indivíduos e às comunidades representados nos documentos (Lowry, 2019b, p. 185).

Talvez, a principal dessas noções, no que tange aos arquivos deslocados, a empatia radical, conforme proposta em Caswell e Cifor (2019), deriva de uma abordagem feminista que visa uma abertura e uma disposição a ser afetada pelas experiências “do outro”.

> A empatia radical oferece uma maneira de se envolver com as experiências dos outros que envolve descartar a suposição de que compartilhamos com eles o mesmo espaço modal de pertencimento ao mundo. Nossa concepção de empatia é radical em sua abertura e em seu apelo à disposição de ser afetado, de ser moldado pelas experiências do outro, sem confundir os limites entre o eu e o outro (Caswell; Cifor, 2019, p.31, tradução nossa).

Quando aplicada aos arquivos, demanda que o arquivista desenvolva mudanças em quatro dimensões: sua relação com o criador dos documentos, com o assunto/sujeitos dos documentos, com os usuários e com as comunidades de maneira geral (Caswell; Cifor, 2019, p.33). Para os arquivos deslocados, contestados ou não em ações de repatriação, a empatia radical oferece muitas possibilidades, uma vez que permite balancear o peso atribuído ao criador do documento, na abordagem tradicional, com a consideração de outros aspectos.

Assim, povos originários e colonizados podem, também, ser vistos como criadores ou co-criadores dos documentos, bem como sujeitos interessados nos mesmos. Da mesma forma, há que se considerar a demanda por usuários que se encontram impossibilitados de acessar os documentos por questões geográficas e o impacto comunitário da falta de acesso aos referidos documentos. Como sabemos, territórios-colônia, antigos e atuais, com frequência se veem alijados de sua própria história, com dificuldades ou mesmo sem acesso a documentos produzidos e acumulados ao longo da administração metropolitana.

Por mais que existam especificidades em cada caso, há uma lógica que permeia quase todos os deslocamentos de arquivos originados na descolonização. Em levantamento que mapeou 27 reivindicações sobre arquivos deslocados,

Linebaugh e Lowry (2021, p.289, tradução nossa) observaram que a maioria é formada pela dinâmica em que “o requerente é o poder mais fraco, economicamente e/ou militarmente, e essa assimetria de poder assume um caráter fortemente racializado quando analisamos os casos relacionados à descolonização, que são dezessete”.

A questão é discutida por Bastian (2004) e, mais tarde, por Agostinho (2019) a partir do exemplo das Ilhas Virgens Americanas (IVA). As suas três ilhas principais (São Tomás, São João e Santa Cruz) foram ocupadas pela Companhia Dinamarquesa das Índias Ocidentais ao longo dos séculos XVII e XVIII, tendo se tornado colônias reais da Dinamarca em 1754.

Em 1917, após décadas de negociações, os Estados Unidos efetuaram a compra dos territórios junto ao país escandinavo, iniciando um embaraço na determinação da proveniência dos documentos. Ainda que o acordo de compra previsse que os documentos da administração dinamarquesa também fossem repassados à custódia legal dos Estados Unidos, o desenrolar dos fatos foi ligeiramente diferente. Não havendo um arquivo nacional estadunidense para atuar na questão à época, e somando ao fato de a maior parte dos documentos estar em dinamarquês, foi possível ao já estabelecido Arquivo Nacional Dinamarquês reivindicar mais de 609 metros lineares de documentos, incluídos os documentos de governo até 1900, inventários até 1885, além de registros de comitês comunitários. Foram entendidos, no tratado, como registros de direitos e propriedades dos habitantes das ilhas apenas escrituras e hipotecas (Bastian, 2002, p. 148).

Nos anos 1930, o já constituído Arquivo Nacional dos Estados Unidos começa a enviar autoridades às IVA para avaliar tanto documentos remanescentes da administração danesa quanto documentos anteriores, que por vezes datavam até o século XVII, recomendando que os posteriores a 1917 permanecessem sob custódia nas Ilhas. Na década seguinte, uma missão mais ampla abrangeu, além das IVA, outros territórios de influência como Panamá, Zona do Canal e Porto Rico. As recomendações eram as mesmas: transferência de documentos para Washington, por alegada incapacidade de preservação dos atuais custodiadores (Bastian, 2002, p.148-149). Hoje, mais de cem anos após a compra do território, parte dos documentos se encontra no Arquivo Nacional da Dinamarca, parte no Arquivo Nacional dos EUA e parte nas IVA.

Outro caso conhecido diz respeito à responsabilização do Império Britânico quanto aos abusos e às torturas cometidos à época da rebelião dos Mau-mau e as suas lutas de libertação no Quênia. Ao menos 100 metros lineares de documentos sensíveis, comprobatórios das acusações, foram saqueados pelo império no processo de independência da colônia. Ao levar o caso à Suprema Corte, em Londres, descobriu-se que, além do Quênia, ao menos outras 37 antigas colônias britânicas possuíam documentos mantidos ilegalmente nos depósitos da *Foreign and Commonwealth Office* (FCO), desconhecidos inclusive pelo *Public Records Office* (PRO) e fora do alcance da lei de acesso à informação britânica (Anderson, 2011, p. 712).

Os exemplos supracitados nos possibilitam uma rica análise dos arquivos coloniais. Em primeiro lugar, percebe-se a importância dos documentos para a administração e o controle imperial sobre os seus territórios de ocupação e influência. Em segundo lugar, evidencia, também nos arquivos, a natureza desigual das relações entre colônias/neo-colônias/países dependentes e os seus colonizadores. Por mais de uma vez, a expropriação de documentos foi justificada com uma alegada incapacidade da colônia em preservá-los. Pouco importa, nesse caso, que haja responsabilidade direta dos colonizadores nas condições de preservação atuais encontradas. Semelhantemente, pouco importa que os habitantes das IVA, no primeiro exemplo, tenham perdido o acesso a documentos que subsidiam a construção da sua história e dassuas memórias, distantes que estão de Washington e Copenhagen. A abordagem paternalista, racista, que ignora as marcas da colonização e enxerga o sujeito colonial como incapaz, permite a expansão do controle imperial sobre documentos históricos. Em regiões ainda militarmente ocupadas, a desigualdade se materializa no uso da força e da violência.

Para casos similares, Bastian (2004) advoga por uma teoria pós-custodial que leve em consideração não apenas os produtores dos documentos, como também os sujeitos a quem os documentos se referem. Para a autora, “custódia apenas serve a um propósito de arquivo a longo prazo se ela acomodar as pessoas e os eventos a quem os registros também se relacionam, assim como a memória coletiva que os registros promovem” (Bastian, 2004, p. 91, tradução nossa). Para este fim, ao invés de apostar apenas no controle físico dos documentos diante de todas as possibilidades atuais de disseminação, a autora valoriza o acesso enquanto

responsabilidade primária dos custodiadores. Ou seja, uma vez que os custodiadores estejam de posse da documentação, é primordial que eles ofereçam acesso aos sujeitos e às comunidades representados nos documentos, independentemente da distância física.

Lowry (2019b), por sua vez, aciona uma gama de novos conceitos para realizar essa abordagem como empatia radical, arquivos imaginados e direciona os seus esforços para a atuação profissional, defendendo que os arquivistas se engajem enquanto comunidade nas questões práticas que envolvam arquivos deslocados. Ao passo que os conceitos, para o autor, descolonizam a teoria arquivística, a sua aplicação no mundo real descoloniza práticas, podendo conduzir a uma "descolonização dos arquivos por meio da repatriação" (*Ibid.*, p.201).

Para engajar no que o autor chamou de *realpolitik* dos arquivos deslocados, apesar de todas as implicações advindas, um dos meios mais reconhecidamente eficazes seria usar os arquivos como moeda de barganha em acordos binacionais, como o caso dos arquivos reais sul-coreanos que foram devolvidos pela França. Essa realidade já é explicitamente problematizada e reconhecida em organismos internacionais desde os anos 1970. Na Conferência Geral da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), realizada entre 17 de outubro e 23 de novembro de 1974, fez-se registrar a seguinte resolução:

> Tendo em mente que um grande número de países membros da UNESCO esteve sob domínio, administração e ocupação estrangeira por um período de tempo mais ou menos longo no passado,
> Consciente do fato de que os arquivos em questão são de grande importância para a história geral, cultural, política e econômica dos países que estiveram sob ocupação, administração e dominação estrangeiras,
> Lembrando a recomendação 13 da Conferência Intergovernamental sobre Planejamento de Documentação Nacional, Infraestrutura de Bibliotecas e Arquivos, realizada em setembro de 1974, e desejosos de ampliar seu escopo,
> 1. Convida os Estados membros da UNESCO a considerar favoravelmente a possibilidade de transferir documentos de arquivo constituídos no território de outros países ou relativos à sua história, no âmbito de acordos bilaterais;
> 2. Recomenda que, em consulta com as organizações não governamentais apropriadas, o Diretor-Geral considere a possibilidade de um estudo detalhado de tais transferências e apresente um relatório a esse respeito à 19ª sessão da Conferência Geral (UNESCO, 1975, p.68).

Com isso, abriam-se as portas para pedidos de restituição e negociação entre antigas metrópoles e suas colônias. Pedidos esses que somente foram ganhar corpo décadas depois e que vislumbravam uma gama de bens não apenas documentais e

arquivísticos, mas culturais, objetos museológicos e itens que foram pilhados e inseridos em novo contexto, por vezes integrando “gabinetes de curiosidades” imperiais e museus nacionais europeus (Lowry, 2017; Corrêa, 2020).

À parte do mérito de Lowry (2019b) por lançar luz sobre o problema e mobilizar interessantes instrumentos teóricos para a sua compreensão, apresentam-se aqui dois problemas de ordem prática, de mesma raiz e que devem ser trazidos à baila. Ao apelarmos para a *realpolitik*, ou seja, para a via diplomática e para a negociação direta entre os países, há o risco de renunciarmos ao entendimento de que os arquivos pertencem aos seus pleiteadores (levando-se em conta o princípio da territorialidade[47]) e, portanto, devem ser restituídos em sua integralidade.

Desta forma, tomamos para nós parte da lógica colonial. E aceitamos que os arquivos sejam repatriados mediante negociação, admitindo que uma espécie de indenização ou contrapartida é devida aos atuais custodiadores, antigas metrópoles. Isso é especialmente problemático na medida em que tendemos a subestimar a geopolítica e a ignorar que as relações entre países não se dão em parâmetros de igualdade, o que confere, a alguns, poder de barganha muito superior a outros nas tais negociações bilaterais.

Cumpre destacar que o princípio da territorialidade, já consagrado na Arquivologia, estabelece que “[...] os arquivos públicos, próprios de um território, seguem o destino deste último” (Rousseau; Culture, 1998, p.52). Da mesma forma, a Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados em Matéria de Bens, Arquivos e Dívidas do Estado (ONU, 1983) prevê, ao Estado sucessor (em casos de independência, dissolução, fusão), o direito sobre os arquivos referentes à continuidade administrativa do mesmo, além dos que se referem ao patrimônio histórico e cultural. Em caso de arquivos relevantes para ambos os países, a convenção prevê cooperação com fins de acesso mútuo e compartilhamento de informações.

Um caso que alude à situação descrita diz respeito às tentativas da Argélia de recuperar bens culturais e documentos históricos junto a seu antigo colonizador, a França. Ao final de 2017, no primeiro ano da gestão de Emmanuel Macron, o então presidente assumiu o compromisso de devolver obras saqueadas do continente

[47] Princípio arquivístico segundo o qual os documentos devem permanecer nos territórios onde foram criados para preservar seu contexto, relevância e sentido.

africano durante o período colonial. Em discurso em Burkina Faso[48], defendeu que os jovens locais pudessem usufruir de seu patrimônio cultural e anunciou que, em cinco anos, já teria reunido as condições para restituir “temporária ou definitivamente” o patrimônio africano para África[49].

No que tange aos documentos oficiais, são cerca de 10 km lineares, concentrados sobretudo no Arquivo Nacional do Exterior (Anom), em Aix-en-Provence (Bordenave; Bobin, 2021). Desde o precedente aberto pelo fim da Indochina Francesa, a França mantém, em sua posse, os chamados arquivos de "soberania" (onde separa os que julga terem teor político e real), enquanto os Estados libertos ficam com os chamados arquivos de "gestão" (referentes à tributação, economia, infraestrutura, planejamento urbano, saúde, educação, etc.) (Lowry, 2017). De acordo com o governo argelino, em 2017, a França também abriga quase a totalidade dos arquivos roubados referentes ao período otomano que antecedeu a ocupação francesa no século XIX (Middle East Monitor, 2021).

Contrariando a promessa de Macron, cinco anos se passaram e pouco foi efetivamente devolvido. Enquanto o governo francês atrasava as devoluções, alegando entraves legais, a parte argelina denunciava resistência francesa no acesso aos arquivos históricos e ameaçava apelar ao arbítrio internacional para resolver a questão.

Ao longo desses anos, muitos elementos reforçaram que o processo de negociação entre uma parte europeia e uma ex-colônia é árduo, desbalanceado e carrega os traços coloniais ora implicitamente, ora explicitamente. Entre o dito e o não dito, podemos imaginar o contexto em que as negociações são conduzidas. No mesmo discurso de Burkina Faso, logo após defender a restituição das obras e dos arquivos africanos, Macron fez questão de ressaltar que:

> [O processo] vai exigir também muito trabalho e parceria científica e museográfica porque, não se engane, em muitos países africanos são por vezes curadores africanos que organizam o tráfico e por vezes são curadores e colecionadores europeus que salvam essas obras africanas da África, tirando-os dos traficantes africanos. A nossa história é, por vezes, mais complexa do que os nossos reflexos! [...] É também fazer de tudo para que haja segurança e cuidado na África para proteger essas obras. Então essas parcerias também vão tomar todos os cuidados para que haja curadores bem treinados, para que haja compromissos acadêmicos e para que haja

[48] Antigo Alto Volta, colônia francesa até os anos 1960.
[49] Estima-se que a França tenha somente coleções públicas cerca de 90.000 objetos de arte pertencentes à África subsaariana (Le Monde, 2020).

> compromissos de Estado para Estado para proteger essas obras de arte, ou seja, sua história, seu patrimônio e, se me permite, o nosso. (Le Monde, 2017, tradução nossa)

Para um observador desatento, o trecho acima pode passar despercebido em meio a sinalizações positivas acerca do dever de restituir o patrimônio cultural e arquivístico africano. Entretanto, se pensarmos a partir de pressupostos descoloniais, fica evidente que há, em primeira ordem, uma subversão das responsabilidades pelo atual estado de coisas e, em segunda ordem, um tratamento paternalista para com as obras que são argelinas.

Ao retratar curadores africanos como traficantes e colecionadores europeus como “salvadores” – e não receptadores – Macron mostra uma forma bastante peculiar de pensar a situação. Afinal, se o receptador de uma obra sabidamente roubada está, na verdade, “salvando as obras africanas da África", poder-se-ia argumentar que o traficante (supostamente africano) também o fez ao entregá-la ao europeu, esse sim um ser civilizado e preocupado em preservar a arte e a cultura argelina. Não menos importante, a ilustração que Macron escolheu para abordar o processo de restituição alude a um suposto tráfico dos dias atuais, quando o alvo dos pedidos de restituição são as dezenas de milhares de obras e quilômetros de documentos que foram pilhados pelos próprios europeus, na época da independência. Assim, tenta-se inverter, em discurso, a culpabilidade pela situação atual.

Para além disso, Macron impõe, ao fim, uma exigência de que o Estado soberano argelino assine compromissos com o Estado francês, de forma a assegurar a proteção de suas próprias obras, reivindicando para si algum controle e alguma responsabilidade sobre as mesmas. Os argelinos, além de culpados, seriam incapazes de proteger o seu patrimônio sem o auxílio francês. Longe de ser uma novidade, o expediente já é conhecido de outros países como o próprio Brasil, que tentou, por mais de dez anos, reaver centenas de objetos indígenas emprestados pelo Museu do Índio ao Museu de Lille, também na França (FUNAI, 2023).

Sem a intenção de alongar em demasia a análise do caso argelino, recorremos, por último, ao relatório encomendado pela França junto ao historiador francês Benjamin Stora sobre a situação, com vistas a subsidiar esforços para uma conciliação entre os países. Entre todas as ações sugeridas, nota-se a ausência de uma exigência antiga do lado africano: não há nenhuma recomendação a um pedido de desculpas formal do Estado francês, tampouco a sinalização de algum arrependimento pelos

crimes cometidos à época da colonização (apenas a guerra de independência pode ter ceifado 1,5 milhão de vidas argelinas[50]). À época da entrega do relatório, Stora justificou-se:

> Explico no relatório porque é perfeitamente possível um discurso de desculpas como os que já foram proferidos por Nicolas Sarkozy em Constantine ou François Hollande em Argel. Enretanto, não acho que isso possa resolver a questão substantiva. O problema da colonização é muito mais profundo. A penetração da ideologia colonial na sociedade francesa, a impressão de ser superior ao colonizado, a fabricação do nacionalismo francês em todo o império, depois o sentimento de retratação, esse sentimento de rebaixamento, são elementos históricos fundamentais. Um simples pedido de desculpas não mudaria fundamentalmente a situação. As desculpas regularmente feitas pelo Japão à Coréia e à China em relação aos crimes ligados à colonização têm pouco efeito no nível das sociedades envolvidas. Além disso, eles não impedem que os oficiais japoneses vão meditar regularmente em frente aos túmulos dos criminosos de guerra. No que diz respeito à condenação do sistema colonial, nunca fizemos melhor do que o formidável discurso de Aimé Césaire em 1955. O que podemos dizer, dois terços de século depois, mais bem argumentado, mais desenvolvido, mais sofisticado do que este discurso? (De Rochebrune, 2021, tradução nossa)

Antes de avançar para o conteúdo de fato, faremos uma breve reparação de alguns erros factuais, que de certo dispensaríamos se não fossem relevantes para o tópico em questão. Em primeiro lugar, apesar dos dois discursos citados – dos antigos presidentes Sarkozy e Hollande – possuírem um caráter de reconhecimento aos males causados pela colonização na Argélia, nenhum deles continha um pedido de desculpas. Na verdade, poucos meses antes do discurso de Sarkozy em Constantine, o mesmo reforçou a jornalistas argelinos que não pediria desculpas, com a justificativa de que os jovens não estavam interessados no passado e, sim, no futuro (Reuters, 2007).

Quanto à pergunta final de Stora, entrevistado na qualidade de acadêmico contratado para um relatório oficial, é importante lembrar que Aimé Césaire não representava o governo francês quando publicou seu “Discurso sobre o colonialismo”, mas o fez enquanto militante, pela primeira vez, por meio de uma pequena editora associada ao Partido Comunista Francês (em 1950, e não em 1955). E que o autor e os seus textos somente passaram a integrar o Ensino Médio francês em 1994, sendo retirado, por decisão do Ministério da Educação, poucos anos depois por considerar ultrajantes as comparações do autor entre colonialismo e nazismo (Le Monde, 2008).

[50] As estimativas variam bastante entre os lados da guerra.

Parece bastante problemático que um acadêmico reconhecido não veja a necessidade de manifestações oficiais acerca do passado, baseando-se em tal argumento. Um relatório encomendado junto a um historiador argelino possivelmente traria outro resultado.

Todos os exemplos e pontos acima levantados dão conta de nos sinalizar em que contexto se dão as negociações entre antigas metrópoles com suas antigas colônias. Muito além de questões técnicas, as negociações envolvem história, política, diplomacia, interesses estratégicos, econômicos e operam em um terreno em que as alavancas de negociação operam quase todas do lado colonizador. Assim, como conclui Corrêa (2020), amparado por Kecskeméti (1977), muitos acordos naufragam unilateralmente pelas mãos dos antigos colonizadores, amparados na justificativa de que as antigas colônias não possuem “direitos históricos” a reclamar, e que o “novo” Estado independente não estava constituído à época (Corrêa, 2020, p.108).

Por outro lado, a aposta na mediação judicial dos tribunais pode levar a outros reveses ou mesmo à protelação das soluções adequadas na medida em que os tribunais que se pretendem internacionais também estão inseridos na mesma lógica colonial (e imperial), nos seus fazeres jurídicos.

Todas estas questões precisam ser postas para discussão de forma que se busquem as alternativas mais adequadas para cada caso, tendo sempre a soberania e a descolonialidade dos países periféricos em primazia.

4.6 Colonialidade e o viés estrutural (e estruturante)

Um terceiro aspecto para o qual a descolonização é reivindicada na literatura diz respeito à opacidade e à concepção dos arquivos tanto como produtos quanto como perpetradores do *status quo*. Significa dizer que, como instrumentos de poder, os arquivos são mais facilmente mobilizados para salvaguardar interesses da classe dominante do que para afrontá-los.

Tal aspecto é especialmente perceptível, na literatura pesquisada, quando nos deparamos com análises de disputas territoriais entre as classes dominantes agrárias e os povos originários. Como apontado por Mariátegui (2007), a alienação das terras dos povos originários constitui a principal agrura legada pelo colonialismo.

Krenak (2019, p.38) afirma que, no Brasil colonial, a questão do “que fazer” com os sobreviventes dos primeiros encontros entre portugueses e indígenas levou a uma relação de equívocos e tensões entre estas comunidades e o Estado. Assim, séculos depois, ainda podemos situar a centralidade da questão no cotidiano dos indígenas que resistem à integração forçada pelos aparatos estatais e corporativos do mundo moderno:

> O dilema político que ficou para as nossas comunidades que sobreviveram ao século XX é ainda hoje precisar disputar os últimos redutos onde a natureza é próspera, onde podemos suprir as nossas necessidades alimentares e de moradia, e onde sobrevivem os modos que cada uma dessas pequenas sociedades tem de se manter no tempo, dando conta de si mesmas sem criar uma dependência excessiva do Estado (Krenak, 2019, p.39).

Para Reijerkerk e Reed (2023), nos EUA, as tribos e comunidades indígenas locais têm objetivos semelhantes, que giram em torno da soberania e da autodeterminação. Elementos que, por sua vez, dependem do reconhecimento federal que qualifica a relação político-econômica com o governo.

As referidas disputas, quando dadas na esfera legal, geralmente envolvem a demarcação de terras, o reconhecimento de ações, petições e/ou o julgamento de processos, em que os órgãos federais exercem o papel de definir não apenas os parâmetros procedimentais, como também os critérios em que as evidências devem ser enquadradas. Tais aspectos trazem consigo uma série de questões, que são exploradas na literatura — sobretudo dos EUA — nos artigos de Rivard (2015), Montenegro (2019), Reijerkerk e Reed (2023).

Muitos processos associados a pedidos de reconhecimento de tribos e seus direitos políticos e territoriais esbarram, por exemplo, na falta de “evidências”: aceitáveis para a burocracia estatal, mas intrinsecamente pensadas em uma lógica colonial e ocidental sob a qual os povos originários têm pouca ou nenhuma vantagem (Ghaddar, 2016; Montenegro, 2019).

Ao analisar as políticas do *Office of Federal Acknowledgment* (OFA), Rivard (2015) destaca que a lista de evidências aceitas aponta, sobretudo, para registros feitos por colonizadores, missionários ou pela própria burocracia estatal, como censos federais e registros tribais, certidões de nascimento e óbito, registros de missões, propriedade e outros, muitas vezes elaborados com a dupla intenção de reconhecer e, ao mesmo tempo, negar as comunidades nativas.

Já Montenegro (2019) destaca que outra categoria de evidências aceitas seria as produzidas por antropólogos/etnólogos e outros profissionais contratados pelo Estado ao longo do tempo, para documentar o cotidiano dos grupos, que muitas vezes terminaram retratados como “não-civilizados”, “hostis” e, até mesmo, fundamentando a sua dominação e invasão de suas terras. Assim sendo, seria necessária uma mudança epistemológica na teoria e práxis arquivística de forma a auxiliar em tais demandas:

> As intervenções anticoloniais na teoria crítica arquivística e sua prática devem reconhecer o fato de que os arquivos coloniais são fontes inerentemente problemáticas de conhecimento histórico e da “verdade” [...]. Portanto, devemos defender uma definição ampliada do que se qualifica como evidência e, portanto, como “arquivístico” (Montenegro, 2019, p.130, tradução nossa).

Esta percepção e os próprios esforços para dessacralizar a concepção de evidências são entendidos por Montenegro como empenhos anticoloniais, “que podem levar ao pensamento e à prática descolonial em arquivos”, na medida em que auxilia o avanço peticionário de povos indígenas (Montenegro, 2019, p. 135, tradução nossa). Tal demanda encontra eco, sobretudo, na colonialidade do saber, visto que esta:

> [...] teve e tem uma função especial de ocidentalização: a posse e a desapropriação de terras, por exemplo, não foram apenas atos de apropriação, desapropriação e silêncio. As posses e desapropriações foram legitimadas através e pelo conhecimento. As disposições do direito internacional foram criadas no século XVI precisamente para esse fim. Por essa razão, a reconstituição epistêmica e estética são tarefas descoloniais fundamentais. (Mignolo, 2021, p.13, tradução nossa).

Para Santos (2022), a desmonumentalização do conhecimento escrito e arquivístico deve ser parte não apenas das teses pós-coloniais e descoloniais, mas de qualquer empreendimento intelectual que se oponha às formas de dominação contemporâneas. Os saberes suprimidos e descartados, uma vez que não servem aos propósitos de apropriação e violência, devem ser resgatados e reconhecidos:

> A maioria desses conhecimentos são orais, mesmo quando existe uma versão escrita, e crescem e evoluem como uma mera dimensão de práticas sociais não cognitivas. Podem consistir em canções, poemas, contos, sabedoria vernácula. São conhecimentos reais? De acordo com a monocultura do saber e do rigor do saber, não. Esta última consiste no conhecimento escrito que é disseminado por meio da escritura, tendo a escritura condição de rigor e monumentalidade. Esse conhecimento é rigoroso porque oferece uma versão unívoca, a versão escrita no texto e

> escrita numa língua determinada que fixa sua matriz; é monumental porque, tal como os monumentos, a escrita é perdurável, e assim se mantém diante das práticas cotidianas (Santos, 2022, p.59).

Esta demanda epistemológica dialoga, inclusive, com as estratégias que buscam endereçar o legado colonial da sub-representatividade. Ao desmonumentalizar o conhecimento escrito e expandir o leque de possibilidades, torna-se menos árdua a tarefa de evidenciar outras narrativas.

Para além das concepções de evidências em si, discutem-se, na literatura, outros aspectos que constrangem o exercício da soberania e da autodeterminação dos povos indígenas no processo de reconhecimento federal. O próprio acesso a esses documentos muitas vezes é um obstáculo, que passa por questões financeiras, de distância ou mesmo credenciais, quando exigidas (Montenegro, 2019, p.117). Quando acessados, estão ainda sujeitos aos instrumentos de catalogação e formas de recuperação das informações necessárias.

> Como resultado de uma coleta colonial direcionada, hoje o patrimônio cultural indígena está frequentemente localizado em repositórios geograficamente distantes das comunidades de origem e “alojado” dentro de um sistema jurídico que se recusa firmemente a aceitar reivindicações locais pela administração desses materiais. Encontrá-los é um desafio porque os registros de catálogo, esquemas e classificações usados para descrever materiais indígenas muitas vezes omitem colaboradores e informantes indígenas ao passo que incluem informações com erros ortográficos, tendenciosas e, às vezes, racistas (Reijerkerk; Reed, 2023, p.567, tradução nossa).

Todos os percalços, quando combinados, evidenciam uma manifestação da colonialidade nos arquivos que aponta para a permanência de injustiças e para a negação de direitos fundamentais dos povos originários.

Um segundo aspecto da colonialidade nessa perspectiva, apontado na literatura, diz respeito ao embaraço às formas de reparação, simbólica e material, de violações de direitos em repúblicas que experimentaram regressões em seus sistemas democráticos por meio de golpes militares, regimes de segregação, genocídios e outras máculas.

É o caso de Harris (2021), que expõe a relação entre descolonização de arquivos e o “chamado à justiça” na África do Sul, pós-Apartheid. Se, por um lado, o país recorreu à anistia para perpetradores de violações humanitárias, para Harris (2021, p.19), o impulso de descolonizar os arquivos possibilitou uma caminhada em direção à reparação de vítimas. Algumas instituições foram criadas para este fim,

como a Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul, a Comissão de Restituição dos Direitos Fundiários e a Fundação Nelson Mandela.

A Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul buscava investigar violações a direitos humanos e trazer à tona narrativas de vítimas do antigo regime. Com audiências públicas e coleta de testemunhos, produziu um vasto material arquivístico de testemunhos, contra-testemunhos e interlocuções com os mediadores da Comissão (Harris, 2021, p.19).

Já a Comissão de Restituição dos Direitos Fundiários atuou para restaurar direitos de proprietários de terras que as perderam pelas políticas discriminatórias, em vigor no início do século XX. Tampouco podendo contar com evidências materiais abundantes, a Comissão recorreu a expedientes semelhantes e contou com a mudança legislativa que fazia do Tribunal de Reivindicações de Terras o único no país a aceitar tais tipos de evidência (Harris, 2021, p.19).

Por fim, a Fundação Nelson Mandela, criada em 1999, foi provida, alguns anos depois, com a criação de um programa de arquivo voltado para a missão institucional de promover justiça social por meio da memória e do diálogo (Harris, 2021, p.19).

Cumpre destacar que, décadas passadas do “impulso descolonizador” atuando nos arquivos, Harris reconhece a fragilidade dos avanços. Por diversas razões, que vão desde a resistência das classes dominantes, a correlação de forças e as próprias concessões feitas na transição democrática, o autor afirma que o sistema de arquivos sul-africano se parece cada vez mais com o sistema herdado do *Apartheid* (Harris, 2021, p.72).

Uma segunda menção na literatura diz respeito à Palestina e nos ajuda a compreender que o colonialismo ainda se mantém como realidade no século XXI para milhões de pessoas. Vitimadas, ainda, por um projeto colonial que atravessa décadas, os palestinos se preocupam, para além de sua própria exterminação, com o apagamento e a reescrição de sua história:

> [...] o genocídio em Gaza e o ataque à memória palestina são inseparáveis. O primeiro elimina os vivos; o segundo elimina o registro de que eles existiram. Ambos são necessários para que os colonos reivindiquem a permanência. [...] O objetivo não é apenas confiscar terras, mas remover os povos indígenas — física e simbolicamente — da própria história. Isso significa apagar não apenas vidas, mas também arquivos, narrativas e registros culturais que atestam a existência anterior. Para os palestinos, isso significou um ataque contínuo às evidências materiais e documentais de sua presença: a prova de que eles pertenciam a este lugar antes da chegada dos colonos e que a sua expropriação é um crime (Ali, 2025- tradução nossa).

Em seu filme-documentário "*Looted & hidden – Palestinian Archives in Israel"*, Rona (2017) trabalha os arquivos de pessoas e organizações palestinas apossados pelo exército israelense, ao longo do século XX. Entre arquivos pessoais e organizacionais, filmes e fotografias, colecionados ou orgânicos, nos são apresentados múltiplos obstáculos ao acesso dos mesmos e à construção de narrativas que se oponham às oficiais.

O primeiro obstáculo relatado, naturalmente, é a subversão pela força da guarda dos arquivos. Ao tomá-los como seus, o Estado israelense – por meio das forças armadas de Israel, *Israel Defense Forces* (IDF) – passa a ter controle sobre uma vasta gama de documentos vitais para o reconhecimento da comunidade que os criou (Looted, 2017). A partir da posse dos documentos, manifestam-se outros obstáculos, que passam a atuar em conjunto para os fins israelenses/sionistas.

O segundo obstáculo é a restrição do acesso: ainda hoje, a maior parte dos arquivos é classificada em algum grau de sigilo. Até 2020, também havia uma cobrança significativa para o fornecimento de cópias dos documentos ostensivos (Looted, 2017). Para além disso, há uma estratégia colonial que discrimina o acesso pela raça e envolve expedientes que facilitam o roubo de terras e apagam as reivindicações palestinas. Essa discriminação foi classificada por Ghaddar como um "*apartheid* arquivístico":

> Essas práticas facilitam a apropriação ilegal de terras e a expropriação dos indígenas, por exemplo, recategorizando locais palestinos como israelenses para apagar as reivindicações indígenas sobre as terras e negar sistematicamente o acesso aos palestinos e outros árabes. Mesmo os palestinos com cidadania israelense são sistematicamente impedidos de acessar os registros mantidos pelo Estado de Israel e pelas instituições sionistas, enquanto os judeus israelenses o podem. Este é um exemplo flagrante de apartheid arquivístico, em que um grupo de cidadãos é tratado de forma diferente de outro com base em categorias raciais e nacionais. De modo geral, os arquivos oficiais do Estado israelense promovem uma narrativa estatista, militarista, verticalista e sionista do passado por meio de suas políticas de aquisição, organização, descrição, acesso e outras. Como parte disso, existe uma ética nos arquivos nacionais de ocultar e recusar a desclassificação de documentos ou registros que revelem os crimes de guerra do Estado e as violações do direito internacional contra o povo palestino e seus vizinhos árabes (Ghaddar, 2025, p.9, tradução nossa).

O terceiro obstáculo, por fim, é a submissão dos documentos às narrativas oficiais, expressas na descrição e catalogação nos códigos linguísticos do colonizador, como já exemplificado na subseção anterior. Termos que remetem à própria identidade como "*palestinians*" deram lugar a "*israeli-arabs*". Da mesma forma,

militantes, combatentes, lutadores e revolucionários são rotulados sob o termo "*palestinian gangs*". Até mesmo a origem dos arquivos é amenizada pela utilização do termo "*pilfered*", comumente associado a pequenos furtos e objetos de pouco valor. Contrariando essa lógica, os arquivos tomados do *Palestine Liberation Organization Research Center* possuíam tanta importância que foram usados pelo Estado de Israel como barganha em troca de prisioneiros israelenses nos anos 1980 (Sela, 2017).

Como forma de responder ao *apartheid* arquivístico, Ghaddar (2025) mapeia algumas práticas em curso que buscam resistir ao projeto de dominação sionista que se impõe sobre palestinos e árabes vizinhos no Oriente Médio. As iniciativas, categorizadas sob a noção de "contra-arquivo", adaptam-se às necessidades e ao horizonte de possibilidades ao qual estão inscritos. O projeto "*Fighting Erasure*", por exemplo, tem como um de seus principais pilares a adoção de uma proveniência centrada em um lugar, e não em uma entidade criadora:

> As iniciativas arquivísticas e coleções palestinas são geralmente organizadas de acordo com um tema, como a Nakba e a Palestina como lugar, e não de acordo com a proveniência centrada no criador, dominante nos estudos arquivísticos. A Palestina, e não a entidade criadora dos registros, é a base sobre a qual os registros são reunidos, organizados e descritos, o que efetivamente torna a Palestina como proveniência; o aspecto mais significativo das origens e do contexto dos registros e itens em uma coleção ou arquivos. O contra-arquivo palestino é um arquivo resistente que trabalha para remapear a terra como Palestina, insistindo que o contexto e a estrutura a partir dos quais se compreendem os registros, documentos e itens arquivísticos contemporâneos estão relacionados à Palestina como um lugar e uma geografia nativa (Ghaddar, 2025, p.18, tradução nossa).

Outras iniciativas e projetos alinhados evidenciam a perspectiva dos marginalizados na descrição, das comunidades e das formas não-tradicionais de registros, como a oralidade, e as peças de conscientização ou informação, como cartazes. Também recontextualizam os documentos de arquivos tradicionais, privilegiando uma perspectiva soberana nativa não encontrada em nenhum arquivo institucional (Ghaddar, 2025, p.29).

Para Ghaddar (2025, p.19), as iniciativas "contra-arquivo" locais e, também, do mundo árabe fomentam o desenvolvimento de uma prática descolonial e descolonizadora orientada para a libertação da Palestina.

4.7 Notas sobre a literatura e a pertinência para os arquivos brasileiros

Como parte importante da pesquisa, o panorama da literatura trouxe alguns apontamentos, bem como reflexões derivadas. Preliminarmente, a ausência de publicações brasileiras nas bases de dados pesquisadas, bem como ampla predominância da literatura anglófona, pode evocar certo contrassenso, vez que o pensamento descolonial é estabelecido por teóricos latino-americanos (Ballestrin, 2013).

Adicionalmente, constatou-se um certo distanciamento entre os autores que trabalham com a abordagem descolonial em arquivos e os autores clássicos do Grupo M/C, como Aníbal Quijano (1992) e Walter Mignolo (2011)[51]. Conceitos fundamentais como colonialidade do poder (e também do saber e do ser), descolonialidade e modernidade encontram pouca articulação com os conceitos da Arquivologia.

No referenciado trabalho de Caswell e Ghaddar (2019), por exemplo, a base teórica para uma práxis descolonial na Arquivologia não dialoga com os autores da escola de pensamento descolonial sul-americana e caribenha, mas com os cânones do pós-colonialismo e as referências dos grupos de estudos subalternos como Fanon (1968), Spivak (2010), Césaire (2020) e Guha (1982).

Por conseguinte, percebemos que muitas das abordagens analisadas poderiam se beneficiar de uma maior ancoragem teórica nos clássicos do grupo M/C e, o que as fariam, quando analisadas em conjunto, mais coesas e dotadas de identidade própria. Em alguns casos (Drake, 2016; Ištok, 2016), a descolonialidade soa demasiado próxima de outras vertentes da Arquivologia como as de enfoques identitários (negros, queer, feministas), sem traços distintivos ou, ainda, como uma outra forma de se referir aos estudos críticos arquivísticos.

Isso se torna especialmente relevante quando pensamos nas definições, nos objetivos e nas estratégias propostas para o enfrentamento das colonialidades. Algumas questões permanecem em disputa na literatura, incluindo a primordial: o que significa descolonizar arquivos? Como mostra o Quadro 2, há um amplo leque de entendimentos que pode significar desde um entendimento comum sobre os efeitos

[51] Algumas exceções, ainda que nem sempre aprofundadas, podem ser encontradas em Gak *et al*. (2021), Basu e De Jong (2016), Montenegro (2019), Cushman (2013), Christen e Anderson (2019).

do colonialismo/imperialismo às diversas possibilidades de ações contra as lógicas coloniais, no que diz respeito a registros e memória.

Outra questão diz respeito à viabilidade de se descolonizar arquivos sem descolonizar a sociedade. Se arquivos, arquivistas, instituições e documentos são produtos de uma dinâmica social mais ampla que os arquivos, como seria possível descolonizá-los à parte da mesma? Para Montenegro (2019), o esforço de descolonização deve se direcionar também às “mentes e métodos daqueles que mantêm, leem e interpretam esses registros, bem como das políticas e práticas que fazem uso dos arquivos coloniais como evidência” (2019, p.135, tradução nossa). A proposta, tomada no contexto das evidências jurídicas, não se limita aos arquivos e é uma das que borram a linha entre a descolonização destes e da sociedade.

Por fim, uma reflexão sobre até que ponto é possível disputar um arquivo estatal para um projeto de descolonização. Autores como Drake (2016), Fraser e Todd (2016) enfatizam a natureza contraditória entre o Estado se auto descolonizar, enquanto outros, como Jansenn (2023), partem principalmente deste para discutir as perspectivas. Arquivos comunitários têm forte presença na literatura (Caswell, 2014; Alencar; Tognoli; Cervantes, 2023; Drake, 2016) e outras iniciativas, para além do Estado, são postas como únicas alternativas às situações de neocolonialismo como a Palestina (Ghaddar, 2025).

Como próprio do conceito de colonialidade (do poder) e de suas derivações (do saber e do ser), há uma notória interdependência entre estes, quando pensados a partir dos arquivos. Enquanto a sub-representatividade pode remeter, imediatamente, à ausência de registros de povos originários e outras minorias sociais, à predominância da escrita ante a oralidade e à dimensão epistêmica da colonialidade — a do saber — ela se manifesta-, também, como uma perpetuadora da colonialidade do poder. Como exemplificado em Drake (2016), a sub-representatividade e a ausência de registros pode sustentar a violência contra minorias e dificultar a responsabilização da mesma.

Já o deslocamento de arquivos pode ser lido, inicialmente, como uma manifestação da colonialidade do poder, que tanto emudece as demandas de repatriação por antigas colônias — por meio das organizações políticas e as agências de notícias do Ocidente — quanto desempodera, quando estas adentram as esferas judiciais de resolução de conflitos. Semelhantemente, pode ser analisado a partir da

alienação e do controle sobre o conhecimento produzido nas colônias e sobre os colonos. A mesma lógica pode ser aplicada sobre o viés estrutural que, para além de suas dinâmicas de exploração racial por meio da propriedade e do trabalho, guarda uma forte relação com a colonialidade do saber.

Por fim, quando pensamos em povos subalternos, dialogamos ainda com a questão identitária, existencial, corrompida tanto pela desapropriação das terras quanto pela homogeinização, por parte do Estado, da língua, da memória e do conhecimento, suprimindo a diversidade dos povos originários e, no caso brasileiro, de quilombolas. Neste ponto, há uma importante zona de contato entre a colonialidade em arquivos e a colonialidade do ser. Esta colonialidade, conforme Maldonado-Torres (2007) e Lugones (2010), se manifesta na experiência vivida pelo sujeito colonial, sua existência e relegação à classe de "não-humano", indigno dos mesmos direitos reservados ao colonizador ou à sua idealização masculina, branca, europeia. Se os arquivos foram e são instrumentos de poder que escolhem quem, como e em qual língua serão registrados, a desumanização e objetificação do sujeito colonial se materializa tanto na sub-representatividade e no deslocamento quanto no próprio viés estrutural dos arquivos.

Outro questionamento central para esta pesquisa diz respeito à pertinência da abordagem descolonial para o Brasil. Conforme exposto, nos trabalhos encontrados há uma forte presença de países como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e outros, cuja história guarda diversas especificidades não compatíveis com a história brasileira. Como aponta Bastian (2019), o colonialismo não é um monólito e cada ex-colônia ou cada comunidade atualmente oprimida experimenta o colonialismo à sua maneira.

Em termos estruturais, entretanto, é possível encontrar semelhanças que mostram que a literatura arquivística, quando alinhada à escola de pensamento descolonial, tem muito a contribuir para a teoria e a prática no Brasil. Em um primeiro plano, a centralidade da questão material e territorial de povos originários trabalhadas, por exemplo, em Rivard (2015), Montenegro (2019), Reijerkerk e Reed (2023), encontra paralelo na análise dos direitos territoriais dos indígenas brasileiros.

Em permanente disputa contra as elites agrárias, o agronegócio, grandes produtores, empresas, e outros representantes da dinâmica exploratória do modelo capitalista, os povos nativos encontram severas dificuldades para terem seus direitos

reconhecidos. Um dos obstáculos mais recentes, a tese do Marco Temporal, restringe o reconhecimento de terras indígenas às terras sob posse ou disputa antes da promulgação da Constituição de 1988[52]. Dessa forma, dificulta a comprovação e ignora o histórico de expulsões, mortes e deslocamentos forçados, impostos aos povos nativos antes do referido marco (Lavareda; Santos; Farias, 2025, p.4475).

Embora a interface entre a literatura arquivística descolonial e a realidade brasileira se dê nos povos autóctones, a mesma lógica pode beneficiar abordagens territoriais que envolvam comunidades ribeirinhas, quilombolas e, em questões mais recentes, organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina.

A lógica do reconhecimento jurídico caminha lado a lado com o aparato documental, seja pelos documentos históricos, usados como baliza de evidência, seja pelos administrativos e burocráticos modernos, exigidos, por exemplo, na formalização de uma associação dos pleiteantes à titulação de terras. O "enquadramento", imposto pelo Estado, desconsidera a existência de outras dinâmicas no seio das relações comunitárias, comono caso dos quilombolas:

> A introdução da ficção jurídica "associação" nas comunidades remanescentes acaba, muitas vezes, por criar novos espaços de poder e disputas ao definir novos papéis sociais e hierárquicos distintos daqueles orientadores dos valores partilhados pela comunidade. A exigência jurídica da criação de uma associação para garantir a titulação da propriedade forja a representação do presidente da entidade na diretoria da pessoa jurídica, que não se identifica com o referencial de autoridade adotado pela comunidade. Em regra, tal autoridade cabe aos indivíduos mais velhos, portadores de saberes específicos e da memória local. Não é raro que este descompasso entre a formalidade e os usos tradicionalmente estabelecidos se desdobre em conflitos internos ao grupo (Silva; Pontes; Milano, 2017, p.142).

Assim sendo, os esforços de desmonumentalização das evidências, conforme propostos de Montenegro (2019) e Santos (2022), tanto no campo dos arquivos quanto no campo jurídico e mesmo social, encontram forte aderência à realidade brasileira. Dadas as particularidades históricas e identidades comunitárias, a leitura descolonial no Brasil encontra espaço, inclusive, para ser expandida a outras comunidades e grupos sociais, para além dos indígenas.

---

[52] A tese do Marco Temporal foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2023. Ainda assim, o Congresso Nacional aprovou a Lei 14.701/23 (Brasil, 2023), que a restabeleceu. No momento, há diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) no Tribunal, solicitando que se declare a inconstitucionalidade da lei ou parte de seus dispositivos.

Outro aspecto da colonialidade em arquivos, mapeado na literatura, diz respeito às questões custodiais e de acesso aos arquivos que interessam tanto ao antigo colonizador quanto à antiga colônia. O Brasil, tal qual outras antigas colônias portuguesas como Angola e Moçambique, tem vasta documentação de seu interesse sob custódia de arquivos lusitanos.

Partilhando a mesma administração europeia por meio do Conselho Ultramarino, desde meados do século XVII, e da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, grande parte dos documentos referidos se encontra arranjada, principalmente, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Lisboa. Junto a estes, o Arquivo Nacional Torre do Tombo e a Biblitoeca Nacional de Portugal completam o "núcleo básico" de fontes de estudos do Brasil colonial (Boschi, 2012).

A partir de 1808, com a mudança da família real e o estabelecimento do Governo Central em solo brasileiro, o Conselho Ultramarino teve as suas funções esvaziadas, perdendo relevância, também, para fins historiográficos no Brasil (Martins, 2018). Ainda assim, permaneceram obstáculos que tangem ao acesso à documentação histórica do período colonial:

> [...] o acesso às fontes da história colonial nunca foi tarefa fácil para os pesquisadores, sendo brasileiros era ainda mais complicado, uma vez que as fontes para o estudo desta área da historiografia se encontravam a milhares de quilômetros de distância, do outro lado do Atlântico. Era necessário viajar à Europa para poder ler e analisar os atos normativos, as cartas, ofícios e despachos fossem das autoridades soberanas, fossem dos conselhos dirigidos aos súditos, fosse a correspondência dos vice-reis do Brasil e demais governadores e autoridades coloniais e/ou oriundas dos habitantes nas colônias sobre as mais diversas matérias, desde comércio colonial e defesa do território ao tráfico de escravos, administração, governo e aplicação da justiça, além de toda a massa documental relativa à administração do dia a dia da América Portuguesa (Bertoletti; Bellotto; Dias, 2011, p.2).

Tal cenário, comum a tantas outras antigas colônias, credencia o Brasil a discutir, em esferas legais e contenciosas, aspectos relacionados à custódia, repatriação e possibilidades de acesso, a depender de cada caso. Historicamente, entretanto, o país tem recorrido a soluções menos conflituosas e mais diplomáticas para diminuir a lacuna entre os arquivos acessíveis e os arquivos que ajudam a contar a nossa história sob diferentes vieses.

O primeiro esforço reconhecido remete aos primeiros anos do pós-Independência, quando o recém-criado Império envidou esforços para a catalogação

e disseminação de fontes da história brasileira existentes na Europa por meio, sobretudo, da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB**)**. Aos pesquisadores subvencionados pelo Instituto, somaram-se outros de motivação particular ede caráter oficial (Boschi, 1975).

No Brasil republicano, entretanto, apenas as pesquisas de caráter particular mantiveram um ritmo satisfatório, partindo das contribuições do Barão do Rio Branco, do Barão de Studart e Joaquim Nabuco e, posteriormente, impulsionadas pelas pesquisas de monografias e teses universitárias (Boschi, 1975).

Ao fim do século XX, novos esforços partem do Estado Brasileiro, desta vez inspirado pelo domínio tecnológico da microfilmagem. Por meio do Projeto de Microfilmagem da Documentação relativa ao Brasil no Exterior, de 1982, e do subsequente protocolo de colaboração entre o Ministério da Justiça e a Presidência do Conselho de Ministros da República Portuguesa, de 1995, criou-se a COLUSO. Entre os principais objetivos da Comissão, estava microfilmar a documentação sobre o Brasil-Colônia existente no AHU (Boschi, 1975).

Passados alguns anos, o Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”, chefiado pela COLUSO, entregou resultados consideráveis e números superlativos, com centenas de milhares de documentos copiados em microfilmes e CDs-Rom, além de dezenas de guias de fontes e catálogos (Fundação Biblioteca Nacional, [s.d.]; Boschi, 2018).

Ainda ativa nos anos recentes, a Coluso mantém abertos os canais entre os países, privilegiando as soluções diplomáticas, enquanto expande o acesso a documentos de interesse da história brasileira. Assim, as possibilidades de futuros contenciosos arquivísticos entre os dois países parecem cada vez mais remotas. Nesse contexto, embora o Brasil se inscreva no rol de países aptos a desenvolver a abordagem descolonial voltada para o deslocamento de arquivos, esta dificilmente será uma vertente prioritária entre os pesquisadores.

Por fim, a última vertente da descolonialidade, voltada aos aspectos da sub-representatividade nos arquivos, aparenta ter grande potencial de aderência à realidade brasileira e deve apresentar maior incidência em trabalhos futuros. Primeiramente, o Brasil tem uma população reconhecidamente heterogênea, com diferenças culturais, regionais e étnicas pujantes. Mais da metade da população se identifica como afrodescendente (preta ou parda) e, ainda que a proporção de

indígenas seja baixa, se comparada aos vizinhos, o território abriga centenas de etnias e outras centenas de línguas (IBGE, 2022).

Além disso, o discurso de valorização de grupos marginalizados e a diversidade cultural já encontram muitos caminhos abertos entre a sociedade, tornando essa vertente da descolonialidade mais propícia à difusão. Muitas instituições e mesmo empresas no mercado de trabalho mantêm programas internos para dedicação ao tema (Estadão, 2024). Em vias acadêmicas, a descolonialidade das narrativas em arquivos pode se conectar, com alguma facilidade, às teorias identitárias, *queer*, feministas, às Epistemologias do Sul e a um sem número de abordagens para arquivos comunitários, negros, LGBT+ etc.

No discurso oficial de estado, cuja exceção recente seriam os anos da administração Jair Bolsonaro (2019-2022), também há uma permeabilidade que faz com que ações, projetos e políticas públicas de viés descolonial e foco em narrativas subalternas possam ser patrocinadas. Há, inclusive, acenos recentes aos arquivos, dentre os quais podemos destacar a manifestação da então Diretora-Geral do Arquivo Nacional, a historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, em prol de uma agenda descolonizadora para a instituição (Otávio, 2023), e a participação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) no II Encontro Arquivo, Cultura e Justiça Social, cujo tema foi: “Decolonização: os arquivos e as instituições de memória” (MDCH, 2025).

Sob uma análise crítica, algumas preocupações podem surgir deste cenário: com apenas uma vertente da descolonialidade sendo privilegiada, justamente a que encontra mais facilidade em aderir ao *status quo* vigente de um identitarismo de viés liberal corre-se o risco de “esterelizar” ou diluir as contradições que a teoria descolonial é capaz de trazer aos arquivos, acomodando a teoria à superfície ao invés de abordar a raiz das contradições e, aí sim, tornar-se parte de uma transformação social (Caswell; Ghaddar, 2019).

À luz da literatura e com essas ponderações em vista, desenvolveremos um instrumento de análise, do tipo lista de verificação, para subsidiar a caracterização de ações governamentais no campo dos arquivos enquanto aderentes, ou não, a uma abordagem descolonial. Após, faremos um breve exercício, por meio de um estudo de caso simples, de aplicabilidade da lista em um conjunto de ações propostas a título de comemoração do Bicentenário da Independência do Brasil, pelo Arquivo Nacional,

ao longo do ano de 2022. A análise deve nos sinalizar se e em que grau as comemorações dialogam com a teoria descolonial, bem como nos oferecer instrumental para pensar na abordagem descolonial a partir de instituições de Estado.

O caso selecionado para o estudo se justifica, primeiramente, por se tratar de ação planejada e executada pelo Estado, com recursos totalmente ou majoritariamente públicos, por meio da principal instituição de arquivo do país. Adicionalmente, o evento histórico que centraliza as ações, o Bicentenário da Independência do Brasil, conversa diretamente com muitas possibilidades e abordagens descoloniais.

A partir de Santos (2022), teórico das Epistemologias do Sul, defendemos que descolonizar o Bicentenário é uma missão em que se encontram tanto os "vencidos inconformados da história" quanto os vencedores e descendentes de vencedores dispostos a "reparar as injustiças e as atrocidades em que a história assenta e oculta" (Santos, 2022, p.11). Engajar nesta missão e descolonizar o marco temporal, para o autor, é partir de dois pressupostos:

> O primeiro é que o colonialismo não é uma condição do passado, é uma condição do presente. Com a independência do Brasil não terminou o colonialismo; terminou apenas um tipo específico de colonialismo – o colonialismo histórico, de ocupação estrangeira. Com a independência o colonialismo metamorfoseou-se e continuou sob outras formas, quer sob a forma do colonialismo interno, quer sob a forma de neocolonialismo por parte do ex-colonizador histórico. Ao nível mais profundo e resistente, o colonialismo é toda a degradação ontológica de um grupo humano por parte de outro: um dado grupo humano arroga-se o poder de impunemente considerar outro grupo humano como naturalmente inferior, quase sempre em função da pigmentação da pele (grupo racializado). Por isso, a ferida colonial, longe de estar sarada, sangra, e dói no cotidiano de muitos corpos e almas (Santos, 2022, p.11).

Apesar das diferenças conceituais e terminológicas entre a teoria descolonial e as Epistemologias do Sul (como colonialidade versus colonialismo interno/neocolonialismo), ambas partem desse mesmo pressuposto: é necessário compreender a permanência dos mecanismos coloniais na dinâmica interna e externa do Brasil pós-Independência. Já o segundo pressuposto, para o autor:

> [...] é que o colonialismo é uma co-criação de colonizadores e colonizados. Feito de conflitos e cumplicidades, de violências e convivências, de aprendizagens e desaprendizagens recíprocas, por mais desiguais que as relações tenham sido. E como os criadores são também criaturas, o colonialismo moldou tanto os colonizadores como os colonizados. Isto significa que não é possível descolonizar sem descolonizar simultaneamente o colonizador e o colonizado, duas descolonizações recíprocas que, no

> entanto, envolvem tarefas muito distintas, tanto no plano simbólico-cultural, como no plano das sociabilidades das formas de ser e de saber e no plano da economia política (Santos, 2022, p.12).

Com esse pressuposto, Santos (2022) indica que a tarefa de descolonização envolve, simultaneamente, brasileiros e portugueses, cabendo, a cada um, agendas específicas. Ao outro lado do Atlântico urge, por exemplo, a luta contra o racismo e o sexismo que vitimam os imigrantes brasileiros; o fim do neocolonialismo dos governantes portugueses e da União Europeia; a descolonização da história, da educação e da cultura, a compreensão do colonialismo que conflita com a romantização do relacionamento entre os países (Santos, 2022, p.13).

Nesse sentido, podemos inferir que a integração diplomática entre os países para ações governamentais, culturais ou de outra natureza, não são, por si só, um problema. Ao contrário, são oportunidades para unificar esforços, desde que partilhadas as bases comuns que sustentam os intentos de descolonização.

4.8 Elementos para um instrumento teórico-metodológico

Dados os objetivos da pesquisa, esta subseção se dedica a analisar o referencial teórico com vistas à criação de uma matriz de aderência, instrumento analítico-avaliativo calcado em princípios descoloniais. O referido instrumento, baseado em critérios qualitativos, poderá servir para avaliar ações e políticas institucionais de difusão e acesso a documentos, medindo o grau de aderência dos mesmos aos princípios da teoria descolonial em arquivos.

Entendemos que a proposta pode atender a múltiplos propósitos, servindo para aprimorar políticas públicas, estimular debates acadêmicos, estruturar a aplicabilidade da teoria descolonial em arquivos e difundir a necessidade de aderir a princípios éticos de justiça, inclusão e responsabilidade social. Da mesma forma, salientamos que, embora concebido exclusivamente para análises *a posteriori* de ações executadas ou em andamento, os elementos que compõem a matriz podem ser reapropriados, em outro contexto e com os devidos ajustes, como guia ou orientação na elaboração de ações/políticas que envolvam arquivos.

Embora os instrumentos mais comuns de padronização ou conformidade na Arquivologia sejam de caráter normativo/orientador, geralmente voltados para requisitos técnicos, guias e modelos de requisitos como o Modelo de Requisitos para

Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-Arq Brasil), a *General International Standard Archival Description* (ISAD(G)), a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) e o *Open Archival Information System* (OAIS), a adoção de uma matriz de aderência baseada em princípios descoloniais pode oferecer diversas vantagens: avaliar políticas com o objetivo de aprimorá-las, realizar diagnósticos institucionais, estabelecer uma base comparativa entre políticas distintas, bem como identificar lacunas, padrões e tendências históricas.

A construção de um instrumento neste sentido almeja, sobretudo, operacionalizar noções descoloniais como “colonialidade”, “pluralidade epistêmica”, “subrepresentatividade”, “narrativas contra-hegemônicas”, aplicadas ao universo dos arquivos e das ações institucionais arquivísticas, conforme a literatura explorada.

Compreendemos, também, que esta estratégia metodológica pode suscitar tensões, uma vez que há, no fazer científico Ocidental, uma herança colonial, com direcionamento à medição, mensuração e simplificação de complexidades. Dessa forma, é imperioso esclarecer que esta não é, nem deve ser, uma proposta de avaliação única. A busca por pluralidade epistêmica demanda que as instituições de Estado busquem envolver povos originários, comunidades tradicionais, quilombolas, sindicatos e outros representantes que qualifiquem a avaliação de suas ações e políticas, dando profundidade e pluralidade à crítica descolonial.

No que tange à literatura descolonial de arquivos, como já apontado, a análise voltada para a pertinência à realidade brasileira indica que dois, dos três grandes temas mapeados (sub-representatividade e viés estrutural), têm maior relevância e/ou possuem maiores canais para serem absorvidos pela sociedade. Assim, o foco do instrumento se situa sobre estes dois temas. Adicionalmente, houve um balanceamento em determinados aspectos que, ainda que estejam marginalizados na literatura, mostram-se fundamentais no contexto de construção de um instrumento para avaliação de políticas públicas.

Conforme detalhado na seção de metodologia, a análise de conteúdo orientada por Bardin (2016) foi o referencial escolhido para operacionalizar os princípios descoloniais em uma matriz de aderência. Retomando brevemente os elementos ali estabelecidos — categorias (princípios), subcategorias (quesitos), escala ordinal (0,1 e 2) e unidades de contexto —, apresentamos a seguir a Matriz de Aderência a Princípios Descoloniais, com seus quatro eixos estruturantes: (1) Pluralidade

epistêmica arquivística, (2) Sub-representatividade arquivística, (3) Linguagem crítica e acessibilidade arquivística e (4) Práxis descolonial arquivística, sendo este último interpretado transversalmente.

Quadro 5 - Princípios norteadores da matriz teórico-metodológica

Princípio norteador	Definição	Referenciais teóricos
Pluralidade epistêmica arquivística	Valorização e reconhecimento das diversas formas de conhecimento e saberes, abrangendo práticas culturais, políticas e populares diversas, em oposição à consolidação da hegemonia científica e acadêmica ocidental. Em arquivos, dialoga, sobretudo, com a valorização de arquivos não-oficiais e documentos não-tradicionais, advindos da oralidade e de práticas sociais diversas.	Boaventura (2022), First Archivist Circle (2007); Montenegro (2019) e Caswell (2019; 2021)
Sub-representatividade arquivística	Ausência ou invisibilização de arquivos e narrativas de grupos sociais subalternizados. Reforço, por meio dos arquivos, de narrativas ocidentais, hegemônicas e universalistas.	Gak *et al.* (2021), Bak *et al.* (2017), Alencar; Tognoli e Cervantes (2023)
Linguagem crítica e acessibilidade arquivística	Princípio no qual a descrição e a mediação entre arquivos e seus públicos considera a amplitude do acesso, buscando superar barreiras físicas, linguísticas e sensoriais. Da mesma forma, considera a historicidade dos documentos e as suas representações, especialmente quando marcados por linguagem ofensiva ou por estereotipagem.	First Archivist Circle (2007)
Práxis descolonial arquivística	Direcionamento da abordagem descolonial para além das questões simbólicas e representativas, buscando apoiar, por meio dos documentos e arquivos, reivindicações materiais e estruturantes da subalternidade como disputas territoriais, garantias de direitos humanos, soberania política, opressão neocolonial.	Caswell (2019; 2021), Montenegro (2019), Reijerkerk; Reed (2023)

Fonte: elaboração própria, com base nos autores citados, 2025.

O primeiro princípio, ancorado sobretudo em Boaventura (2022), First Archivist Circle (2007), Montenegro (2019) e Caswell (2019, 2021), diz respeito ao universo dos documentos que farão parte da ação de governo. Assim, quatro quesitos foram estabelecidos, em que para cada um deles há três possíveis respostas, cada uma conferindo uma pontuação entre 0 (zero) e 2 (dois), sendo 0 um quesito ausente ou não verificável; 1, um quesito parcialmente atendido e 2, um quesito totalmente atendido.

Quadro 6 - Quesitos de pluralidade epistêmica

Quesito	Descrição	Possíveis respostas
Diversidade de fundos documentais	Quesito em que se avalia a diversidade e a pluralidade de arquivos no que tange aos custodiadores da documentação.	(0) apenas fundos institucionais do próprio arquivo; (1) inclusão pontual de fundos externos;(2) diversidade explícita e intencional de produtores.
Inclusão de arquivos comunitários ou alternativos	Quesito em que se avalia se a ação contemplou parcerias e envolveu outros arquivos, para além dos estatais/oficiais, em perspectiva.	(0) nenhuma participação; (1) parcerias pontuais ou uso indireto; (2) participação relevante.
Valorização de formas de registro não-tradicionais	Quesito em que se avalia se a ação considerou registros e conhecimentos outros, advindos da oralidade e de práticas sociais diversas.	(0) exclusividade de documentos escritos/tradicionais; (1) uso complementar ou ilustrativo; (2) centralidade dos registros não-tradicionais enquanto saberes legítimos
Autocrítica sobre limitações do acervo	Quesito em que se avalia se, no decorrer da ação, houve ponderações acerca dos limites do acervo, seja pelo deslocamento dos mesmos, seja pelo histórico centralizador/colonial da instituição.	(0) ausente;(1) menções genéricas ou implícitas; (2) reflexão crítica em articulação com o histórico institucional.

Fonte: elaboração própria, 2025.

O segundo critério, ancorado em Gak *et al.* (2021), Bak *et al.* (2017), Alencar, Tognoli e Cervantes (2023), atenta para a representatividade no planejamento e na execução das ações, além das justificativas e dos delineamentos das mesmas.

Quadro 7 - Quesitos de sub-representatividade

Quesito	Descrição	Possíveis respostas
Inclusão de vozes subalternizadas	Quesito em que se avalia se houve, no planejamento ou na execução, a inclusão de vozes subalternizadas, uma composição diversa na equipe curatorial e/ou parcerias institucionais com povos tradicionais.	(0) narrativa institucional majoritariamente homogênea; (1) presença discursiva sem efetiva participação; (2) coparticipação ou participação efetiva.
Reconhecimento explícito de violência colonial/resistências indígenas e negras	Quesito em que se avalia se as narrativas contemplam o histórico de conflitos, contradições, opressão e resistência à experiência colonial.	(0) narrativa celebratória ou neutra; (1) reconhecimento pontual; (2) violência e resistências como elementos centrais.

Quesito	Descrição	Possíveis respostas
Contextualização crítica do colonialismo e da colonialidade	Quesito em que se contextualiza criticamente a independência do país, articulada sobretudo ao colonialismo.	(0) abordagem acrítica, celebratória ou neutra; (1) contextualização pontual/parcial; (2) contextualização crítica como tônica central.
Reconhecimento do histórico colonial ou dos impactos da colonialidade na própria instituição	Quesito em que se avalia uma abordagem crítica do próprio histórico institucional no que tange à colonialidade.	(0) ausência de reconhecimento; (1) reconhecimento parcial/pontual; (2) reconhecimento explícito.

Fonte: elaboração própria, 2025.

O terceiro critério se ancora, sobretudo, em protocolos internacionais e boas práticas estrangeiras como o *Guidelines for Culturally Responsive Archival Description (*Tulane University Libraries, *2024)* e o *Protocols for Native American Archival Materials (*First Archivist Circle, 2007), e se direciona para linguagem e acessibilidade.

Quadro 8 - Quesitos de linguagem crítica e acessibilidade

Quesito	Descrição	Possíveis respostas
Uso crítico da linguagem histórica	Quesito em que se avalia a abordagem institucional em relação aos cuidados e à crítica da linguagem histórica.	(0) presença de termos ofensivos sem a respectiva contextualização; (1) notas explicativas pontuais; (2) política consistente voltada para a linguagem histórica[53].
Acessibilidade e pluralidade linguística:	Quesito em que se avalia a consideração à acessibilidade e recursos como libras, audiodescrição e materiais multilíngues, sobretudo de línguas indígenas	(0) nenhum recurso; (1) Alguns recursos de acessibilidade ou linguísticos; (2) múltiplos recursos de acessibilidade e linguísticos.

Fonte: elaboração própria, 2025.

Por fim, o último critério é um qualificador, que pontua se as propostas se atentam às questões de impacto material e imediato, com vistas a subverter estruturalmente condicionantes da subalternidade de indígenas, quilombolas e outros grupos marginalizados. Busca direcionar a abordagem descolonial para os

[53] A linguagem histórica encontrada em documentos pode incluir termos e caracterizações potencialmente ofensivas a determinados grupos sociais. Demandam, portanto, contextualização por parte dos mediadores da informação.

apontamentos de Caswell (2019, 2021), Montenegro (2019), Reijerkerk e Reed (2023), que sinalizam que, para além dos elementos discursivos, representativos ou simbólicos, uma práxis descolonial em arquivos deve almejar impactos externos à instituição, mirando aspectos estruturais da colonialidade, especialmente no plano das demandas materiais, territoriais e políticas.

Quadro 9 - Qualificador de impacto material

Quesito	Descrição	Possíveis respostas
Impacto material	Quesito em que se avalia a consideração às demandas materiais, territoriais e/ou reparativas de povos indígenas ou subalternos.	(0) nenhuma demanda de impacto material; (1) demandas de impacto indireto; (2) demandas concretas/ efeitos práticos.

Fonte: elaboração própria, 2025.

Enquanto os dez quesitos podem ser analisados individualmente ou somatizados, para interpretações contextualizadas, o quesito qualificador serve como uma chave de interpretação que ajudará a compreender se as ações se limitam às questões simbólicas e narrativas ou se aproximam de uma abordagem descolonial comprometida com a transformação social e com os impactos diretos e materiais dos povos e minorias sociais.

Ressalta-se que o esquema de pontuação não almeja classificar ações como descoloniais ou não-descoloniais, comparar médias e, tampouco, hierarquizar e classificar ações por sua descolonialidade. Entendemos, porém, que a pontuação atribuída aos quesitos pode ser importante para identificar padrões, concentrações de “zero”, de “um” e de “dois”, quesitos sistematicamente ausentes e princípios mais bem disseminados, refletindo tendências históricas e sugerindo perspectivas.

Uma vez construído o instrumento teórico-metodológico, na próxima seção analisaremos um estudo de caso, aplicando-a ao conjunto de ações denominadas como “Comemorações do Bicentenário da Independência”, conduzidas pelo Arquivo Nacional.

5 DUZENTOS ANOS DE HISTÓRIA(S) PARA CONTAR: A CELEBRAÇÃO DO BICENTENÁRIO PELO ARQUIVO NACIONAL

> O que nós, portugueses, temos com os sem-terra? Que a estrutura fundiária decorre da colonização, tudo bem, mas em 180 anos de independência já se poderia ter resolvido isso. A Mata Atlântica também só começa a ser devastada após a introdução da serra mecânica. E até a escravidão foi extinta em Portugal antes, em 1760 (Menezes, 2000).

Cada centenário completo de uma data histórica traz consigo uma oportunidade ímpar. A cobertura dada pela imprensa, o interesse dos acadêmicos e da sociedade em geral oferecem, ao governo da ocasião, os subsídios necessários para planejar eventos, peças publicitárias, exposições e inúmeras ações junto às suas instituições com vistas a consolidar ou ressignificar histórias e memórias oficiais.

Essas datas apresentam, também, janelas de possibilidades para que o papel dos arquivos junto à sociedade possa ser realçado. Ainda que sejam usados apenas para reforçar narrativas já longamente consolidadas, há sempre uma história nova, uma correspondência, uma foto, um novo ponto de vista prontos para serem explorados nos corredores dos arquivos. O Bicentenário da Independência Brasileira, completado em 2022, trouxe uma dessas oportunidades para o Estado brasileiro e, sobretudo, para os seus arquivos federais.

Nesta seção, nos debruçaremos sobre a participação do Arquivo Nacional nas festividades, analisando o seu calendário ao longo de 2022. O nosso intuito é oferecer instrumentos para pensar se as ações, individualmente ou em seu conjunto, ambicionaram uma perspectiva descolonial, abrindo espaço para narrativas subalternas, anticoloniais e compatíveis com a soberania política bicentenária.

Importante destacar, entretanto, que as comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil se inserem em um contexto político relevante: o seu planejamento e a sua execução estiveram a cargo da administração Jair Bolsonaro (2019-2022), marcada, entre outras coisas, por disseminar uma visão peculiar acerca do passado brasileiro. No rol de eventos planejados, multiplicaram-se polêmicas, situações vexatórias e, até mesmo, editais lançados após a data oficial da solenidade. Muitos dos eventos e das ações passaram à História marcados pelo tom notadamente conservador e saudosamente monárquico, em evidente descompasso com a época em que vivemos e, até mesmo, com celebrações passadas.

Por fim, sublinhamos que as Comemorações do Bicentenário foram apenas os últimos eventos de uma longa série de ações, que mobilizaram e ainda mobilizam os arquivos do período Brasil Colônia. Nesta seção, como forma introdutória à análise empírica, trataremos brevemente do histórico recente de ações e projetos brasileiros voltados aos documentos do Brasil-Colônia, notadamente o V Centenário do Descobrimento do Brasil, o Projeto Resgate Barão do Rio Branco, o Protocolo de Colaboração e o Plano Luso Brasileiro de Microfilmagem, a COLUSO e o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa.

5.1 O V Centenário do Descobrimento do Brasil e um breve histórico de ações arquivísticas: diplomacia, ideologia e festividades obsoletas

Com vistas a celebrar os 500 anos do que se denominou “descobrimento”, o governo Fernando Henrique Cardoso propôs uma série de ações e eventos a serem realizados entre os anos de 1998 e 2000. Para dar forma às comemorações do então V Centenário do Descobrimento do Brasil, o Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil firmou, em 1995, um Protocolo de Colaboração com a Presidência do Conselho de Ministros da República Portuguesa. Previa, dentre outras ações, cooperação na área arquivística no que tange aos arquivos “de interesse mútuo”, à microfilmagem de documentos e à elaboração de exposição e colóquio a que ocorreriam em ambos os países – com foco no trabalho documental realizado (BRASIL, 1995).

Por mais que seja sucinto, o acordo teve um impacto muito grande ao impulsionar a criação da COLUSO e a aprovação do Plano Luso-brasileiro de Microfilmagem. Semelhantemente, fortaleceu programas já existentes como o Projeto Resgate Barão do Rio Branco, que passaria a integrar a Seção Brasileira da COLUSO.

Evocando espírito de continuidade, dava seguimento a acordos e protocolos já pactuados entre os dois países, em especial o Acordo Cultural (1966) e a Declaração Conjunta de Lisboa (1995), ao manter a aproximação, o tom diplomático e cordial que regia a relação entre os países. E, talvez, aqui haja um primeiro elemento de estranhamento a um olhar descolonial: é possível celebrar um mesmo evento em dois

países, colonizador e colonizado, com olhares antagônicos? Ou seria necessário um alinhamento entre ambos sob o significado do que se pretende comemorar?

Em meados dos anos 1980, o governo português criou a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, que tinha a missão de programar e coordenar as comemorações dos feitos náuticos que se aproximavam, à época, da marca de 500 anos, como a dobra no Cabo das Tormentas e as chegadas à Índia e ao Brasil. As dimensões ética e moral, implícitas e explícitas das comemorações eram alvo de disputa e debate interno. António Manuel Hespanha, historiador e jurista português, foi Comissário-geral da Comissão entre os anos de 1995 e 1998, e deixou ricas reflexões sobre o aspecto intencional do qual as comemorações oficiais não escapam.

Para o então Comissário, "[...] lembrar os descobrimentos e navegações não é operação inocente", pois o intuito das comemorações é "[...] fixar imagens sobre o nosso passado e, com estas, criar atitudes coletivas sobre o presente e o futuro" (Hespanha, 1997, p.97). E, inata a essa intencionalidade, manifestam-se os valores ideológicos que direcionam o sentido das comemorações:

> A referência aos valores subjacentes às comemorações não é inútil. Porque as comemorações também têm uma função muito importante de formação cívica, na medida em que propõem leituras da "identidade", dos "valores nacionais", da "essência nacional", do "destino colectivo". A França, por exemplo, organizou as comemorações de 1989 em torno da ideia de "mãe da democracia ocidental", propondo-se – nessa conjuntura de despique com a cultura política americana e de confronto com o modelo político soviético – como precursora e modelo da cultura política do Ocidente. A Espanha, por sua vez – numa conjuntura interna de redesenho democrático da identidade espanhola e de recomposição da sua política externa, na Europa e na América –, propôs-se como "grande e tradicional potência europeia" (o que continua a fazer com as comemorações de Filipe II) e, para o mundo americano, como berço da "hispanidade" comum, embora introduzindo a nota do "encontro de culturas", com que se distanciava do conceito franquista e castiço de "hispanidade" e pretendia acolher (com pouco êxito, diga-se de passagem) as correntes indigenistas dos vários países latino-americanos (Hespanha, 2019, p.207).

Mais à frente, no que diz respeito aos componentes ideológicos das comemorações portuguesas, Hespanha assinalou uma transição gradual das exaltações abertamente racistas dos anos 1940 a discursos mais moderados a partir de 1986 (ano em que foi criada a CNCDP):

> Em 1940, tratava-se ainda da celebração do Império Colonial como produto das "virtudes da Raça" e como "missão civilizadora". Em 1960, aquando das Comemorações Henriquinas, sendo já problemáticas no ambiente

> internacional tanto a ideologia imperial como a missão civilizadora, a tónica foi posta em três temas – o da missionação (suscitada também pela figura ascética do Infante), o da prioridade dos descobrimentos portugueses e, já, o das descobertas científicas. Em 1986 abre-se um novo ciclo comemorativo, na esteira do ciclo colombino espanhol, já em marcha e já com lições a serem tomadas. Falar em "Descobrimento" começava a ser pouco menos do que inaceitável, pois remetia para uma concepção eurocêntrica da história do Mundo. Não é que não fosse verdade que os europeus tinham então descoberto outras terras e outras gentes. Mas como a cultura europeia se assumia como A Cultura e A Civilização, a expressão "Descobrimentos" sugeria que A Civilização tinha então descoberto uma metade da humanidade que vivia na incivilização e na incultura. O que, aliás, o imperialismo europeu não tinha deixado de repetir com todas as letras, sobretudo a partir do século XIX. Ou seja, o que se tornava inaceitável, não era que uma cultura local – a europeia – descobrira outras culturas também locais, que uns nativos (naturais de um lugar) tivessem descoberto outros nativos. O que levantava reacções era que só então os povos não europeus tivessem sido descobertos (tocados) pela Cultura, que os nativos tivessem sido visitados pelos não nativos, pelos "não locais", pelos "universais". (Hespanha, 2019, p.208)

As "lições a serem tomadas" pelos portugueses nos anos 1980 nada mais eram que o resultado do choque ocidental com a teoria pós-colonial, com os estudos subalternos e com obras como "Orientalismo: Oriente como invenção do Ocidente", de Edward Said, 1978. Até então, a historiografia portuguesa ostentava no ocidente o *status* de possuir grande tradição em estudos de África e Ásia, sem precisar debater a fundo o colonialismo e o olhar do colonizado nos dois continentes[54]. Em reflexão no início dos anos 2000, as antropólogas portuguesas Rosa Maria Pérez e Clara Carvalho fizeram apontamentos sobre a questão:

> Em alguns casos, a historiografia portuguesa não está ciente da complexidade das abordagens ocidentais à Ásia ou à África e da necessidade de compreender as dualidades e polaridades que lhes são inerentes. Em outros casos, não chegou a um discurso teórico liberto do legado colonial e de muitas representações inerentes ao colonialismo. Sem dúvida, a proximidade cronológica com o passado colonial impediu que muitos antropólogos abordassem esse assunto, já que grande parte da pesquisa foi realizada por algumas gerações de acadêmicos que, em grande parte, estavam envolvidos com o regime colonial (Perez; Carvalho, 2002, p.6-7, tradução nossa).

Tanto as reflexões de Hespanha (2019) quanto as de Perez e Carvalho (2002), no entanto, parecem ter pouca aderência à realidade no que diz respeito às comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. O já problemático termo "descobrimento" não somente estava presente como dava o tom de todas as

[54] A teoria descolonial, com foco no colonialismo latinoamericano, ainda estava em vias de se desenvolver.

efemérides tanto brasileiras quanto portuguesas. Estaria o Estado português interessado em celebrar o Brasil ou a si mesmo?

Em algumas oportunidades, mostrou-se escancarada não apenas uma ausência de reflexões sobre a colonização, mas uma clara intenção de evitá-las. Joaquim Romero Magalhães, Comissário-Geral que sucedeu Hespanha na Comissão Nacional, por mais de uma vez desdenhou de questões caras aos brasileiros enquanto fechava as portas para um debate. Em meio a protestos e baixa adesão popular às comemorações na antiga colônia, defendeu não haver nada a que Portugal devesse se desculpar, alegando que os protestos ocorridos em meio às celebrações diziam respeito apenas ao “Brasil atual” e não à colonização portuguesa[55].

Já o diretor do Museu Nacional de Etnologia de Portugal, o antropólogo Joaquim Pais de Brito, credenciou o esvaziamento popular em torno das agendas como sintoma de um certo "complexo de ex-colonizado", presente nos brasileiros (Menezes, 2000).

E se os representantes do Estado português se mostravam alinhados ao obsoleto discurso da antiga metrópole, tampouco se pode dizer que os representantes brasileiros estavam engajados em alimentar o debate descolonial. Diferentemente dos portugueses, nossas posições oficiais distribuíam acenos e afagos aos antigos colonizadores, evitando desconfortos diplomáticos e buscando, até mesmo, uma sobrevida a elementos do lusotropicalismo como o louvor e a romantização da miscigenação brasileira resultante do projeto colonial.

Em discurso no Palácio do Planalto, por ocasião da cerimônia de instalação da Comissão Nacional para as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, o então presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou a sua visão do colonialismo português no Brasil e no além-mar:

> Eu disse que sempre nos agrada louvar os portugueses, e isso é de fato admirável. Recentemente, estive – o Ministro Lampreia esteve junto comigo – em Macau, lá na Ásia. É fantástico. À primeira vista, quase não há nada que marque a presença portuguesa, mas basta olhar a fachada de uma igreja jesuítica, que já não tem fundo, só sobrou a fachada, para se ver Portugal inteirinho ali – e dá a impressão de que se está numa cidade baiana; não diria mineira, é mais baiana, na verdade –, aquela presença forte, portuguesa, lá em Macau. Vai-se ao Vietnã e se vê que quem codificou a língua foi um padre português. Vai-se ao Japão e lá estão os portugueses, tendo tido uma presença muito ativa. Para não falar na África, que já está mais próxima de

[55] Entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo, publicada em 14 de abril de 2000 (Menezes, 2000).

> nós. Então, essa, digamos, contribuição originária dos portugueses aqui no Brasil é alguma coisa de profundamente gratificante para nós; e tão mais gratificante quando não ficamos exclusivamente portugueses, quando fomos capazes de sermos ibéricos e de sermos, como já disse aqui, de formação variada e variável. (Brasil, 1996, p.62).

Encerrando o discurso, disse que gostaria de estar no ano de 2000 comemorando junto ao povo baiano. Dois anos depois, já na Bahia, repassava à sua assessoria uma carta de protesto de xavantes e mehinakus, lembrando os projetos de desenvolvimento que ameaçavam as áreas demarcadas para os povos originários. Na noite anterior, mais de cem manifestantes haviam sido detidos e violentamente reprimidos por protestarem contra as comemorações, entre indígenas, integrantes de movimentos populares, como o Movimento dos Sem-Terra, negros e *punks*, culminando, inclusive, na destruição de um monumento pela polícia militar baiana. Para o governo, o saldo final contou com a demissão do então Ministro da Cultura, Rafael Greca, e com a entrega do cargo pelo presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Carlos Frederico Marés de Souza Filho[56].

Um pouco mais distante dos holofotes dos eventos, o governo aproveitou a data para celebrar um novo Protocolo de Colaboração com Portugal, com vistas a estimular a troca de informações e documentos contidos nos acervos arquivísticos de comum interesse e prorrogar a vigência das seções brasileira e portuguesa da COLUSO. Em seus artigos segundo e terceiro, estabelece que as partes "[...] incentivarão a organização e a inventariação de fundos documentais", com intercâmbio e desenvolvimento de pesquisas documentais nos arquivos que "respeitam a História comum" (Brasil, 2001). Por seu conteúdo, o Protocolo não traz grandes inovações com relação ao Protocolo anterior, assinado em 1995, e reforça a continuidade da colaboração para microfilmagem de documentos, iniciada no Protocolo de Colaboração relativo à microfilmagem (de 15 de dezembro de 1983).

[56] Os eventos aqui descritos podem ser conferidos em reportagens da época (Folha de São Paulo, 2000; Memorial da Democracia, 2000).

5.2 O contexto das comemorações do Bicentenário da Independência: Coração de Dom Pedro, Espada de Bolívar

Conforme destacado na introdução desta seção, os eventos planejados pelo Arquivo Nacional ocorreram durante a administração de Jair Bolsonaro. Nesse período, debates públicos e disputas em torno da interpretação de fatos históricos ganharam maior visibilidade no âmbito das instituições estatais[57]. Ainda que atípica para os padrões brasileiros do pós-ditadura militar, a administração se insere em um contexto mais amplo, sem o qual torna-se difícil compreender a conjuntura em que se deram as celebrações do Bicentenário. O impacto dos governos e, sobretudo, dos líderes políticos em processos de desenho e implementação de políticas na literatura não são subestimados e já são apontados, ao menos, desde os anos 1980:

> O primeiro momento em que as escolhas que influenciam a implementação são feitas é quando as políticas ou programas estão sendo definidos inicialmente. Tanto atores políticos quanto administrativos estão envolvidos na tarefa de definição de metas. No Terceiro Mundo, a orientação fornecida pela liderança política pode ser particularmente importante, porque pode haver pouco consenso entre os membros da comunidade política sobre as crenças, valores e objetivos fundamentais da própria sociedade. Na ausência de tais indicações dos atores políticos, a condição normal pode ser uma quantidade considerável de conflito e confusão sobre os fins buscados nas atividades públicas. Os líderes políticos, em suas declarações públicas, conversas privadas, diretrizes oficiais e ênfases formais, indicam a direção geral que as ações governamentais devem tomar. Eles podem dar pistas, por exemplo, sobre o grau de mudança social ou econômica que consideram apropriado para o regime político incentivar. Essas informações permitem que os formuladores de políticas avaliem até que ponto os seus programas devem buscar afetar a distribuição do poder econômico e político na sociedade (Grindle, 2017, p.37, tradução nossa).

Em que pesem determinadas expressões como “Terceiro Mundo” estarem em desuso, e a própria obsolescência do argumento, enquanto restrito à África, América Latina e Ásia, e em meio à ascensão de retóricas e líderes autocratas nos EUA e na Europa, há uma correspondência com o contexto analisado. As declarações e ações públicas do então presidente Jair Bolsonaro e de outros políticos de alto escalão delimitaram um horizonte de possibilidades para as ações governamentais, como veremos mais à frente. Não menos importante, a trajetória recente do Estado brasileiro

[57] Como exemplo, o Palácio do Planalto chegou a divulgar, em 2019, um vídeo institucional em que exalta o golpe de 1964. O governo, por meio de seu Ministério da Defesa, também elaborou uma Ordem do Dia para ser lida nos quartéis, com tom similar (Poder360, 2019).

nos dá outras pistas e elementos sem os quais não seria possível analisar as ações do Bicentenário isoladamente.

Há, nesse sentido, pelo menos, três dimensões cujos efeitos podem ser sentidos, direta ou indiretamente, pelas suas instituições e seus respectivos programas e ações. Na dimensão econômica, podemos apontar os efeitos das diretrizes neoliberais, culturalmente hegemônicas desde os anos 1990, que apontam reiteradamente para uma austeridade fiscal, cortes de investimentos e sucateamento dos serviços públicos (Silva, 2020). Se os efeitos do neoliberalismo sobre os direitos sociais, os serviços e as instituições públicas já foram amplamente teorizados, pouco ainda se debateu sobre seus efeitos diretos na seara dos arquivos.

Como se sabe, as instituições de arquivo no Brasil são predominantemente públicas e possuem relação de forte dependência com os orçamentos federais, estaduais e municipais[58]. Assim, uma política de redução de investimentos dificilmente será compensada com outras alternativas e poderá implicar, inclusive, perda de patrimônio, seja por falta de preservação, seja por incapacidade de proteger os acervos de furtos e roubos. Naturalmente, pensamos também na verba de manutenção dos prédios e espaços físicos destinados aos arquivos que, em casos mais extremos de descaso, pode levar a desastres irremediáveis como o incêndio do Museu Nacional em 2018[59].

Nesse cenário, vislumbramos uma proposta de reforma administrativa por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição – PEC 32/2020 (Brasil, 2020b), que acena para uma queda na qualidade de vida dos servidores públicos, com uma mudança nos regimes de contratação e com um enxugamento dos cargos atuais. Paralelamente, avançam iniciativas que buscam minimizar a contratação de servidores e viabilizar a terceirização de diversas áreas do serviço público, realidade à qual dificilmente os arquivos passarão incólumes (se não estiverem entre os primeiros afetados).

---

[58] No Brasil, quase nove a cada dez instituições custodiadoras de acervo pertencem à esfera pública federal, estadual ou municipal. Das instituições que possuem natureza jurídica privada, nenhuma tem fins lucrativos. Apenas uma em cada dez recebe recursos de empresas privadas e apenas uma em cada cinquenta declara empresas privadas como sua principal fonte de renda (Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020).

[59] Os gastos efetivos do Museu Nacional caíram de R$ 1,04 milhão, em 2013, para R$ 268 mil em 2018 (janeiro a setembro). Destes, apenas R$ 31 mil foram destinados à manutenção, a reformas e a reparos em sua estrutura física (G1, 2018).

Além disso, cargos como técnico em arquivo e técnico em microfilmagem foram extintos em 2018 e 2019, respectivamente, inviabilizando a abertura de novos postos ou mesmo a reposição dos postos atualmente ocupados (Brasil, 2018). Se ainda há o cargo de arquivista para suprir as atividades do primeiro, quanto ao segundo não será tão simples. Ainda que a microfilmagem não seja tão demandada nos dias atuais quanto anteriormente, os acervos de microfilme continuam a existir nos arquivos das instituições e, com eles, a necessidade de manutenção, preservação e controle com todas as suas especificidades. Cabe ainda lembrar que, no momento em que o cargo de técnico em microfilmagem foi extinto, a microfilmagem ainda era o único meio de reformatação respaldado por lei com presunção de autenticidade (Filgueiras, 2019, p. 85)[60].

Com o cenário econômico se impondo sobre a realidade administrativa, é possível antecipar ao menos um de seus efeitos. Caminhamos para desvalorizar e desprofissionalizar os serviços arquivísticos (Cifor; Lee, 2017). Por falta de recursos e profissionais, será cada vez mais necessário recorrer a voluntários, bolsistas e estagiários – via de regra mal-remunerados – para compor a força de trabalho e atender às necessidades mais imediatas dos arquivos. Seguimos, inclusive, uma tendência já observada no Ocidente liberal e sobretudo, nos Estados Unidos, onde voluntários não remunerados legendam filmes para o Arquivos Nacional (NARA, [s.d.]), ao passo que prisioneiros digitalizam e indexam documentos para projetos de igrejas (Bauer, 2015). No Brasil, já há experiência semelhante no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMJ, 2022). Se, por um lado, é reconfortante observar que arquivos têm servido a projetos de recuperação e reinserção de apenados, por outro evidencia certo grau de preocupação com a expressa tendência em subvalorizar os serviços de arquivo e, por conseguinte, a importância dos mesmos.

A dimensão política interna, turbulenta, tornou, nos últimos anos do governo Dilma Roussef, a maior instituição arquivística do país, o Arquivo Nacional, em objeto de desejo das políticas de governabilidade e sujeita a trocas de comando motivadas por apadrinhamento político de setores do Congresso Nacional (Martín, 2018). Posteriormente, já no governo Jair Bolsonaro, uma mudança brusca no campo

[60] O cenário se modificou com a publicação do Decreto nº 10.278/2020 (Brasil, 2020a), que regulamentou a Lei nº 13.874/2019 (Brasil, 2019) e respaldou a digitalização de documentos públicos e privados.

ideológico se pautou sistematicamente em revisionismo histórico e ataques às minorias sociais. Instituições de longa data experimentaram gestões flagrantemente contrárias às suas missões, como a Fundação Palmares, que chegou a travar batalha judicial para desmembrar seu acervo bibliográfico no intuito de descaracterizá-lo e eliminar obras de autores tidos como “de esquerda” (Fundação Cultural Palmares, 2021).

Em outras palavras, esteve em curso por quatro anos uma tentativa de fraudar a percepção da sociedade acerca de fatos históricos fartamente documentados e de amplo consenso dentro da Historiografia Brasileira, em especial os que dizem respeito ao período colonial escravocrata e o ditatorial militar, iniciado com o golpe de Estado em 1964 e aprofundado com Ato Institucional nº 5, em 1968. As ações que referendam o apontado vão desde declarações da alta cúpula do governo (Senra, 2019) até a proibição de determinadas expressões como “ditadura militar” em empresas de comunicação estatal (OBCOMP, 2019), passando, também, por trocas de membros em colegiados como a Comissão Nacional da Verdade (Sorano, Néri, 2019). A mesma lógica se aplica às abordagens e à negação de pautas de minorias sociais, como mulheres, homossexuais e negros, além da constante busca pela criminalização de movimentos sociais como os de sem-terra e sem-teto (Brasil, 2022a).

No caso dos povos autóctones indígenas, a situação se agravou na medida junto ao interesse dos últimos governos em aprofundar o caráter agroexportador da economia brasileira, deixando de mediar os conflitos entre a agenda ambiental/indígena e a agenda de pecuaristas, madeireiros, mineradoras e representantes do agronegócio. Como política de governo, traduziu-se, no governo de Jair Bolsonaro, no desmonte de estruturas institucionais de comando, controle e fiscalização como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (Amato, 2020), apelando em discursos a uma antiga fantasia colonial que aborda supostas vontades e necessidades dos povos originários em serem assimilados e integrados à dinâmica do capital brasileiro (Brasil, 2020c).

Ao mesmo tempo, e não menos importante, ensaiou-se, entre 2016 e 2022 no ambiente geopolítico, uma reaproximação às esferas de influência vigentes na América Latina desde o pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo os EUA (Hirst; Maciel, 2023). Na diplomacia, retrocederam os esforços brasileiros para a criação de

uma nova ordem mundial multipolar, ensaiada nos anos 2000, com o fortalecimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e com a criação de outros blocos de cooperação e integração como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e o bloco Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) (Hirst; Maciel, 2023).

Coadunando com todo o contexto acima exposto, as celebrações do Bicentenário também estiveram envolvidas em questionáveis decisões. Tiveram, como meio de divulgação principal, um sítio eletrônico chamado "Bicentenário da independência do Brasil – 1822-2022", que nos ofereceu uma boa síntese do tom que o governo desejava dar às efemérides. O portal contava com seções e *links* de navegação[61], sendo um desses o "Memorial da Soberania". Em poucos parágrafos e 14 datas históricas, a seção tentava resumir os quase quatro séculos de colonização do Brasil (Brasil, 2022b).

Todas as datas escolhidas remetiam a alguma decisão administrativa portuguesa (fundação de cidades, mudanças de capitais, chegada da corte imperial, de jesuítas etc). Sem nenhuma fonte bibliográfica de apoio, livros ou documentos, a página desfilava uma série de fantasias, imprecisões ou distorções grosseiras do processo histórico. Na primeira seção, dedicada à invasão e ocupação portuguesa (ainda tratada como "descobrimento"), afirma-se que "[...] o encontro entre índios e portugueses foi marcado pelo tom pacífico, amigável e de mútuo interesse por parte dos dois povos", acrescentando que "a receptividade, a alegria e a boa acolhida ainda hoje são marcas presentes no comportamento dos brasileiros" (Brasil, 2022b).

No mesmo tom, romantizava a catequização dos índios ("em pouco tempo, os índios já estavam cantando orações cristãs" / "os sacerdotes corrigiram o canibalismo e a poligamia dos índios"). E tratava como fato histórico até mesmo uma aparição fantasmagórica de cunho religioso:

> Em 1139, Jesus Cristo aparecera a D. Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal, e disse-lhe que, por meio dos portugueses, a cristandade seria levada a nações e terras muito remotas. Os portugueses entenderam a cena como o cumprimento da profecia (Brasil, 2022b).

[61] O conteúdo do referido sítio eletrônico sofreu muitas alterações com a passagem do governo Jair Bolsonaro para o de Luis Inácio Lula da Silva. Assim, a maior parte das informações aqui expostas somente poderá ser checada se lançarmos mão de instrumentos como o "*Internet Archive - Wayback Machine"*, iniciativa não-governamental que mantém históricos de diversos sítios da internet.

A escravidão e a resistência dos povos indígenas e africanos são inexistentes no material, as revoltas populares, o Quilombo dos Palmares e, até mesmo, a Guerra que se seguiu à proclamação foram omitidos, dando lugar a uma independência infantilizada em que um bom coração português encerra três séculos e meio com o apontar de uma espada.

Ao tal coração, agora em sentido literal, foi atribuída tanta importância que este acabou envolvido nos eventos de comemoração do bicentenário. O preservado órgão do primeiro Imperador do Brasil, Dom Pedro I, foi solicitado a Portugal e trazido em um jato da Força Aérea Brasileira (FAB) para ser exposto no Palácio do Itamaraty, em Brasília[62]. Todo o processo é digno de nota, mas destacamos o paradoxo cômico que se estabelece quando uma antiga colônia tem de solicitar ao seu antigo colonizador o empréstimo de um símbolo para comemorar a sua própria independência.

Menos de um mês após o sete de setembro, na vizinha Colômbia, tomava posse o presidente Gustavo Petro. Em cerimônia que contava com diversas autoridades e representantes oficiais, foi exibida outra peça como símbolo da independência. A espada de Símon Bolívar, militar venezuelano responsável pelas campanhas de independência de Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia e Panamá, causou constrangimento ao ser aplaudida por todos os presentes, menos um: o rei da Espanha Felipe VI (G1, 2022).

O contraste entre esses eventos, quase paralelos, permite refletir em que medida a celebração de uma ruptura — a quebra de uma longa relação de domínio colonial — pode funcionar como reforço de laços diplomáticos e em que medida pode servir como instrumento de questionamento de narrativas coloniais e imperiais. Sob uma perspectiva descolonial, a Espada de Bolívar simboliza algo ausente na evocação do coração de Dom Pedro I.

5.3 O calendário de ações do Arquivo Nacional

Com vistas a celebrar o Bicentenário da Independência do Brasil, em 2022, o Arquivo Nacional programou diversas ações, iniciadas ainda no ano anterior. Em uma

[62] O coração foi exposto em uma cápsula de vidro e a exposição foi denominada “Um coração ardoroso: vida e legado de D. Pedro I” (Brasil, 2023a).

primeira versão, ainda em 2021, foram listadas nove ações, incluindo desde debates a exposições, publicações e coleções temáticas, a saber (Arquivo Nacional, 2021a):

- ciclo de debates: “O Arquivo Nacional e os 200 anos de 1822”;
- exposição “1822-2022: quem são os brasileiros”;
- publicação “Guerras da Independência do Brasil no acervo do Arquivo Nacional”;
- Revista Acervo – dossiê “Independências: 200 anos de história e historiografia”;
- Prêmio Arquivo Nacional de pesquisa (edição comemorativa);
- projeção holográfica itinerante;
- criação de coleção temática no Diretório Brasil de Arquivos (DIBRARQ);
- nova seção no portal sobre Temas do Brasil Oitocentista;
- programa especial de digitalização do acervo para o Bicentenário da Independência.

Alguns meses depois, a imagem que listava os nove compromissos foi retirada do *link* (Anexo A). Já em janeiro de 2022, o Arquivo divulgou o calendário completo de eventos previstos para o ano, em que os eventos temáticos do Bicentenário se somaram aos eventos regulares da instituição (Arquivo Nacional, 2022a). Nessa publicação, duas ações, divulgadas na primeira versão, foram excluídas da programação: a projeção holográfica itinerante e o programa especial de digitalização. A primeira, segundo o compromisso original, previa:

> Uma projeção holográfica itinerante percorrerá Rio de Janeiro, Brasília e outras localidades do território nacional, contando ao público, por meio de documentos históricos do Arquivo Nacional, os fatos políticos que permearam o antes e depois da Independência, sob a ótica de dona Leopoldina. O espetáculo será construído com base na ata do Conselho dos Procuradores das Províncias do Brasil, que deflagrou, em reunião presidida pela então princesa e regente interina, as ações que culminaram na declaração de D. Pedro em 7 de setembro de 1822 (Arquivo Nacional, 2021a).

Ao que tudo indica, a ação foi revista e excluída do planejamento, sem nenhuma menção posterior. Já sobre a segunda, possivelmente se tratava de uma ação conjunta com o Itamaraty para a digitalização de dois documentos históricos: a Carta nomeação de negociador português junto à Corte do Rio de Janeiro (1822) e a Carta patente de reconhecimento da Independência do Brasil (1825), firmada com

Portugal (Arquivo Nacional, 2022b). A ação chegou a ser divulgada, mas desvinculada da programação oficial, o que inviabilizou a sua análise.

5.3.1 O ciclo de debates e a exposição

O ciclo de debates contou com sete eventos, todos realizadas de forma *on-line*, entre setembro de 2021 e dezembro de 2022, na seguinte ordem: “Arquivos coloniais, arquivos pós-coloniais”; "O projeto luso brasileiro"; "O mito das três raças e o apagamento dos conflitos”; “As exposições virtuais e a difusão do conhecimento"; "A mulher, o indígena e o negro no processo de independência”; “As Guerras de Independência – ação e reação” e "As comemorações da Independência".

O primeiro deles, “Arquivos coloniais, arquivos pós-coloniais”, contou com a participação de Ana Canas Martins (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal) e Michel Cahen (*Centre National de la Recherche Scientifique en Sciences Po Bordeaux*), tendo como mediadora Claudia Heynemann (Arquivo Nacional do Brasil) e a apresentação de Neide De Sordi, então diretora-geral da mesma instituição. De acordo com a diretora-geral, o debate tinha como objetivo, por meio da discussão sobre arquivos coloniais e pós-coloniais, “[...] refletir sobre o longo período colonial português no século XX em comparação com a experiência colonial no Brasil, interrompida no século XIX” (Arquivo Nacional, 2021).

Por si só, nem o título nem a breve descrição do evento indicam intenção de discutir a abordagem descolonial ou pós-colonial nos arquivos, uma vez que o termo pós-colonial, nesse caso, pode se referir apenas à situação dos arquivos em países que fizeram a passagem formal de colônia para nação independente. Parte do debate, centralizado na exposição de Ana Canas Martins, encaminha justamente para esta interpretação, ao tratar de aspectos mais técnicos e históricos voltados para os arquivos que hoje se encontram no AHU português.

Figura 3 – “Arquivos coloniais, arquivos pós-coloniais”



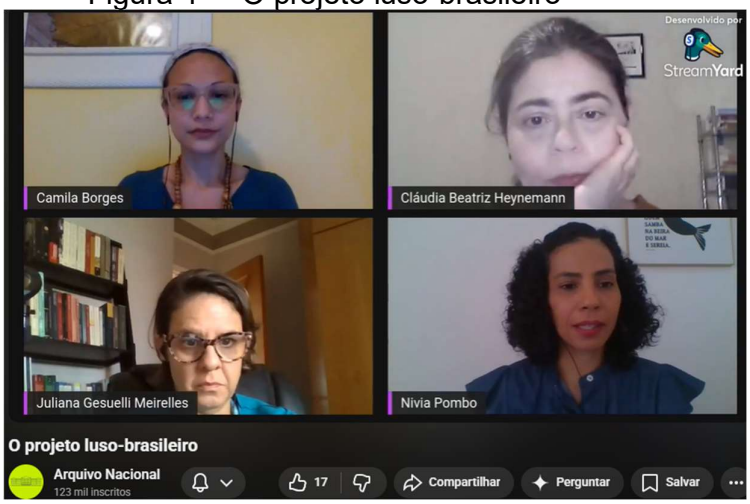
Fonte: Arquivo Nacional, 2021.

Na exposição de Michael Cahen, por sua vez, alguns pontos de interesse das abordagens descoloniais são pontuados, sobretudo a permanência da colonialidade e a importância dos arquivos indígenas para o balanceamento da pesquisa histórica. Assim, ainda que o evento não tenha deixado explícita a intenção de abordar a descolonialidade em arquivos nem em seu título, nem em sua descrição, consideramos a fala do convidado como pertencente, sobretudo, ao universo das ações descoloniais voltadas para a memória e para as narrativas subalternas.

O segundo debate do ciclo, ocorrido em 11 de fevereiro de 2022, trouxe como tema “O projeto luso-brasileiro”. A proposta, de acordo com os organizadores, era “[...] refletir sobre a relação entre a presença da corte de D. João na América portuguesa e a ruptura do vínculo colonial, tendo em perspectiva o ideário ilustrado, a circulação de jornais e panfletos, e a reprodução da lógica de Antigo Regime na esfera de poder” (O projeto..., 2022).

Para o evento, foram convidadas as palestrantes Camila Borges da Silva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Juliana G. Meirelles, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Nívia Pombo, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com a mesma mediação do primeiro debate. As exposições foram permeadas por temas do Brasil-colônia, sobretudo os de caráter mais administrativo no que tange às sesmarias, às capitanias hereditárias, à vinda da corte portuguesa ao Brasil e aos relatos da imprensa à época. Não houve menções a aspectos descoloniais ou mesmo à permanência da colonialidade.

Figura 4 – “O projeto luso-brasileiro”



Fonte: O projeto..., 2022.

O terceiro debate ocorreu quase dois meses depois, tendo como palestrantes Kelly Tatiane Martins Quirino, da Universidade de Brasília (UnB), Álvaro Pereira do Nascimento, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e mediação de Viviane Gouvêa (Arquivo Nacional). "O mito das três raças e o apagamento dos conflitos” aborda o papel das ideologias e, sobretudo, das ideias disseminadas a partir da publicação de “Casa-Grande & Senzala”, por Gilberto Freyre, na consolidação de uma identidade brasileira como consequência de um encontro cordial e da miscigenação harmoniosa de índios, pretos e brancos.

O tema, que convida a uma reflexão sobre o apagamento sistemático dos conflitos, dos genocídios e da relação de dominância entre raças, reforçando o papel das políticas públicas, do letramento racial e de outros instrumentos que, embora não remetam diretamente aos arquivos, podem ser lidos como descoloniais. Durante a exposição de Kelly Quirino, são utilizados ainda conceitos de Aníbal Quijano para explicar a raça como uma categoria mental da modernidade (O mito..., 2022).

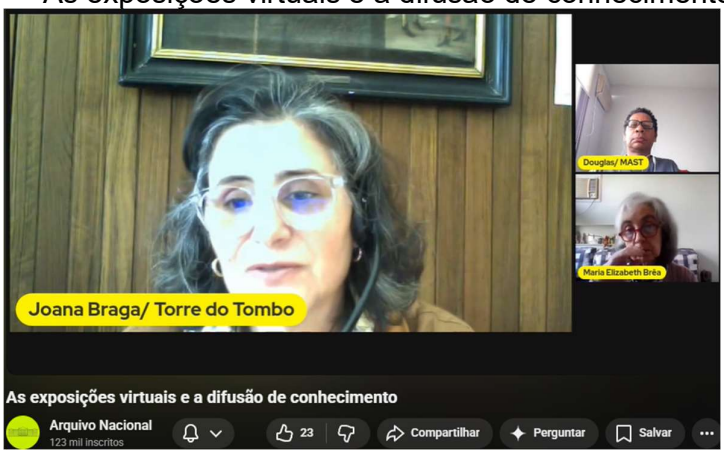
Figura 5 – "O mito das três raças e o apagamento dos conflitos"



Fonte: O mito..., 2022.

O quarto tema do ciclo de debates, "As exposições virtuais e a difusão de conhecimento", foi gravado em junho de 2022, tendo como convidados Douglas Falcão Silva, do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Joana Braga (Arquivo Nacional da Torre do Tombo) e mediação de Maria Elizabeth Monteiro, do Arquivo Nacional. As exposições dos convidados abordaram aspectos do acesso, das exposições virtuais e outras formas de difusão sem, no entanto, pensá-los a partir de referenciais descoloniais ou recortes de grupos sociais marginalizados (As exposições..., 2022).

Figura 6 – "As exposições virtuais e a difusão de conhecimento"

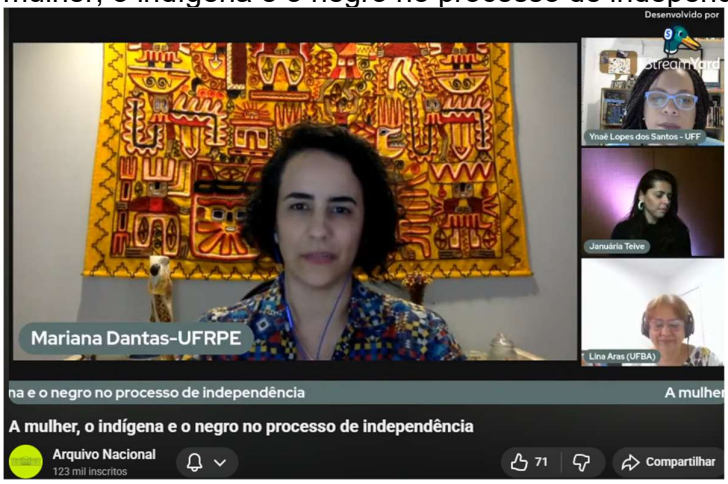


Fonte: As exposições..., 2022.

O quinto debate, “A mulher, o indígena e o negro no processo de independência”, deixa explícito, já em sua divulgação, o objetivo de “[...] refletir sobre

as inúmeras histórias e participações das mulheres, indígenas e negros no processo de independência e na consolidação do Estado Nacional brasileiro" (A mulher..., 2022). Como indica o título do evento, há um recorte bem delimitado sobre os três grupos sociais historicamente subalternizados no que diz respeito ao processo de independência. A mesa foi composta em 21 de junho de 2022 e contou com a participação de Lina Maria Brandão de Aras, da UFBA, Mariana Dantas, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Ynaê Lopes dos Santos, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Figura 7 – "A mulher, o indígena e o negro no processo de independência"



Fonte: A mulher..., 2022.

Ao longo das exposições, são realizadas inúmeras demonstrações de como a independência do Brasil teve a participação fundamental e ativa de mulheres, para além das já lembradas pela historiografia como Maria Quitéria[63]. No contexto da guerra, fora as funções militares propriamente ditas, muitas mulheres assumiram papéis atribuídos ao patriarcado, sendo fundamentais, inclusive, para a sustentação da economia açucareira (A mulher..., 2022).

Da mesma forma, a explanação de Mariana Dantas sobre a participação dos indígenas e seus aldeamentos nas Guerras de Independência e no alistamento militar é conduzida a partir do indígena como sujeito histórico ativo, complexo e contraditório, mas com interesses e demandas próprias. Por fim, a participação de um número

[63] Militar baiana que lutou na Guerra de Independência do Brasil.

significativo de escravizados, sobretudo em Salvador, com as suas próprias lideranças e perspectivas quanto ao processo de independência do Brasil (A mulher..., 2022).

O sexto debate, "Guerras de independência: ação e reação", trouxe à baila o processo de independência brasileiro, compreendido para além do “Grito do Ipiranga” e do protagonismo de Dom Pedro I. São debatidos os pormenores das guerras, contingentes e atores envolvidos, por Hélio Franchini Neto (diplomata e historiador) e aspectos sociais das forças armadas — como a participação de negros que fugiam de seus senhores para tentar obter a liberdade enquanto soldados —, por meio da fala de Hendrik Kraay, da Universidade de Calgary (Guerras..., 2022).

Figura 8 – "Guerras de independência: ação e reação"



Fonte: Guerras..., 2022.

No entanto, não há recortes descoloniais a serem considerados, uma vez que todas as apresentações adotam a perspectiva estatal/administrativa para os conflitos, regional ou nacionalmente. A última fala, de Magda Ricci, da Universidade Federal do Pará (UFPA), rememora o “Massacre do Brigue Palhaço”, ocorrido no contexto das Guerras de Independência, em 1983, no Grão-Pará, até então a única província que permanecia fiel a Portugal (Guerras..., 2022).

O sétimo e último evento do ciclo, "As comemorações da Independência, 1922-1972", teve como mote explorar as comemorações oficiais do centenário e do sesquicentenário da Independência do Brasil. Os palestrantes, Bruno Duarte (Colégio Pedro II) e Eduardo Morettin, da Universidade de São Paulo (USP), não incluíram abordagens ou recortes, em suas apresentações, que possam ser caracterizadas como descoloniais (As comemorações..., 2022).

Figura 9 – "As comemorações da Independência, 1922-1972"



Fonte: As comemorações..., 2022.

Como saldo final, a análise dos sete eventos do ciclo de debates permitiu classificar três como pertinentes a uma abordagem descolonial. Decidimos incluir o primeiro, cuja aproximação se dá apenas em uma das apresentações, porque o autor da mesma (Michael Cahen) é um notório pesquisador do tema (Cahen; Braga, 2018) e, assim sendo, entendemos que a sua fala e o seu convite estão alinhados à intenção do Arquivo Nacional.

A exposição “1822-2022: Quem são os brasileiros”, por sua vez, foi aberta ao público em cinco de setembro de 2022, contendo cerca de 100 documentos do acervo do Arquivo Nacional, e ficando em cartaz até o dia 30 de maio do ano seguinte. Idealizada por Thiago Cavaliere Mourelle, a exposição teve como objetivo expor aos visitantes imagens de “pessoas comuns", trabalhadores, negros, escravizados, indígenas e imigrantes (A abertura..., 2022).

Entre as imagens selecionadas, podemos destacar algumas representativas dos povos indígenas, como uma do fundo Correio da Manhã, que ilustra os esforços do grupo religioso católico Servos de Maria para catequizar os indígenas no extremo-oeste do Brasil.

Figura 10 – Indígenas na exposição “1822-2022: Quem são os brasileiros”



Fonte: Otávio, 2022.

Outras, retratando os pretos brasileiros, incluem uma fotografia de uma ama de leite escravizada, com o filho de seus donos no colo, em 1868, em Salvador, e homens negros em meio a manifestações da cultura e da religiosidade afro-brasileiras.

Figura 11 – Afro-brasileiros na exposição “1822-2022: Quem são os brasileiros”



Fonte: Otávio, 2022.

As demais mostram, ainda, trabalhadores do campo, estudantes de escola pública nos anos 1970, imigrantes europeus desembarcando nos anos 1950, asiáticos no Rio de Janeiro, crianças em situação de rua e moradores de favelas.

O texto de abertura, redigido pelo curador do evento, sinaliza a intenção de pôr ao centro da mostra o trabalhador brasileiro, junto a representações e contribuições de grupos minoritários como os já citados acima:

> O foco da exposição está nas pessoas; em seus rostos e expressões; suas semelhanças e diferenças; em suas vitórias e derrotas cotidianas. No primeiro módulo, Uma nação plural, voltamos ao período colonial e imperial para rememorar os povos originários e os negros escravizados que sustentaram nossa economia durante quase quatro séculos de exploração de sua força de trabalho. Revela ainda a posição de privilégio político, econômico e social da população branca (A abertura..., 2022).

Nos módulos dois e três, a mostra privilegia os imigrantes e as manifestações culturais brasileiras, ainda que a sua reconhecida diversidade cultural tenha sido sacrificada, em parte pelas próprias limitações do acervo do Arquivo Nacional:

> No módulo 2, Em busca de oportunidades, os imigrantes que aportaram no Brasil a partir do século XIX são apresentados como braços também fundamentais para o desenvolvimento do país. Em seguida, o módulo 3 apresenta aspectos das principais Manifestações Culturais brasileiras. Porém, pela grande diversidade cultural do país, optamos por destacar apenas aquelas que encontramos com mais frequência no acervo do Arquivo Nacional. Já os módulos 4 e 5, Trabalhadores que constroem o Brasil e Vida e luta, mostram, respectivamente, as diferentes profissões e as batalhas cotidianas da nossa população, desde a participação brasileira na Segunda Guerra até a luta por direitos e o engajamento político. Por fim, fechamos com o módulo 6, Feridas Abertas, em que apresentamos as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores brasileiros ao longo do tempo, muitas delas ainda não solucionadas até hoje (A abertura..., 2022).

Por fim, já no evento que marcou a abertura da exposição, Thiago Mourelle classificou a mostra como um contraste feito às celebrações históricas centradas nos “grandes homens” e nos “grandes fatos”.

> Durante um grande tempo da nossa história, a gente sempre teve a história muito positivista dos fatos, grandes fatos, digamos assim. Sempre valorizou muito a personalidade como presidente, primeiro-ministro, ministros, reis, rainhas, imperadores, né? Na história da humanidade de uma forma geral. O nosso entendimento é que quem faz o país são as pessoas. Então nos duzentos anos de independência a gente vem aqui celebrar, né? (Arquivo Nacional, 2022a).

Considerando o exposto, inferimos que o evento se alinha aos que buscam confrontar os efeitos da sub-representatividade nos arquivos, sobretudo no que tange ao universo das narrativas, mobilizando o acervo do Arquivo Nacional nesta direção.

5.3.2 As Edições temáticas

Para incrementar o calendário de eventos dedicados à celebração do Bicentenário, o Arquivo Nacional recorreu também às edições temáticas de programas

institucionais já consolidados, como o Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, a Revista Acervo e o Dibrarq. No caso da premiação, o edital estabeleceu um recorte temático:

> A monografia deverá, obrigatoriamente, ser referenciada nas fontes arquivísticas custodiadas pelo Arquivo Nacional, tendo como tema central o processo de independência do Brasil, compreendido de modo abrangente, não restrito aos acontecimentos políticos imediatamente relacionados ao evento. Exige-se, no entanto, que a pesquisa desenvolvida tenha em perspectiva a ruptura entre Brasil e Portugal. Também os marcos temporais admitidos são amplos, considerando-se as diferentes apropriações e interpretações que incidiram em muitos momentos, mesmo na história recente do país, sobre os acontecimentos de 1822 (Arquivo Nacional, 2021c, p.3).

Em que pese a centralidade do tema "independência", o edital apresenta ampla flexibilidade em termos de marcos temporais e de focos narrativos. Não demonstra, portanto, um direcionamento descolonial.

A chamada de artigos temáticos para o dossiê da Revista Acervo, por sua vez, conclama a "rediscutir" aspectos relacionados ao processo de independência, compreendido, inclusive, nos anos anteriores e posteriores a 1822. Entre as reflexões propostas, a chamada enfatiza:

> [...] os aspectos políticos, econômicos, diplomáticos, sociais, culturais, simbólicos, artísticos que envolvem aquele momento particular da história do Brasil, atentando, por exemplo, para os discursos contrários e os movimentos resistentes à Independência, para as diferenças regionais, o vocabulário político, os projetos de nação, os debates públicos na imprensa, a relação com as repúblicas latino-americanas, e o pacto em torno da manutenção da escravidão (Arquivo Nacional, 2021d).

Por meio desse direcionamento, o dossiê manifestou a sua aspiração de:

> [...] prosseguir no processo de desnaturalizar a visão ainda persistente de uma história nacionalista, de uma Independência pacífica, ordeira, centrada na narrativa dos grandes fatos e homens, visando reforçar os laços de unidade e identidade nacional, silenciando as vozes contrárias e eliminando as diferenças (Arquivo Nacional, 2021d).

Em que pese a ausência mais explícita de referências ao colonialismo e às teorias descoloniais, consideramos que o dossiê teve, ao menos em seu propósito, objetivos convergentes sobretudo com as teorias pós-coloniais, convidando autores a discutir a historiografia de perspectiva eurocêntrica e com foco nos "grandes fatos e homens", valorizando as contradições, conflitos, nuances regionais e, na especificidade brasileira, contrapor uma narrativa romantizada de uma independência

pacífica e amistosa, como ratificada pelo próprio governo brasileiro em algumas de suas ações — contextualizadas no início deste capítulo.

Outra iniciativa temática ocorreu por meio do Dibrarq, em que foram agrupados documentos digitalizados pelo Arquivo Nacional[64], com o intuito de centralizar, na plataforma, fundos e coleções sobre o tema do Bicentenário. Ao todo, 22 fundos e coleções estão agrupados pelo assunto “Bicentenário da Independência do Brasil, 1822-2022”, entre os quais conjuntos de documentos familiares, de personalidades da aristocracia, instituições governamentais, da sociedade civil e da imprensa[65]. Não há recortes ou direcionamentos que constem nas peças de divulgação do Arquivo Nacional para além do tema. Tampouco, nota-se quaisquer direcionamento descolonial no compromisso ou nas coleções, majoritariamente formadas por documentos burocráticos da alta administração ou de entidades familiares (Arquivo Nacional, 2025b).

Já no portal do Arquivo Nacional, a página "Temas do Brasil Oitocentista" recebeu seção “[...] composta de artigos de divulgação científica abordando o tema da Independência do Brasil, estruturados em torno de uma seleção de documentos do acervo do Arquivo Nacional” (Arquivo Nacional, 2025c).

Figura 12 – Especial Bicentenário – Temas do Brasil Oitocentista



Fonte: Arquivo Nacional, 2025c.

[64] Conforme compromisso original, outras instituições seriam estimuladas a aderir à iniciativa. Ao consultar as entradas para o termo “Bicentenário da Independência do Brasil, 1822-2022”, no Dibrarq, entretanto, todos os fundos e coleções são custodiados pelo Arquivo Nacional. Adicionalmente, apenas seis dos 22 fundos possuem objetos digitais (Arquivo Nacional, [s.d.]).

[65] Os fundos, por ordem alfabética, são: Agência Nacional, Cesar Nunes Produções Cinematográficas, Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, Comissão Executiva da Comemoração do Centenário da Independência, Correio da Manhã, Diversos - SDH - Caixas, Ernesto Germano Parés, Família Oliveira Barbosa, Família Werneck, Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Fotografias Avulsas, Francisco Bhering, Gabinete Civil da Presidência da República, Gabinete de D. João VI, Góes Monteiro, Itens Documentais, Luís Gastão D'Escragnolle Dória, Marquês de Barbacena, Ministério do Império, Prudente de Morais, Serviço Social da Indústria, Visconde de Cairu (Arquivo Nacional, [s.d.]).

- A seção conta com seis artigos:Constitucionalismos, revoltas e festas no Recife entre a Revolução de 1817 e o reconhecimento da Independência
- Missas constitucionais: clero, religião e poder na Independência (Sergipe – 1820-1823)
- Longe das margens do Ipiranga: a independência do Maranhão
- Silva Lisboa: um baiano ilustrado na Corte portuguesa no Rio de Janeiro
- Apontamentos sobre a independência do Brasil na Bahia
- Constitucionalismo e a Constituição de 1824

Assim como o conjunto abrigado no Dibrarq, o “Especial Bicentenário da Independência” não apresenta direcionamento em termos de narrativas ou subtemas; tampouco mobiliza outros aspectos da descolonialidade em arquivos.

5.3.3 A publicação “Guerras da Independência do Brasil”

Dentro do calendário de eventos, o Arquivo Nacional preparou uma publicação especial voltada exclusivamente para as guerras e os conflitos ocorridos por ocasião da ruptura e emancipação política brasileira. Para os organizadores, “[...] as celebrações ocorridas em 2022 são, de certa forma, incompletas” (Vale; Gouvêa, 2023, p.8), visto que a consolidação das independências de diversas províncias do Brasil ocorreu no ano seguinte. Na apresentação do material, uma crítica à imagem consolidada no imaginário popular e nas celebrações da independência parece justificar o mote principal da coletânea:

> Ao longo da nossa história, nossos mitos de origem muitas vezes evocaram o nascimento de uma nação americana já pronta e acabada, trazida ao mundo pelas mãos de um monarca europeu. Assim, os conflitos e levantes ocorridos por todo o Império nas décadas seguintes foram vistos pelo poder central e, subsequentemente, interpretados pela elite intelectual como tentativas de corromper uma suposta unidade inerente ao jovem país. Da mesma forma, os conflitos ocorridos entre 1822 e 1823 entre partidários de d. Pedro e as forças lusitanas foram convenientemente minimizados nas narrativas posteriores, que paulatinamente construíram a ideia de uma nação nascida da conciliação entre membros de uma mesma família. Contudo, os meses que se seguiram à declaração formal de independência carregaram o peso da dúvida acerca da possibilidade de existência desse jovem Estado, assim como os movimentos locais que se desenrolaram até o início do Segundo Reinado, já na década de 1840, e que expressavam discordâncias aos projetos de nação colocados pelas elites do sudeste (Vale; Gouvêa, 2023, p.8).

Assim, pela própria intenção manifesta, subentende-se que a coletânea foi concebida com o propósito de auxiliar em uma desconstrução histórica de uma Independência despida de suas complexidades e contradições, iluminando, sobretudo, o caráter conflituoso e bélico que envolveu diferentes interesses e projetos de nação. Como a própria coletânea sustenta, a falta de um rompimento completo com a metrópole propiciou um controle narrativo que atravessou gerações, chegando, inclusive, aos dias atuais como demonstrado na subseção 5.2. Nesse sentido, embora não direcionada à sub-representatividade de uma minoria específica, promove uma abordagem crítica que vai de encontro à narrativa hegemônica forjada pelos interesses da elite colonial e de seus descendentes.

5.3.4 Análise dos eventos à luz da matriz teórico-metodológica descolonial

A análise dos eventos à luz dos referenciais teórico-metodológicos propostos nos traz diversos elementos a serem pontuados. Notamos que não houve um direcionamento geral para as comemorações que contemplassem a abordagem descolonial. Entretanto, algumas ações, isoladamente, se destacaram por propor o enfrentamento de alguns legados coloniais nos arquivos, em especial, a sub-representatividade de acervos e de narrativas contra-hegemônicas ou identitárias. Veremos, a seguir, uma avaliação à luz da matriz e dos quesitos propostos:

Quesito 1 – Diversidade de fundos documentais.

Ao analisar as ações do Arquivo Nacional sob o ponto de vista da diversidade de fundos documentais, verificamos que as mesmas se alternam entre eventos cuja base são fundos e documentos custodiados pela própria instituição e eventos de caráter acadêmico, como premiações e debates em que se discutem temas a partir da produção científica. Nestes, as fontes primárias exercem papel marginal. Enquadram-se, por exemplo, todos os sete eventos que compuseram o ciclo de debates, além do dossiê da Revista Acervo. Outras ações, como a exposição “1822-2022: quem são os brasileiros”, o Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, o Dibrarq, a página "Temas do Brasil Oitocentista" e a publicação “Guerras da Independência do Brasil” impõem a centralidade dos documentos primários, exigindo, porém, que estes façam parte do rol de fundos custodiados pela instituição. Diante de tal cenário,

atribuímos a pontuação “zero” no quesito 1: “apenas fundos institucionais do próprio arquivo”.

Quesito 2 – Inclusão de arquivos comunitários ou alternativos.

Em convergência com a avaliação do quesito 01, as ações autocentradas no próprio acervo da instituição não contemplou, tampouco, arquivos não-oficiais/estatais, comunitários etc. Entendemos que seria possível contemplá-los de diversas formas como nas ações que envolveram o Dibrarq. Atribuímos nova pontuação “zero”: “nenhuma participação”.

Quesito 3 – Valorização de formas de registro não-tradicionais.

No terceiro quesito, analisamos que passou, ao largo das ações, uma valorização de documentos não-tradicionais. Ao contrário, ficou evidente a primazia dos documentos textuais e iconográficos, como na exposição “1822-2022: quem são os brasileiros”, no Dibrarq e em outras iniciativas. Atribuímos nova pontuação “zero”: “exclusividade de documentos escritos/tradicionais”.

Quesito 4 – Autocrítica sobre limitações do acervo.

No quarto e último quesito de pluralidade epistêmica, identificamos uma ponderação autocrítica sobre os limites do acervo institucional, feita pelo palestrante Michael Cahen ao longo do debate intitulado “Arquivos coloniais, arquivos pós-coloniais”. Como já mencionado na subseção anterior, a ponderação destacou rapidamente a importância dos arquivos indígenas para o balanceamento da pesquisa histórica. Uma segunda menção sobre os limites do acervo foi realizada no balanço da exposição, como também já destacado. Muito pouco, entretanto, para caracterizar uma reflexão crítica geral das ações, motivo pelo qual atribuímos a pontuação “um”: “menções genéricas ou implícitas”.

Quesito 5 – Inclusão de vozes subalternizadas.

A inclusão de vozes subalternizadas não pôde ser constatada nem no planejamento nem na condução das ações, com predominância de servidores da própria instituição mediando debates, realizando a curadoria da única exposição ou compondo as comissões que avaliam as premiações. Os convidados, por sua vez,

representavam instituições acadêmicas ou arquivísticas. Houve, entretanto, no campo discursivo, alguns acenos à subalternidade e à inclusão de outras perspectivas, a exemplo do debate “A mulher, o indígena e o negro no processo de independência”, na exposição “1822-2022: Quem são os brasileiros” e na inclusão da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino entre os fundos arquivísticos relacionados ao tema do Bicentenário no Dibrarq. Assim sendo, atribuímos a pontuação “um”: “presença discursiva sem efetiva participação”.

Quesito 6 – Reconhecimento explícito de violência colonial/resistências indígenas e negras.

Acerca deste quesito, entendemos que há, em mais de uma ação, a intenção de discutir aspectos conflitantes, bélicos, contraditórios e violentos da experiência colonial brasileira. É o casodo debate "O mito das três raças e o apagamento dos conflitos”, do dossiê da Revista Acervo, da publicação “Guerras da Independência do Brasil” e do portal “Temas do Brasil Oitocentista”. Se consideradas no contexto geral, entendemos que as ações afastam o tom celebratório, valorizam os conflitos, as contradições e as violências, constituindo um dos elementos centrais da abordagem. Atribuímos a pontuação “dois”: “violência e resistências como elementos centrais”.

Quesito 7 – Contextualização crítica do colonialismo e da colonialidade.

Os impactos do colonialismo e a permanência da colonialidade, de maneira geral, são muito pouco explorados ao longo das ações. Como já detalhado na subseção anterior, os debates “Arquivos coloniais, arquivos pós-coloniais” e "O mito das três raças e o apagamento dos conflitos” abordam, de maneiras diversas, o tema. Entendemos, portanto, que as ações fazem uma contextualização pontual/parcial, para a qual conferimos a pontuação “um”.

Quesito 8 – Reconhecimento do histórico colonial ou dos impactos da colonialidade na própria instituição.

Não percebemos, em nenhuma das ações, debates, narrativas ou pontuações, breves que sejam, acerca dos impactos da colonialidade manifestados no próprio Arquivo Nacional. Pontuação “zero”: ausência de reconhecimento.

Quesito 9 – Uso crítico da linguagem histórica.

Não percebemos, em nenhuma das ações, o uso de termos racistas, machistas, capacitistas, ou outros termos ofensivos, acompanhados ou não de notas explicativas. Dentre as opções de respostas disponíveis, entendemos que nenhuma atende plenamente à situação verificada, visto que todas foram pensadas para analisar a resposta institucional (ou ausência de) à presença de termos ofensivos nos documentos. Optamos, então, por desconsiderar o quesito.

Quesito 10 – Acessibilidade e pluralidade linguística.

No décimo quesito, identificamos poucos requisitos de acessibilidade nas ações. Os eventos físicos foram concentrados na sede do Rio de Janeiro, como a exposição. Nas ações digitais, como o Dibrarq, não identificamos recursos de acessibilidade. O único registro sonoro categorizado no assunto “Bicentenário da Independência” não conta com legendas. Nem nas palestras/debates, nem na transmissão *on-line* da própria abertura da exposição houve tradução simultânea em libras. Todas estas contavam, porém, com legendas automáticas, nativas da plataforma Youtube, por onde foram transmitidos. No que tange à pluralidade linguística, não identificamos nenhum recurso que facilitasse o acesso de povos indígenas. Diante das observações, atribuímos a pontuação “um”: “alguns recursos de acessibilidade ou linguísticos.

Quesito 11 – Qualificador de impacto material.

Na análise do último quesito, não foi possível classificar nenhuma das ações como de impacto material, territorial ou política de povos indígenas ou de outros grupos sociais. Todas as ações possuem foco no campo narrativo, simbólico, almejando contribuir, ora reflexivamente, ora de forma celebratória, com o rol de eventos organizados pelo Poder Executivo Federal. Ao pontuar com um “zero”, ou seja, “nenhuma demanda de impacto material direto”, o quesito qualificador não leva em conta as observações feitas em outros quesitos. Entendemos, ainda que haja uma limitação temática por ocasião do Bicentenário, que diversas ações poderiam ter sido encampadas com um viés material/reparatório, seja a partir do próprio acervo, de colaborações com outras instituições ou, idealmente, incluindo representações de povos originários ou de outros grupos sociais.

Assim, o resumo da análise à luz da matriz teórico-metodológica descolonial pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 10 – Análise à luz da matriz teórico-metodológica descolonial

Princípio norteador	Quesito	Resposta	Pontuação
Pluralidade epistêmica arquivística	Diversidade de fundos documentais	Apenas fundos institucionais do próprio arquivo	0
	Inclusão de arquivos comunitários ou alternativos	Nenhuma participação	0
	Valorização de formas de registro não-tradicionais	Exclusividade de documentos escritos/tradicionais	0
	Autocrítica sobre limitações do acervo	Menções genéricas ou implícitas	1
Sub-representatividade arquivística	Inclusão de vozes subalternizadas	Presença discursiva sem efetiva participação	1
	Reconhecimento explícito de violência colonial/resistências indígenas e negras	Violência e resistências como elementos centrais	2
	Contextualização crítica do colonialismo e da colonialidade	Contextualização pontual/parcial	1
	Reconhecimento do histórico colonial ou dos impactos da colonialidade na própria instituição	Ausência de reconhecimento	0
Linguagem crítica e acessibilidade arquivística	Uso crítico da linguagem histórica	Não se aplica	N/A
	Acessibilidade e pluralidade linguística:	Alguns recursos de acessibilidade ou linguísticos	1
Práxis descolonial arquivística	Impacto material	Nenhuma demanda de impacto material direto	0

Fonte: elaboração própria, 2025.

Com base no quadro completo, podemos tecer alguns comentários. Observa-se, à primeira vista, que as ações se aproximam mais dos elementos descoloniais postos nos quesitos de sub-representatividade, atendendo, ao menos parcialmente, a três dos quatro requisitos. Uma possível explicação remete à já ampla aceitação social, tanto em ambientes institucionais quanto acadêmicos, de teorias identitárias, sobretudo quando conjugadas com perspectivas mais mercadológicas ou

(neo)liberais. Estes aspectos da descolonialidade, portanto, não representam uma subversão completa, tampouco uma novidade ante as tendências que já se consolidaram.

A pluralidade epistêmica, por sua vez, destaca-se negativamente, com apenas um de seus quesitos sendo atendido (parcialmente), e demonstra traços evidentes da colonialidade manifestada na instituição: o autocentramento e a primazia dos documentos e dos saberes oficiais. O Bicentenário da Independência se mostrou, nesse sentido, uma oportunidade desperdiçada de abordar outras possibilidades de arquivos, documentos e saberes.

A análise dos aspectos voltados à “linguagem e acessibilidade” evidenciou que o tema ocupa um papel secundário na execução das ações, especialmente se considerarmos que a instituição já contava, à época, com a Política de Acessibilidade e Inclusão.

O último quesito, que poderia mudar a chave de interpretação dos resultados, terminou por referendar a percepção de que os aspectos do pensamento descolonial que encontram mais ressonância são os de caráter narrativo e simbólico. Ações de impacto estrutural ou material se mantiveram fora do rol de possibilidades.

Em que pese as ações terem um recorte temático, cujo tom usualmente converge para eventos celebratórios, festivos ou reflexivos, dentro da esfera cultural, não é impossível pensar em ações heterodoxas, que mobilizem o arquivo para outras direções. O próprio Arquivo Nacional, já no governo subsequente, promoveu um debate, no âmbito da 8ª Semana Nacional de Arquivos, em que foram anunciadas ações integradas com o Ministério dos Povos Indígenas, como o compromisso de criar um repositório arquivístico de dados, documentos e informações para garantir a preservação da memória dos povos originários (Brasil, 2024).

Na ocasião, a secretária nacional de Articulação e Promoção dos Direitos Indígenas (Seart), Juma Xipaia, ofereceu a sua visão:

> Se histórias foram guardadas de acordo com sistemas de poder, então, revisitar a história, por meio de políticas arquivísticas, é uma parte significativa da descolonização. [...] A memória ajuda a combater a manipulação dos fatos, a fortalecer a identidade cultural, reivindicar direitos, conectar-se à resistência histórica e conscientizar as pessoas. Revelar a verdade e preservar a memória são responsabilidades coletivas de manter viva a ancestralidade e a sabedoria acumulada pelos nossos antepassados. São formas potentes de cessar ciclos de violência e viabilizar a continuidade da nossa cultura indígena (Brasil, 2024).

Ainda no mesmo evento, Fernanda Kaingang, diretora do Museu Nacional dos Povos Indígenas, vislumbrou parcerias em que mapas e acervos do Museu pudessem ser digitalizados e compartilhados com os povos indígenas: “Os documentos podem ser usados para demarcar territórios e para defesa de direitos indígenas, funções do Ministério dos Povos Indígenas e do governo Lula. A reparação histórica e a criação de mecanismos de não repetição, para que violações não se perpetuem, são os objetivos” (Brasil, 2024).

Ações arquivísticas dessa natureza certamente se enquadram no que almeja a literatura descolonial em arquivos e, por conseguinte, o quesito qualificador da matriz conceitual, via ações que tragam impactos materiais concretos, alterando elementos constituintes da colonialidade do poder, como a reparação territorial. Mais uma vez, cumpre lembrar, que o contexto administrativo à época das ações do Bicentenário era bastante desfavorável. Sequer havia, por exemplo, o referido Ministério dos Povos Indígenas, criado somente em 2023.

No que tange à aplicabilidade da matriz teórico-metodológica descolonial, entendemos que se mostrou adequada aos objetivos traçados. Acertada, também, a decisão de analisar um conjunto de ações ao invés de uma ação isolada, tendo em vista que dificilmente todos os quesitos seriam aplicáveis a uma só ação. Assim, a análise de um conjunto aumenta a segurança, a precisão e, ao mesmo tempo, possibilita a discussão de mais elementos.

O primeiro quesito de “linguagem crítica e acessibilidade arquivística”, entretanto, mostrou-se inadequado tal como construído. Embora “uso crítico da linguagem histórica” seja um aspecto relevante do alinhamento descolonial, as respostas elaboradas acabaram por inviabilizar o enquadramento no estudo de caso: para casos em que não se verifica o uso de linguagem histórica ofensiva, as três respostas possíveis tornam-se, simultaneamente, inadequadas. Assim, a solução encontrada foi desconsiderar o quesito.

Embora distante dos princípios descoloniais, como previa a hipótese, cabe ressaltar que o Arquivo Nacional se manteve, por outro lado, longe do tom geral das celebrações por parte do Governo Federal, relatados na subseção 5.2. Um dos possíveis motivos é o próprio desinteresse, pelo governo Jair Bolsonaro, em envolver a instituição no planejamento central das comemorações, como evidencia a Comissão Interministerial Brasil 200 Anos.

A comissão, criada por meio do Decreto de 6 de setembro de 2016, ainda no governo de Michel Temer, teve como finalidade “[...] coordenar as atividades, os eventos e os projetos relacionados às comemorações do ducentésimo aniversário da Independência da República Federativa do Brasil” (Brasil, 2016). Com a sua composição sendo alterada, diversas vezes, a partir de 2020, a Comissão nunca teve um representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública, órgão ao qual o Arquivo Nacional era vinculado até janeiro de 2023, quando passou a integrar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Corroborando com isso, as ações realizadas pelo Arquivo Nacional sequer são mencionadas no relatório final dos trabalhos da Comissão, que se ocupa, sobretudo, dos eventos realizados no âmbito do Ministério da Defesa, das Relações Exteriores, da Cultura, da Educação e da Casa Civil da Presidência da República (Brasil, 2023b).

O Ministério da Defesa, em seu balanço final, indica dois eventos entre as principais realizações: a já descrita operação para trazer de Portugal o coração de Dom Pedro I e os desfiles cívico-militares de sete de setembro (Brasil, 2023b). Os últimos, cabe ressaltar, foram alvo de ações no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas quais se constatou abuso de poder, por parte do presidente e candidato Jair Bolsonaro, que fundiu os atos oficiais com comícios eleitorais (Brasil, 2023c). Assim, a invisibilidade institucional do Arquivo Nacional perante a administração pública pode ter contribuído, neste caso, para impedir a instrumentalização do órgão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu de uma inquietação sobre os impactos do pensamento descolonial nos arquivos e na Arquivologia brasileira. Diluída entre as diversas Teorias Críticas da Arquivologia, a teoria descolonial parecia ainda pouco avaliada em termos de possibilidades de abordagens e apropriação teórico-metodológica. Assim, a concepção do projeto de pesquisa que culminou nesta tese foi motivada a suprir essa lacuna, ainda que em termos iniciais, e estabelecer algumas pontes que pudessem ser utilizadas, aperfeiçoadas ou reconstruídas por outros pesquisadores e arquivistas.

Passados quatro anos do início da pesquisa, entendemos que foi possível nos aproximar das respostas às perguntas traçadas no projeto inicial. Ao longo deste trabalho, buscamos retomar o fio das críticas anti-coloniais, recuperando as raízes de uma tradição de pensamento que remete, por vezes, há séculos de colonialidade. Identificamos diferentes ciclos, com seus contextos e variações de perspectivas e conceitos.

Abordamos, inicialmente, as críticas e reflexões teóricas anticoloniais diretamente forjadas no contexto das experiências revolucionárias e dos processos de emancipação anticolonial, nas quais a reflexão estava orientada, sobretudo, a militantes políticos, ativistas e organizações envolvidas em confronto direto com as potências colonizadoras.

Em seguida, contextualizamos as fases posteriores deste pensamento, caracterizadas pela produção e circulação das teorias predominantemente em ambientes acadêmicos e universitários, com a criação e popularização do Grupo de Estudos Subalternos, nos anos 1980, o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, no início da década de 1990, e, finalmente, o Grupo M/C, com a teoria descolonial.

Nestas fases subsequentes, ainda que tenham ocorrido tentativas de aproximação com movimentos sociais, como a relação de Boaventura Sousa Santos com o Fórum Social Mundial, a teoria descolonial se consolida em um contexto histórico marcado pela deslegitimação dos projetos revolucionários e das alternativas não alinhadas ao capitalismo central.

Assim, algumas críticas podem ser feitas ao pensamento descolonial em busca de uma teoria que se mantenha sólida e relevante nos tempos atuais, em que a

geopolítica mundial se modificou intensamente. Duas delas se destacam, no contexto desta pesquisa, como as principais: o subaproveitamento de conceitos que expliquem as dinâmicas de poder no mundo pós-colonial e a rejeição total de categorias como universalidade, verdade, progresso e razão.

Sobre a primeira, se observa um subaproveitamento, por parte da teoria descolonial, de categorias importantes da tradição marxista que poderiam enriquecer a própria leitura da descolonialidade, como imperialismo e dependência. Afinal, são estas as relações que alimentam a permanência da colonialidade no mundo Moderno. Isso é particularmente importante na medida em que se pensam ações anti-coloniais, que se propõem a romper com determinadas lógicas hegemônicas.

Tão importante quanto desnudar os elementos subjacentes da colonialidade é compreender as forças que atuam para a manutenção da mesma. Sem isso, a colonialidade se resume a um mero legado de uma época distante, cuja superação depende, sobretudo, de esforços teóricos, mentais, psicológicos ou culturais. Para que estes triunfem, é preciso que estejam atrelados a conjunturas políticas e geopolíticas, econômicas, e, sobretudo, aos esforços empreendidos na direção de um mundo multipolar, onde outras formas de organização da sociedade sejam possíveis.

Em segundo lugar, ao ultrapassar a crítica à (pretensa) universalidade europeia e aderir à negação da universalidade em si, a teoria descolonial revela dificuldades em formular um programa político objetivo ou mesmo em delinear um horizonte de transformação social factível, algo que semelhantemente pôde ser notado nas abordagens arquivísticas. A rejeição abrangente de conceitos como razão, verdade e progresso também se insere no quadro e contribui para a observação de que, por vezes, a teoria descolonial pode flertar com o niilismo ou mesmo com a utopia.

Por outro lado, o pensamento descolonial se mostrou muito útil à análise e compreensão de determinados fenômenos que se manifestam nos arquivos. A sub-representatividade documental de minorias, a primazia do saber ancorada nos documentos tradicionais, o deslocamento de arquivos e a sustentação do *status quo* por meio dos mesmos são apenas alguns dos muitos temas que podem se beneficiar amplamente de uma leitura a partir das categorias de colonialidade e modernidade.

A busca pelo panorama da literatura acerca da abordagem descolonial na Arquivologia, nesta pesquisa, rendeu frutos interessantes, como as perspectivas teóricas compiladas no Quadro 2 – Noções de descolonialidade em arquivo. No âmbito

nacional, corroborando a primeira hipótese, pouquíssimos trabalhos foram encontrados enquanto internacionalmente, uma mostra maior, mas ainda recente, pôde ser analisada.

Compreendemos que a colonialidade do poder, como elemento estruturante da sociedade, possui diversas implicações junto aos arquivos. Há uma lógica, da qual os arquivos fazem parte, que se dedica a referendar tanto uma dinâmica interna, por meio da supremacia racial, de gênero e orientação sexual, quanto uma dinâmica externa, pela divisão internacional do trabalho. Algumas destas implicações foram pormenorizadas, como o papel dos arquivos no reconhecimento de terras e tribos indígenas e a responsabilização de violadores de direitos em regimes de exceção, além das ditas democracias ocidentais, como a opressão e violência cotidiana e sistêmica contra pretos nos Estados Unidos.

As colonialidades subjacentes, do saber e do ser, se manifestam, por sua vez, na primazia dos documentos tradicionais e dos saberes oficiais, no deslocamento de arquivos e nos seus contenciosos, na sub-representatividade e na própria negação da identidade individual e coletiva de povos originários e grupos sociais subalternos.

Outro aspecto relevante é que a teoria descolonial demonstra sinergia com outros estudos críticos da Arquivologia de natureza emancipatória, especialmente aqueles de enfoques teóricos queer, LGBT+, negros, feministas, de movimentos sociais, entre outros. Assim, contribui com um lastro acadêmico que compartilha valores éticos e profissionais semelhantes.

No que diz respeito às instituições e práticas arquivísticas, os relatos da literatura dão conta de diversas possibilidades de contribuição, desde a humanização dos espaços até a efetiva intervenção em demandas materiais, territoriais e reparatórias de povos originários e outras minorias sociais. A disseminação de narrativas e saberes encobertos, por sua vez, pode contribuir para um quadro geral de conscientização que retroalimente as lutas contra-hegemônicas, tanto nos campos culturais como políticos e sociais.

Em termos teóricos, importante demarcar um apelo de diversos autores para que a abordagem descolonial em arquivos se concentre em demandas urgentes, materiais e estruturais da sociedade, como tentativa de afastar uma assimilação simbólica e esterilizada da teoria na prática.

Também cabe ressaltar, uma vez mais, que, de maneira geral, percebemos pouco rigor teórico nas abordagens descoloniais encontradas. A maior parte mobilizava os termos decolonial/descolonial sem sequer se referir aos autores do grupo M/C ou, tampouco, a conceitos-chave como colonialidade e modernidade. Descolonialidade, nesses casos, se mostrou diluída entre diversas outras teorias de viés crítico-progressista, tendo pouco ou nada a acrescentar. Entendemos, portanto, que a teoria descolonial ainda tem um grande potencial não realizado na Arquivologia.

Também coletamos e analisamos dados quantitativos, que podem sustentar observações acerca dos padrões de circulação da abordagem no mundo. Sobre esse aspecto, é importante destacar que, por diversas limitações da própria pesquisa e do desenho global da integração e disseminação de conhecimento científico, o foco recaiu sobre produções ocidentais.

Diante disso, não pudemos deixar de lamentar a ausência de um olhar aprofundado sobre países de tradição e culturas distintas, e de grandes contingentes populacionais como Rússia, China e Índia. O estudo de Arquivologia na Índia, em particular, pode ter muito a contribuir a partir da influência do Grupo de Estudos Subalternos. Reforçamos, portanto, a pertinência de futuros trabalhos atentarem para o isolamento estrutural que privilegia o saber científico do Ocidente.

A construção de um instrumento teórico-metodológico a partir de formulações descoloniais, por sua vez, mostrou-se um desafio complexo. Primeiro, porque as formulações descoloniais encontradas na literatura, majoritariamente internacional, precisaram ser submetidas a uma análise em termos de aderência à realidade brasileira.

Em segundo lugar, a tarefa exigiu um cuidado para que o referido instrumento não fosse excessivamente protocolar ou inflexível. O intuito, que acreditamos ter alcançado, foi o de direcionar a sua construção menos para uma calculadora de pontos que, ao final, atribui rótulos pré-definidos, e mais para um exercício analítico que permitisse alguma subjetividade ao olhar do pesquisador, que a utilizaria de forma contextualizada a cada caso.

No que diz respeito aos eventos programados pelo Arquivo Nacional no âmbito do Bicentenário da Independência do Brasil, confirmamos a segunda hipótese de que estão relativamente distantes dos princípios descoloniais. Há alguns acenos à

construção de narrativas subalternas, como o papel de mulheres, negros e indígenas no processo de Independência, mas desconectados de um direcionamento geral.

Outro ponto que chama a atenção é a ausência de ações que se debrucem sobre legados coloniais arquivísticos como arquivos de interesse custodiados por Portugal. Ações voltadas para justiça e reparação também não foram propostas, tampouco, medidas de sensibilização e acolhimento.

Considerado o contexto administrativo e o ambiente retórico construído pelas lideranças políticas da época, ressalta-se, por outro lado, que o Arquivo Nacional manteve certa distância do tom marcadamente conservador e das narrativas celebratórias do período monárquico, e não foi, ao que parece, instrumentalizado pelo Governo Federal nem serviu a interesses eleitorais, do que outras instituições não escaparam. Como já apontado, entendemos que a marginalização do Arquivo ante outros órgãos no planejamento das efemérides, por parte do governo da ocasião, pode ter contribuído para afastar a instituição de maiores interferências.

Como estudo de caso, as ações foram importantes na medida em que ofereceram um conjunto adequado, em teor e quantidade, para uma análise à luz da baliza da matriz de aderência conceitual. Quase todas puderam ser analisadas por documentos digitais, excetuando-se a mostra presencial, em que foi necessário submeter um pedido de esclarecimentos ao Arquivo Nacional, ancorado na Lei de Acesso à Informação (LAI).

Como resultados da pesquisa, acreditamos que as duas maiores contribuições são: a) teórica, que reside na sistematização das abordagens descoloniais em arquivos, situando lacunas, potenciais e tendências, e b) a operacionalização de elementos do pensamento descolonial, por meio de uma matriz teórico-metodológica que, com devidos ajustes, pode ser reutilizada ou adaptada para outros instrumentos, dentre os quais, os voltados para diretrizes e orientações em etapa anterior à elaboração de políticas ou ações institucionais. Também pode ser aprofundada por meio de estudos que desenvolvam protocolos, etapas e cronogramas a ela atrelados. Vislumbramos, ainda, a possibilidade de reutilização em outras áreas, como ética e ensino, o que ampliaria o seu alcance e a sua relevância.

Por fim, passadas décadas das primeiras proposições da teoria descolonial, muitas críticas podem ser feitas e várias rotas ainda podem ser corrigidas, mas parece inegável a pertinência que o tema continua a ter. A estruturas que foram descritas por

conceitos como a colonialidade do poder, do saber e do ser permanecem, tanto quanto os seus impactos na sociedade enos arquivos.

Diante disso, permanecem, ainda, algumas perguntas fundamentais: é possível conceber e realizar processos de descolonização em nível nacional ou institucional? É possível descolonizar um indivíduo, um país ou um arquivo a partir de si mesmo? Se as colonialidades do poder, do saber e do ser estruturam o modo de vida em todo o mundo, e são estruturadas por dinâmicas de poder globais, como romper com a colonialidade em definitivo sem romper com a ordem estabelecida?

Entendemos que é possível, sim, engajar em um processo, desde que alinhadas às expectativas e compreendidas as limitações deste tipo de empreitada. Um arquivo, nesse contexto, pode se tornar uma estrutura menos rígida, impermeável, e gradualmente redirecionar os propósitos, alinhando-se a valores éticos, de justiça e descolonial.

No caso dos arquivos públicos, imaginamos que dificilmente o processo alcançará objetivos relevantes se não fizerem parte de uma mudança governamental profunda, ancorada na ampla mobilização popular e em bases sociais. Que, ainda assim, não estarão livres do retrocesso e do recrudescimento dos expedientes imperialistas, como provam as dinâmicas recentes na Bolívia, Venezuela, Irã, Palestina, Cuba.

Mas, uma vez criadas as oportunidades adequadas, os arquivos possuem vasto potencial para combater estruturas coloniais, proteger os interesses primários dos povos originários, das comunidades tradicionais, pretos, mulheres, LGBT+ e todos os grupos sociais que são, ainda hoje, oprimidos pela colonialidade e pelo imperialismo no mundo todo.

REFERÊNCIAS

A ABERTURA da exposição Quem são os brasileiros? **Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: [*s. n.*], 2022. 1 vídeo (1 h 22 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GILOCoXZ5M0. Acesso em: 7 jul. 2025.

A MULHER, o indígena e o negro no processo de independência.**Arquivo Nacional**. [*S. l.: s. n.*], 2022. 1 vídeo (1 h 30 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=K4T9cTTNB0k. Acesso em: 10 jun. 2025.

AGOSTINHO, Daniela. Archival encounters: rethinking access and care in digital colonial archives. **Archival Science**, [s.l.], v. 19, p. 141-165, 2019.

ALENCAR, Maíra Fernandes; TOGNOLI, Natália Bolfarini; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Outros horizontes críticos e decoloniais nos estudos arquivísticos: em construção um mapeamento do domínio editorial internacional. **Encontros Bibli Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [s.l.], v. 28, n. Dossiê Especial, p. 1-26, 2023.

ALENCAR, Maíra Fernandes; TOGNOLI, Natalia Bolfarini; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Comunidades discursivas de pesquisa e educação arquivística: análise de domínio da Archival Education Research Initiative (2008-2021). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, 2024. DOI: 10.1590/1808-5245.30.137375. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/137375. Acesso em: 20 fev. 2026.

ALI, Nijmeh. Archives under fire: resisting erasure amid genocide. **Loud & Clear**, 1 set. 2025. Disponível em: https://scene48.org/en/articles/loud-clear/archives-under-fire-resisting-erasure-amid-genocide. Acesso em: 28 out. 2025.

AMATO, Fábio. Salles cria grupo para estudar fusão entre Ibama e Instituto Chico Mendes. **G1 - Natureza**, 2 out. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/10/02/salles-cria-grupo-para-estudar-fusao-entre-ibama-e-instituto-chico-mendes.ghtml. Acesso em: 11 jan. 2025.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ci. Inf.**, [s.l.], v. 32, n. 3, Brasília, set./dez. 2003.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Seminário Internacional "O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos"**: Relatório final. 2008. Disponível em: http://www.an.gov.br/seminario/edicao-1/Relat%C3%B3rio%20Final%20Site.pdf. Acesso em: 3 jan. 2025.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Memórias Reveladas**. 2009. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br. Acesso em: 3 jan. 2025.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Portaria nº 295, de 1º de outubro de 2018. Institui a Política de Acessibilidade e Inclusão do Arquivo Nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2 out. 2018. Disponível em: https://bdan.an.gov.br/server/api/core/bitstreams/11de42a5-9941-442f-bf23-aa60e68d5e8e/content. Acesso em: 12 fev. 2026.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Comemorações do Bicentenário da Independência começam um ano antes no Arquivo Nacional**. Arquivo Nacional, 2021a. Versão arquivada em 23 set. 2021. Disponível em: https://web.archive.org/web/20210923213341/https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/comemoracoes-do-bicentenario-da-independencia-comecam-um-ano-antes-no-arquivo-nacional. Acesso em: 3 mar. 2026.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Comemorações do Bicentenário da Independência começam um ano antes no Arquivo Nacional**. Arquivo Nacional, 2021b. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/comemoracoes-do-bicentenario-da-independencia-comecam-um-ano-antes-no-arquivo-nacional.Acesso em: 3 mar. 2026.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Edital de concurso nº 01/2021**: Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2021. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2021c. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br. Acesso em: 28 maio 2025.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Revista Acervo abre chamada de artigos – Independências**: 200 anos de história e historiografia. Brasília: Arquivo Nacional, 11 ago. 2021d. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/revista-acervo-abre-chamada-de-artigos-independencias-200-anos-de-historia-e-historiografia. Acesso em: 29 maio 2025.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Confira o calendário de eventos do AN para 2022**. Arquivo Nacional, 2022a. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/confira-o-calendario-de-eventos-do-an-para-2022. Acesso em: 10 out. 2023.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Itamaraty e Arquivo Nacional em parceria para o Bicentenário da Independência**. Arquivo Nacional, 2022b. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/itamaraty-e-arquivo-nacional-em-parceria-para-o-bicentenario-da-independencia. Acesso em: 20 fev. 2026.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Diretoria de Processamento Técnico, Preservação e Acesso ao Acervo (DPT/AN/MGI). **Resposta ao pedido de acesso à informação nº 18002.006637/2025-11**. Brasília, 17 jun. 2025a.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Diretório de Instituições Brasileiras Custodiadoras de Arquivos – DIBRARQ**: [resultados para o assunto

“Independência do Brasil”]. 2025b. Disponível em: https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/informationobject/browse?subjects=12289&sort=alphabetic&sortDir=asc. Acesso em: 29 maio 2025.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Especial bicentenário da Independência**. Arquivo Nacional, 2025c. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/sites_eventos/sites-tematicos-1/brasil-oitocentista/especial-bicentenario-da-independencia. Acesso em: 29 maio 2025.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Marcadores de gênero, raça e regionalidade**: Guia de Fundos do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 67, 2025d. Publicações Técnicas. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/marcadores-sociais-de-genero-raca-e-regionalidade.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.

ARQUIVOS coloniais e arquivos pós-coloniais. **Arquivo Nacional**. [*S. l.: s. n.*], 2021. 1 vídeo (1 h 12 min). Disponível em: www.youtube.com/watch?v=OM9rzA4Uvh4. Acesso em: 28 mar. 2025.

AS COMEMORAÇÕES da Independência – 1922 | 1972. **Arquivo Nacional**. [*S. l.: s. n.*], 2022. 1 vídeo (1 h 59 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=63ccE0vSgUU. Acesso em: 10 jun. 2025.

AS EXPOSIÇÕES virtuais e a difusão de conhecimento. **Arquivo Nacional**. [*S. l.: s. n.*], 2022. 1 vídeo (1 h 29 min). Disponível em: www.youtube.com/watch?v=C_QsdoQjYUs. Acesso em: 28 mar. 2025.

BAK, Greg; BRADFORD, Tolly; LOYER, Jessie; WALKER, Elizabeth. Four Views on Archival Decolonization Inspired by the TRC’s Calls to Action. **Fonds d’Archives**, [*S. l.*], n. 1, 2017. Disponível em: https://fondsdarchives.ca/index.php/fondsdarchives/article/view/3. Acesso em: 15 jul. 2025. ISSN 2561-0465.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.

BALLESTRIN, Luciana. Modernidade/colonialidade sem “imperialidade”? O elo perdido do giro decolonial. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p.505-540, 2017. Disponível em: www.scielo.br/j/dados/a/QmHJT46MsdGhdVDdYPtGrWN/. Acesso em: 6 mar. 2026.

BANCO MUNDIAL. **Afrodescendentes na América Latina**: Rumo a um Marco de Inclusão. Washington, DC: World Bank, 2018. Disponível em: https://dgmbrasil.org.br/media/publicacoes/Relatorio_Port_JH4BjdV.pdf. Acesso em: 9 out. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, 2016.

BASTIAN, Jeannette. Epilogue. On Augusta's porch; a meditation on decolonizing the archives. **Archival Science**, [s.l.], v. 19, p. 205-207, 2019. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-019-09310-2. Acesso em: 9 abr. 2026.

BASU, Paul; DE JONG, Ferdinand. Utopian archives, decolonial affordances: Introduction to special issue. **Social Anthropology**, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 5-19, 2016. Disponível em: www.berghahnjournals.com/view/journals/saas/24/1/soca12281.xml. Acesso em: 9 abr. 2026.

BAUER, Shane**.** Your family's genealogical records may have been digitized by a prisoner. **Mother Jones**, São Francisco, EUA, 13 ago. 2015. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2015/08/mormon-church-prison-geneology-family-search/. Acesso em: 11 jan. 2025.

BERTOLETTI, Esther Caldas; BELLOTTO, Heloísa Liberalli; DIAS, Erika Simone de Almeida Carlos. O projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco: acesso às fontes da História do Brasil existentes no exterior. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 29.1, p. 1-26, 2011.

BOLÍVAR, Símon. **Carta de Jamaica 1815-2015**. Caracas: Comisión Presidencial para la Conmemoración del Bicentenario de la Carta de Jamaica, Colección Unidad Nuestraamericana. 2015.

BOLÍVIA. **Constituición Política del Estado**. Fevereiro de 2009. Disponível em: https://sea.gob.bo/digesto/CompendioNormativo/01.pdf. Acesso em: 9 jan. 2025.

BORDENAVE, Yves; BOBIN, Frédéric. Mémoire entre la France et l'Algérie: les deux fronts de la bataille des archives. **Le Monde**, Paris, 21 jan. 2021. Disponível em: https://www.lemonde.fr/afrique/article/2021/01/21/memoire-franco-algerienne-les-deux-fronts-de-la-bataille-des-archives_6067043_3212.html. Acesso em: 12 fev. 2026.

BOSCHI, Caio C. O Brasil nos arquivos e bibliotecas de Portugal: levantamento bibliográfico crítico dos arquivos e bibliotecas de Portugal úteis ao pesquisador da História do Brasil. **Revista de História**, São Paulo, v. 51, n. 101, p. 343-400, 1975. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1975.132911. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132911. Acesso em: 25 nov. 2025.

BOSCHI, Caio C. Rápido passeio por outros arquivos portugueses. **Acervo,** [*S. l.*], v. 10, n. 1, p. 85-96, 2012. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/275. Acesso em: 19 nov. 2025.

BOSCHI, Caio C. Projeto Resgate: História e arquivística (1982-2014). **Revista Brasileira de História** [online], São Paulo, v. 38, n.78, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/MP8TBwLRF7cCrbhPfJVGtgp/abstract/?lang=pt. Acesso em: 27 nov.2025.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 11 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 08, 11 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 8 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria nº 1.248, de 25 de setembro de 1995. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 set. 1995.

BRASIL. Presidência da República. **Discurso na cerimônia de instalação da comissão nacional para as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil**. 04 de julho de 1996. Disponível em: https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1996-1/04.pdf/view. Acesso em: 9 jan. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Protocolo de Colaboração na Área de Arquivos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa,** de 05 de setembro de 2001. Disponível em: https://consuladoportugalsp.org.br/dados-sobre-portugal/tratados-e-acordos-entre-portugal-e-brasil/protocolo-de-colaboracao-na-area-de-arquivos-entre-o-governo-da-republica-portuguesa-e-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil/. Acesso em: 9 jan. 2025.

BRASIL. Decreto de 6 de setembro de 2016**. Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 3 nov. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/dsn/dsn14408.htm. Acesso em: 4 mar. 2026.

BRASIL. Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar da administração pública federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9262.htm. Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 set. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm. Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020. Dispõe sobre a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 19 mar. 2020a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10278.htm. Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição n.º 32, de 2020. Altera disposições sobre servidores, empregados públicos [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 3 set. 2020b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2252589. Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL. Poder Executivo Federal. **Projeto de Lei nº 191, de 2020**. Autoriza a exploração econômica de recursos minerais [...]. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020c. Disponível em: www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236767. Acesso em: 11 fev. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 732, de 2022**. Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 [...]. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2022a. Disponível em: www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2313473. Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL. Serviços e Informações do Brasil. **Bicentenário da Independência do Brasil – 1822-2022**. 2022b. Serviços e Informações do Brasil. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/campanhas/bicentenario. Acesso em: 19 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023. Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 out. 2023a. Edição extra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14701.htm. Acesso em: 11 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Relatório final dos trabalhos da Comissão Interministerial Brasil 200 Anos**. Brasília, 2023b. Documento obtido por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **TSE declara inelegíveis Bolsonaro e Braga Netto por abuso de poder no Bicentenário da Independência**. Tribunal Superior Eleitoral, 2023c. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Outubro/tse-declara-inelegiveis-bolsonaro-e-braga-netto-por-abuso-de-poder-no-bicentenario-da-independencia. Acesso em: 5 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Arquivo Nacional promove debate sobre direito à memória indígena em políticas públicas**. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/arquivo-nacional-promove-debate-sobre-direito-a-memoria-indigena-em-politicas-publicas. Acesso em: 5 mar. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). **Ministério reforça compromisso com decolonização de arquivos e instituições de memória em evento no RJ**. , Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2 jul. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/julho/ministerio-reforca-compromisso-com-decolonizacao-de-arquivos-e-instituicoes-de-memoria-em-evento-no-rj. Acesso em: 5 dez. 2025.

BRASIL; PORTUGAL. Ministério da Justiça. **Protocolo de Colaboração entre o Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil e a Presidência do Conselho de Ministros da República Portuguesa**, de 16 de agosto de 1995. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/conexoes/coluso/protocolo-coluso_digitalizado_assinado_1995_8_16.pdf. Acesso em: 9 jan. 2025.

BRYMAN, Alan. **Social research methods**. Oxford University Press, 2016.

CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy (orgs.). **Para além do pós(-)colonial**. São Paulo: Alameda, 2018.

CALVERT, Sandra L.; KOTLER, Jennifer; ZEHNDER, Sean M.; SHOCKEY, Erin M. Gender stereotyping in children's reports about educational and informational television programs. **Media Psychology**, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 139-162, maio 2003.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Origens e atualidade da teoria marxista da dependência. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 146, n. 3, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/sbLCrKwNcH3JdB7YkJY6n7v/?lang=pt. Acesso em: 3 jan. 2025.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Por uma crítica da razão decolonial: entrevista com Santiago Castro-Gómez. Entrevista concedida a Tiago Hermano Breunig. **REBELA – Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, jul./dez. 2024.

CASWELL, Michelle. Seeing yourself in history: community archives and the fight against symbolic annihilation. **The Public Historian**, [*S. l.*], v. 36, n. 4, p. 26–37, nov. 2014. DOI: https://doi.org/10.1525/tph.2014.36.4.26. Disponível em: https://escholarship.org/uc/item/9gc14537. Acesso em: 21 ago. 2025.

CASWELL, Michelle. **Urgent Archives**: Enacting Liberatory Memory Work. New York: Routledge Press, 2021. Routledge Studies in Archives.

CASWELL, Michelle; CIFOR, Marika. From human rights to feminist ethics: radical empathy in the archives. **Archivaria**, [s.l.], n. 82, p. 23-43, 2016. Disponível em: https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13557. Acesso em: 3 out. 2025.

CASWELL, Michelle; GHADDAR, Jamila J. "To go beyond": towards a decolonial archival praxis. **Archival Science**, [s.l.], v. 19, n. 2, 2019.

CASWELL, Michelle; PUNZALAN, Ricardo; SANGWAND, T.-Kay. Critical archival studies: an introduction. **Journal of Critical Library and Information Studies**, [s.l.], v. 1, n. 2, 2017.

CIFOR, Marika. Affecting relations: introducing affect theory to archival discourse. **Archival Science**, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 7-31, 2016.

CIFOR, Marika; LEE, Jamie A. Towards an archival critique: opening possibilities for addressing neoliberalism in the archival field. **Journal of Critical Library and Information Studies**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 1-22, 2017. Disponível em: https://journals.litwinbooks.com/index.php/jclis/article/view/10. Acesso em: 11 jan. 2025.

COMISSÃO LUSO-BRASILEIRA PARA SALVAGUARDA E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL – COLUSO. **Seção Brasileira**: Relatório de atividades 2010-2014. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Relatorio_Coluso_20102014.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos equipamentos culturais brasileiros**: TIC Cultura 2020 [livro eletrônico]. [*S. l.*]: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos cadastradas.** Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/consulta-as-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos-cadastradas. Acesso em: 18 out. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Áreas do Conhecimento -Ciências Sociais Aplicadas**. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – Lattes. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/web/dgp/ciencias-sociais-aplicadas. Acesso em: 18 out. 2024.

COOK, Terry. What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. **Archivaria**, [s.l.], n. 43, 1997.

CORRÊA, Fernando Gabriel. **Contribuições do Princípio da Territorialidade para a resolução de contenciosos arquivísticos**. 2020. 210 f., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

COSTA FILHO, Cássio Murilo Alves. **Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante ao pós-custodialismo**: o modelo australiano records continuum como instrumento de elucidação. 2016. 185 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CUBA. Primeiro-ministro (1959-1976: Fidel Alejandro Castro Ruz). **Discurso pronunciado por ocasião da Noite Comemorativa dos Cem Anos de Luta**. La Demajagua, Manzanillo, 10 out. 1968. Disponível em:

http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1968/esp/f101068e.html. Acesso em: 6 mar. 2024.

CUSHMAN, Ellen. Wampum, Sequoyan, and story: decolonizing the digital archive. **College English**, [s.l.], v. 76, n. 2, p. 115-135, nov. 2013. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/24238145. Acesso em: 9 abr. 2026.

DE ROCHEBRUNE, Renaud. Benjamin Stora: Il n'y a plus de raison de préserver les tabous sur la guerre d'Algérie et la période coloniale . **Jeune Afrique**, 20 jan. 2021. Disponível em: www.jeuneafrique.com/1107594/politique/benjamin-stora-il-ny-a-plus-de-raison-de-preserver-les-tabous-sur-la-guerre-dalgerie-et-la-periode-coloniale/. Acesso em: 28 out. 2024.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo:** uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

DIAZ, Pedro. **Arquivos críticos experimentais**: modulação, neodocumentalismo e decolonialidade. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Arte e Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

DORE, Rosemary; SOUZA, Herbert Glauco de. Gramsci nunca mencionou o conceito de contra-hegemonia. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], v. 25, n. 3, p. 243-260, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.18764/2178-2229.v25n3p243-260. Acesso em: 10 dez. 2024.

DRAKE, Jarrett M. #ArchivesForBlackLives: building a community archives of police violence in Cleveland. **Medium**, 2016. Disponível em: https://medium.com/on-archivy/archivesforBlacklives-building-a-communityarchives-of-police-violence-in-cleveland-93615d777289. Acesso em: 21 ago. 2025.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2019.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Collected Works**, v. 8. Marx and Engels: 1848-1849. Nova Iorque: International Publishers, 1977.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Collected Works**, v. 12. Marx and Engels: 1853-1854. Nova Iorque: International Publishers, 1979.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Collected Works**, v. 46. Marx and Engels: 1880-1883. Nova Iorque: International Publishers, 1992.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. Lisboa: Avante, 1997.

ESCOBAR, Arturo; MIGNOLO, Walter D. **Globalization and the decolonial option**. Londres: Routledge, 2013.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAZZIO, Gabriel Landi; MANOEL, Jones. **Revolução Africana:** Uma Antologia do Pensamento Marxista. [*S. l.*]: Autonomia Literária, 2019. *E-book*.

FERREIRA, Heline Sivini; PORTANOVA, Rogério Silva; PRÉCOMA, Adriele Andrade. A plurinacionalidade na Bolívia e no Equador: superação dos estados coloniais? **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, [s.l.], v. 9, n. 2, p. 122-145, 2019. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/6061. Acesso em: 9 jan. 2025.

FERREIRA, Shagaly. Três em cada quatro empresas no Brasil não têm área dedicada à diversidade e inclusão, diz pesquisa. **Estadão**. 2024. Disponível em: https://www.estadao.com.br/economia/governanca/empresas-brasil-diversidade-inclusao-pesquisa/. Acesso em: 27 nov. 2025.

FIRST ARCHIVISTS CIRCLE. **Protocols for Native American Archival Materials**. 2007. Disponível em: https://www2.nau.edu/libnap-p/protocols.html. Acesso em: 22 set. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. Brasil 500 anos: reportagens. **Folha Online**. 2000. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/reportagens.htm. Acesso em: 12 fev. 2026.

Folha de São Paulo, São Paulo, 14 abr. 2000. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1404200006.htm. Acesso em: 21 out. 2024.

FRASER, Crystal; TODD, Zoe. Decolonial sensibilities: Indigenous research and engaging with archives in contemporary colonial canada. *In*: IŠTOK, Rado (org). **Decolonising Archives**. [*S. l.*]: L'Internationale Online, 2016. Disponível em: https://internationaleonline.org/contributions/decolonial-sensibilities-indigenous-research-and-engaging-with-archives-in-contemporary-colonial-canada. Acesso em: 23 out 2024.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton, Canadá. **Proceedings [...]** [incluir Local de publicação: Editora/Instituição responsável], 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/14044809/Taking_information_policy_beyond_information_science_applying_the_actor_network_theory. Acesso em: 13 ago. 2021.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Projeto Resgate Barão do Rio Branco**. [*S. d.*]. Disponível em: https://blogdabn.wordpress.com/2015/11/18/fbn-i-projeto-resgate-barao-do-rio-branco/. Acesso em: 27 nov. 2025.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Retrato do acervo**: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2021. (Relatório Público 01 – CNIRC). Disponível em: https://static.poder360.com.br/2021/07/retrato-do-acervo-palmares.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). **Após quase uma década de batalha, França terá que devolver 611 peças de rituais indígenas ao Museu do Índio; conheça as relíquias**.Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Brasília, DF, 20 jun. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/apos-quase-uma-decada-de-batalha-franca-tera-que-devolver-611-pecas-de-rituais-indigenas-ao-museu-do-indio-conheca-as-reliquias. Acesso em: 12 fev. 2026.

G1. Verba usada no Museu Nacional em 2018 equivale a 2 minutos de gastos do Judiciário e 15 minutos do Congresso. **G1**, [*S. l.*], 3 set. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/03/verba-usada-no-museu-nacional-em-2018-equivale-a-2-minutos-de-gastos-do-judiciario-e-15-minutos-do-congresso.ghtml. Acesso em: 12 fev. 2026.

G1. Espada de Bolívar: conheça a relíquia que causou controvérsia envolvendo o rei da Espanha na posse do primeiro presidente de esquerda da Colômbia. **G1**, [*S. l.*], 9 ago. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/08/09/espada-de-bolivar-conheca-a-reliquia-que-causou-controversia-envolvendo-o-rei-da-espanha-na-posse-do-primeiro-presidente-de-esquerda-da-colombia.ghtml. Acesso em: 21 out. 2024.

G1. Mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ na BA crescem em 2023. **G1**, [*S. l.*], 20 jan. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/01/20/mortes-violentas-de-pessoas-lgbtqia-na-ba-2023.ghtml. Acesso em: 12 fev. 2026.

GAK, Igor; TOSELI, Nycole; CHIPOCO, Anna Carolina Araújo; SOUSA DA COSTA, Andressa. Arquivos e decolonialidade: breves considerações acerca de uma abordagem necessária em pesquisa e extensão. **Raízes e Rumos**, [s.l.], v. 9, n. 2, p. 104-113, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.9789/2317-7705.2021.v9i2.104-113. Acesso em: 16 ago. 2022.

GHADDAR, Jamila. J. The spectre in the archive: truth, reconciliation, and Indigenous archival memory. **Archivaria**, [s.l.], n. 82, p. 3-26, dez. 2016. Disponível em: https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13579. Acesso em: 11 set. 2025.

GHADDAR, Jamila J. Palestine as provenance: archiving against genocide from Gaza to South Lebanon (Jabal Amil). **Archival Science**, [*S. l.*], v. 25, p. 20, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10502-025-09484-y. Acesso em: 26 set. 2025.

GILLILAND, Anne; CASWELL, Michelle. Records and their imaginaries: imagining the impossible, making possible the imagined. **Archival Science**, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 53-75, 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, [s.l.], v. 31, n. 1, 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Política e gestão da informação: novos rumos. **Ciência da Informação**, [s.l.], v. 28, n. 2, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Torino: Einaudi, 1978.

GREENE, Mark Allen. “A Critique of Social Justice as an Archival Imperative; What Is It We’re Doing That’s All That Important?” **The American Archivist**, [s.l.], v. 76, n. 2, Fall/Winter, 2013.

GRINDLE, Merilee S. (org.). **Politics and policy implementation in the Third World.** Princeton: Princeton University Press, 2017. (Princeton Legacy Library).

GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS. Manifiesto inaugural. *In*: CASTRO-GÓMEZ; Santiago; MENDIETA; Eduardo (orgs). **Teorías sin disciplina:** latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate. México: Miguel Ángel Porrúa. 1998, p.70-83. Disponível em: https://people.duke.edu/~wmignolo/interactivecv/publications/teoriassindisciplina.pdf. Acesso em: 6 dez. 2024.

GUERRAS de independência: ação e reação. **Arquivo Nacional**. [*S. l.: s. n.*], 2022. 1 vídeo (2 h 6 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LVnC5xxUHJE. Acesso em: 10 jun. 2025.

GUHA, Ranajit (org.). **Subaltern Studies I**: Writings on South Asian History and Society. Delhi: Oxford University Press, 1982.

HARRIS, Verne. **Ghost of Archive**: Deconstructive intersectionality and praxis. Nova Iorque: Routledge Studies in Archives, 2021.

HERNON, Peter; RELYEA, Harold C. Information policy. *In*: KENT, A.; LACOUR. H. **Encyclopedia of Library and Information Science**, Nova Iorque: [incluir editora], 1991. v. 48, suppl.11, p. 176-204.

HESPANHA, António Manuel. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 97-102, jan./jun., 1997.

HESPANHA, António Manuel. Comemorar como política pública. A comemoração dos Descobrimentos Portugueses, ciclo 1997-2000. Práticas da História, **Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past**, n. 8, p. 198-220, 2019.

HIRST, Monica; MACIEL, Tadeu. **A política externa do Brasil nos tempos do governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), 2023. Disponível em: https://iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2023/07/Politica-Externa-Brasileira-2023.2.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IŠTOK, Rado (org.). **Decolonising Archives**. [*S. l.*]: L'Internationale Online, 2016. Disponível em: https://archive-2014-2024.internationaleonline.org/d2tv32fgpo1xal.cloudfront.net/files/03-decolonisingarchives.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

JANSSEN, Flore. Engagement with decolonizing archival practices in the UK archives sector: a survey of archives workers' attitudes. **Archives and records**, [s.l.], v. 44, n. 1, p. 95-119, 2023. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23257962.2022.2117688#abstract. Acesso em: 26 out. 2024.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v.14, n. 1, p. 2-22, jan./abr.2009.

JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration**. Londres: Percy Lund, Humphries & Co Ltd, 1937.

JIMERSON, Randall C. Archives for All: Professional Responsibility and Social Justice. **History Faculty and Staff Publications**, Western Washington University, n. 66, 2007. Disponível em: https://cedar.wwu.edu/history_facpubs/66. Acesso em: 24 mar. 2024.

KECSKEMÉTI, Charles. **Archival Claims**: Preliminary study on the principles and criteria to be applied in negotiations. Paris: Unesco, 1977.

KECSKEMÉTI, Charles; LAAR, Evert Van. **Accords et conventions**: Modèles billateraux et multilateraux relatifs aux transferts d'archives. Paris: Organisation des Nations Unies pour l'Education, la Science et la Culture, 1981.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: Eurocentrismo e ciências sociais,perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LAVAREDA, Priscila da Silva; SANTOS, Lucas Fialho dos; FARIAS, Consuelo Pinheiro de. Os direitos territoriais indígenas no Brasil: o marco temporal e o direito à existência constitucional. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e**

Educação (REASE), [s.l.], v. 11, n. 6, p. 4463-4477, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i6.20068. Acesso em: 12 fev. 2024

LE MONDE. **François Bayrou**: Ce n'est pas au président de changer les programmes scolaires. 13 maio 2008. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2008/05/13/francois-bayrou-ce-n-est-pas-au-president-de-changer-les-programmes-scolaires_1044297_3232.html. Acesso em: 12 fev. 2026.

LE MONDE**. Restitutions d'œuvres d'art: un nid à polémiques et un dossier qui s'enlise**. 30 set. 2020. Disponível em: https://www.lemonde.fr/afrique/article/2020/09/30/restitutions-d-uvres-d-art-un-nid-a-polemiques-et-un-dossier-qui-s-enlise_6054194_3212.html. Acesso em: 12 fev. 2026.

LÊNIN, Vladimir I. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: Unicamp. 2011.

LINEBAUGH, Riley; LOWRY, James. The archival colour line: race, records and post-colonial custody. **Archives and Records**, [s.l.], v. 42, n. 3, p. 284-303, 2021. DOI: https://doi.org/10.1080/23257962.2021.1940898

LOOTED & Hidden: Palestinian Archives in Israel. Direção de Rona Sela. Edição de Ran Slavin e Lev Golster. Los Angeles: Film Platform, 2017. 1 DVD (46 min), color.

LOWRY, James (ed.). **Displaced Archives**. Routledge, [s.l.], 2017.

LOWRY, James. **Disputed archival claims**: an international survey 2018/2019. Paris: International Council on Archives, 2019a. Disponível em: https://www.ica.org/resource/disputed-archival-claims-an-international-survey-2018-2019/. Acesso em: 3 out. 2025.

LOWRY, James. Radical empathy, the imaginary and affect in (post)colonial records: how to break out of international stalemates on displaced archives. **Archival science**, v. 19, n. 2, p. 185-203, 2019b.

LUGONES, María. Toward a Decolonial Feminism. **Hypatia**, [s.l.], v. 25, n. 4, p. 742-759, 2010. Disponível em: www.jstor.org/stable/40928654. Acesso em: 10 abr. 2026.

MALDONADO-TORRES, Nelson. On the Coloniality of Being: Contributions to the Development of a Concept. **Cultural Studies**, [s.l.], v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1080/09502380601162548. Acesso em: 10 abr. 2026.

MARIATEGUI, José Carlos. **Siete Ensayos de Interpretacion de La Realidad Peruana**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Ponto de Vista Antiimperialista. **Revista Novos Rumos**, Marília, SP, n. 18/19, 2022. DOI: 10.36311/0102-5864.5.v0n18/19.2068. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2068. Acesso em: 1 nov. 2024.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a Arquivologia Nacional e a Internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Contribuições francesas para a institucionalização da Arquivologia brasileira**. Rio de Janeiro: IBICT, 2021. 248 p. (Coleção PPGCI 50 anos).

MARQUES, Luana Farias Sales; SAYÃO, Luís Fernando. Ampliando a transparência e a colaboração na pesquisa científica: proposta de modelo matricial para apoio à formulação de programas de ação para a Ciência Aberta. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 23, p. e025012, 2025. DOI: 10.20396/rdbci.v23i00.8677705. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8677705. Acesso em: 21 jan. 2026.

MARTÍN, María. O triste aniversário do Arquivo Nacional. **El País Brasil**, [s.l.], 5 jan. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/05/politica/1515169389_182854.html. Acesso em: 11 jan. 2025.

MARTINS, Ana Canas Delgado. A documentação do Conselho Ultramarino como património arquivístico comum: subsídios à sua história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 39-54, 2018.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. (Livro I: o processo de produção do capital).

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Protesto marca 500 anos do "descobrimento"**. [*S. l.*], 22 abr. 2000. Disponível em: http://memorialdademocracia.com.br/card/protesto-marca-500-anos-do-descobrimento. Acesso em: 12 fev. 2026.

MENEZES, Cynara. Festa portuguesa: Portugal celebra Descobrimento sem culpa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2022. Disponível em: Folha de S.Paulo - Festa portuguesa: Portugal celebra Descobrimento sem culpa - 14/04/2000. Acesso em: 10 mar. 2026.

MIDDLE EAST MONITOR. Algeria president calls on France to return Ottoman archive. **Middle East Monitor**, Londres, 2021. Disponível em: https://www.middleeastmonitor.com/20210407-algeria-president-calls-on-france-to-return-ottoman-archive/. Acesso em: 12 fev. 2026.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, , n. 34, p. 287-324, 2008. Dossiê: Literatura, língua e identidade. Disponível em: https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

MIGNOLO, Walter D. **The darker side of Western modernity**: global futures, decolonial options. Londres: Duke University Press, 2011.

MIGNOLO, Walter D. Beyond populism: decolonizing the economy. **CounterPunch**, 9 maio 2016, [s.l.]. Disponível em: https://web.archive.org/web/20060615160848/http://counterpunch.org/mignolo05082006.html. Acesso em: 8 dez. 2024.

MIGNOLO, Walter D. **The politics of decolonial investigations**. Durham: Duke University Press, 2021.

MIRANDA, Adriane Gadelha. **A gestão de documentos no Brasil:** realidades, reflexões e interlocuções à luz de modelos internacionais. 2023. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MONTENEGRO, Maria. Unsettling evidence: an anticolonial archival approach/reproach to Federal Recognition. **Archival Science**, [s.l.], v. 19, n. 2, 2019.

MONTERO, Alberto Izquierdo; LAFORGUE-BULLIDO, Noemi; ABRIL-HERVÁS, David. Hate speech: a systematic review of scientific production and educational considerations. **Revista Fuentes**, [s.l.], v. 24, n. 2, p. 222-233, 2022. Disponível em: https://institucional.us.es/revistas/fuente/24_2/Art_9.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION (NARA). Citizen Archivist Missions. **National Archives**, College Park, EUA, [*S. d.*]. Disponível em: https://www.archives.gov/citizen-archivist/missions. Acesso em: 11 fev. 2025.

NESMITH, Tom. Still Fuzzy, But More Accurate: Some Thoughts on the "Ghosts Of Archival Theory". **Archivaria**, [s.l.], n. 47, p. 136-150, 1999. Disponível em: https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12701. Acesso em: 10 abr. 2026.

O MITO das três raças e o apagamento dos conflitos. **Arquivo Nacional**. [*S. l.: s. n.*], 2022. 1 vídeo (1 h 27 min).. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=w1CTs8l0qoI. Acesso em: 28 mar. 2025.

O PROJETO luso-brasileiro. **Arquivo Nacional**. [*S. l.: s. n.*], 2022. 1 vídeo (1 h 12 min).. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=OM9rzA4Uvh4. Acesso em: 28 mar. 2025.

OBSERVATÓRIO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA (OBCOMP). **Jornalistas e radialistas da EBC denunciam censura a 'golpe' e 'ditadura' em reportagens**. Observatório da Comunicação Pública, Porto Alegre, 5 abr. 2019. Disponível em: www.ufrgs.br/obcomp/br/blog/interna/jornalistas-e-radialistas-da-ebc-denunciam-censura-a-golpe-e-ditadura-em-reportagens. Acesso em: 11 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados em Matéria de Bens, Arquivos e Dívidas do Estado**. Viena, 1983. Disponível em: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/3_3_1983.pdf. Acesso em: 9 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Os povos indígenas na América Latina: Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos**. Santiago: Nações Unidas, 2015. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/1/S1420764_pt.pdf. Acesso em: 9 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **ONU:** taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam enfrentar problema. Brasília: Nações Unidas Brasil, 2016. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/72703-onu-taxa-de-feminic%C3%ADdios-no-brasil-%C3%A9-quinta-maior-do-mundo-diretrizes-nacionais-buscam. Acesso em: 12 fev. 2026.

OTÁVIO, Chico. Arquivo Nacional abre exposição com imagens do povo para celebrar Bicentenário da Independência. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/09/arquivo-nacional-abre-exposicao-com-imagens-do-povo-para-celebrar-bicentenario-da-independencia.ghtml. Acesso em: 10 mar. 2026.

OTÁVIO, Chico. **Menos Pedro II e mais periferia**: nova diretora quer descolonizar o Arquivo Nacional. O Globo, [*S. l.*], 23 set. 2023. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/09/23/menos-pedro-ii-e-mais-periferia-nova-diretora-quer-descolonizar-o-arquivo-nacional.ghtml. Acesso em: 27 nov. 2025.

PEREZ, Rosa Maria; CARVALHO, Clara. Introduction. **Etnográfica**, [s.l.], v. 6, n. 1, 2002. Disponível em: http://journals.openedition.org/etnografica/2840. Acesso em: 24 maio 2024.

PODER360. Planalto divulga vídeo a favor do golpe militar de 1964. **Poder360**, [*S. l.*], 31 mar. 2019. Disponível em: https://www.poder360.com.br/governo/video-a-favor-do-golpe-militar-de-1964-e-divulgado-pelo-planalto/. Acesso em: 12 jan. 2025.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

POSNER, Ernst. Effects of changes of Sovereignty on Archives. **The American Archivist**, Chicago, v. 5, n. 3, p. 141-155, 1942. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/40288301. Acesso em: 10 abr. 2026.

PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO. **Documentos históricos sobre o Brasil**. Disponível em: https://projetoresgate.bn.gov.br. Acesso em: 11 jan. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Peru Indíg**, [s.l.], v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992. Disponível em: https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-117.

REIJERKERK, Dana; REED, Caterina M. Archives, Decolonization, and the Politics of Tribal Sovereignty: An Examination of Accessibility Barriers to Indigenous Federal Recognition Research in the United States. **The American Archivist**, [*S. l.*], v. 86, n. 2, p. 565-594, 2023. DOI: 10.17723/2327-9702-86.2.565. Disponível em: https://american-archivist.kglmeridian.com/downloadpdf/view/journals/aarc/86/2/article-p565.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

RENDÓN ROJAS, Miguel Angel. Cuestiones epistemológicas de la Ciencia bibliotecológica y de la información. **Informare**, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 31-37, jul./dez.,1999.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial**: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán (Colômbia): Ed. Universidad del Cauca, 2012.

REUTERS. Sarkozy tells Algeria: No apology for the past. **Reuters**, [*S. l.*], 9 ago. 2007. Disponível em: https://www.reuters.com/article/uk-algeria-france-apology-idUKL1063873720070710. Acesso em: 12 fev. 2026.

RICHARDS, Michael D. **Revolutions in World History**. Nova Iorque: Routledge, 2004.

RODRIGUES, Nelson. **À sombra das chuteiras imortais**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Tradução de Magda Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SABATIER, Paul A.; JENKINS-SMITH, Hank C. **Policy change and learning:** An advocacy coalition approach. Boulder (EUA): Westview Press, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. The World Social Forum: toward a counter-hegemonic globalization (Part I). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, XXIV. 2003, Dallas. Latin American Studies Association, 2003. Disponível em: https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/wsf_JaiSenPart1.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologias do Sul. Entrevista cedida a Cleyton Andrade. **Escola Brasileira de Psicanálise**, [s.l.], 2020. Disponível em: https://ebp.org.br/epistemologias-do-sul/. Acesso em: 9 jan. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Descolonizar:** abrindo a história do presente. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Boitempo, 2022.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Archives, records and power: the making of modern memory. **Archival Science**, [s.l.], n. 2, p. 1-19, 2002.

SELA, Rona. The hump of colonialism, or the archive as a site of resistance. *In*: IŠTOK, Rado (org.). **Decolonising Archives**. L'Internationale Online, [s.l.], 2016. p. 50-57. Disponível em: https://archive-2014-2024.internationaleonline.org/research/decolonising_practices/60_the_hump_of_colonialism_or_the_archive_as_a_site_of_resistance/. Acesso em: 23 out 2024.

SENRA, Ricardo. Brasil diz à ONU que não houve golpe em 64 e que governos militares afastaram ameaça comunista e terrorista. **BBC News Brasil**, 4 abr. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47818978. Acesso em: 11 jan. 2025.

SIGRILLO, Angelo. Karl Marx e a Revolução Russa. **Revista Estudos Históricos**, [s.l.], v. 30, n. 61, maio/ago. 2017.

SILVA, Eduardo Faria; PONTES, Daniele Regina; MILANO, Giovanna Bonilha. Terras quilombolas no Brasil: das técnicas de dominação colonial ao reconhecimento democrático-constitucional. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 126-147, maio/ago. 2017. Disponível em: https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/139. Acesso em: 10 abr. 2026.

SILVA, Gabriele Ponciano da. Hegemonia neoliberal no Brasil: implicações para a política de assistência social. **Temporalis – Revista de Sociologia**, Vitória, v. 20, n. 39, p. 57-69, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/28657/20858/90257. Acesso em: 11 jan. 2025.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. Reparative description. **Dictionary of Archives Terminology**, 2025. Disponível em: https://dictionary.archivists.org/entry/reparative-description.html. Acesso em: 15 jul. 2025.

SORANO, Vitor; NÉRI, Felipe. Bolsonaro e Damares trocam integrantes da comissão sobre mortos e desaparecidos políticos. **G1 - Política**, 1 ago. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/01/bolsonaro-e-damares-trocam-integrantes-da-comissao-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos.ghtml. Acesso em: 11 jan. 2025.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa. **Caderno CRH**, [s.l.], v. 39, p. 11-24, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SUTHERLAND, Tonia; PURCELL, Alyssa. A weapon and a tool: Decolonizing description and embracing redescription as liberatory archival praxis. **The International Journal of Information, Diversity, & Inclusion**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 1-13, 2021. ISSN 2574-3430. DOI: https://doi.org/10.33137/ijidi.v5i1.34669. Disponível em: https://jps.library.utoronto.ca/index.php/ijidi/article/view/34669. Acesso em: 15 jul. 2025.

TENAGLIA, Mônica. **As comissões da verdade no Brasil**: contexto histórico, legal e reconstrução das estratégias e ações para o acesso aos arquivos. 2019. 249 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (TJMG). **Relatório de Gestão 2020-2022**: Conservação e eliminação de documentos. Minas Gerais, 2022. Disponível em: https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/hotsites/relatorio-de-gestao-2020-2022/conservacao-e-eliminacao-de-documentos.htm. Acesso em: 11 jan. 2025.

TUCK, Eve; YANG, K. Wayne. Decolonization is not a metaphor. **Decolonization: Indigeneity, Education & Society**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 1-40, 2012. Disponível em: https://clas.osu.edu/sites/clas.osu.edu/files/Tuck%20and%20Yang%202012%20Decolonization%20is%20not%20a%20metaphor.pdf. Acesso em: 12 fev. 2026.

TULANE UNIVERSITY LIBRARIES. **A Guide to Creating Inclusive and Reparative Archival Description**. 2024. Disponível em: https://libguides.tulane.edu/inclusive-reparative-guide. Acesso em: 12 fev. 2026

UNESCO. **Records of the General Conference**. Paris: UNESCO, 1974. v. 1, Resolutions (18. sessão, 17 out.-23 nov).

VALE, Renata William do; GOUVÊA, Viviane (org.). **Guerras da Independência no acervo do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2023. Disponível

em: https://bdan.an.gov.br/items/8a9e7af1-8f7f-4b04-b50e-e5e0eb599681. Acesso em: 10 jun. 2025.

VISENTINI, Paulo F. Revoluções e relações internacionais: o caso africano. **Revista Brasileira De Estudos Africanos**, [s.l.], v.1, n. 1, p. 111-129, jan./jun. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.22456/2448-3923.62727. Acesso em: 11 nov. 2024.

WALSH, Catherine (org.). **Pedagogías decoloniales:** prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo 1. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013. (Serie Pensamiento Decolonial).

WEIBLE, Christopher M.; INGOLD, Karin; NOHRSTEDT, Daniel; HENRY, Adam Douglas; JENKINS-SMITH, Hank C. Sharpening advocacy coalitions. **Policy studies journal**, [s.l.], v. 48, n. 4, p. 1054-1081, 2019. Acesso em: https://doi.org/10.1111/psj.12360. Acesso em: 5 out. 2024.

ZINN, Howard. The Secrecy, Archives, and the Public Interest. **The Midwestern Archivist**, [s.l.], v. 2, n. 2, p. 14-26, 1977.

APÊNDICE A - Quadro A1 – Publicações na base CAPES

Base	Filtros	Título do Trabalho	Autor(es)	Revista	País	Idioma	Ano
CAPES	*colonial E arquiv* + filtro de assunto archives and records	Lo colonial en la contemporaneidad. Imaginario, archivo, memoria	MARQUES, Susana Lourenço	Tabula Rasa	Colômbia	Espanhol	2018
	colonial E archiv + filtros de assuntos archives and records / archives / decolonization	The colonial archival imaginaire at home	EDWARDS, Elizabeth	Social anthropology	Reino Unido	Inglês	2016
		Challenging Colonial Spaces: Reconciliation and Decolonizing Work in Canadian Archives	McCRACKEN, Krista	The Canadian historical review	Canadá	Inglês; Francês	2019
		Re-framing archival thought in Jamaica and South Africa	GRIFFIN, Stanley H.; TIMCKE, Scott	Archives and records (Abingdon, England)	Reino Unido	Inglês	2022
		The Woman on the Other Side of the Wall: Archiving the Otherwise in Postcolonial Digital Archives	POVINELLI, Elizabeth A.	Differences (Bloomington, Ind.)	Estados Unidos	Inglês	2011
		Black Holes, Dark Matter, and Buried Troves: Decolonization and the Multi-Sited Archives of Algerian Jewish History	STEIN, Sarah Abrevaya	The American historical review	Estados Unidos	Inglês	2015
		History without Documents: The Vexed Archives of Decolonization in the Middle East	EL SHAKRY, Omnia	The American historical review	Estados Unidos	Inglês	2015
		Engagement with decolonizing archival practices in the UK archives sector	JANSSEN, Flore	Archives and records (Abingdon, England)	Reino Unido	Inglês	2023

		Of Sovereignty: Disputed Archives, “Wholly Modern” Archives, and the Post-Decolonization French and Algerian Republics	SHEPARD, Todd	The American historical review	Estados Unidos	Inglês	2015
		Displaced Archives, Displaced History: Recovering the Seized Archives of Indonesia	KARABINOS, Michael Joseph	Bijdragen tot de taal-, land- en volkenkunde	Países Baixos	Inglês	2013
		Connecting Indigenous Song Archives to Kin, Country and Language	BRACKNELL, Clint	Journal of colonialism & colonial history	Estados Unidos	Inglês	2019
		Animating the archive: the trial and testimony of a Sufi saint	DE JONG, Ferdinand	Social anthropology	Reino Unido	Inglês	2016
		From the Archives to the Streets: Listening to the Global 1960s in the Former French Empire	HENDRICKSON, Burleigh	French historical studies	Estados Unidos	Inglês	2017
		Archiving from below: The Case of the Mobilised Hawkers in Calcutta	BANDYOPADHYAY, Ritajyoti	Sociological research online	Estados Unidos	Inglês	2009
		The Anti-Colonial Archive: France and Africa's Unfinished Business	TAOUA, Phyllis	SubStance	Estados Unidos	Inglês	2003
		In the Shade of the Banyan Tree	NAJITA, Susan Y.	The Contemporary Pacific	Estados Unidos	Inglês	2010

APÊNDICE B - Quadro A2 – Publicações no Catálogo de Teses e Dissertações CAPES

Base	Filtros	Título do Trabalho	Autor(es)	Universidade	País	Idioma	Ano
CAPES TESES	decolonial + filtro ciência da informação	Arquivos críticos experimentais: modulação, neodocumentalismo e decolonialidade	DIAZ, Pedro V.	Universidade de São Paulo	Brasil	Português	2022
		Os arquivos comunitários na pesquisa e educação arquivística: uma análise a partir da Archival Education Research Initiative	ALENCAR, Maíra F.	Universidade Estadual de Londrina	Brasil	Português	2022

APÊNDICE C - Quadro A3 – Publicações na base SCIELO

Base	Filtros	Título do Trabalho	Autor(es)	Revista	País	Idioma	Ano
SCIELO	((decolonial) OR (decoloniais) OR (pós-colonial) OR (pós-coloniais)) AND (arquivos)	Descolonização em, de e através das imagens de arquivo “em movimento” da prática artística	OLIVEIRA, Ana Balona	Comunicação e Sociedade	Portugal	Português	2016
	((decolonial) OR (decoloniais) OR (pós-colonial) OR (pós-coloniais)) AND (arquivo)	Descolonização em, de e através das imagens de arquivo “em movimento” da prática artística	OLIVEIRA, Ana Balona	Comunicação e Sociedade	Portugal	Português	2016
	((descolonial) OR (descoloniais) OR (pós-colonial) OR (pós-coloniais)) AND (arquivos)	Para Não Esquecer: Memória, Poder e Arquivo Malê em Narrativa Amadiana	FERREIRA, Tatiane Almeida	Comunicação e Sociedade	Portugal	Português	2022
		Missões Antropológicas de São Tomé (1954) e Angola (1955): caminhos para a descolonização da fotografia colonial	TRAVASSOS, Lorena Christina Barros	Estudos Históricos (Rio de Janeiro)	Brasil	Português	2021
		Considerações sobre o arquivo em práticas artísticas pós-coloniais: Uma reflexão a partir da obra de Ângela Ferreira	OLIVEIRA, Marcia	Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher	Portugal	Português	2019
	(decolonial) OR (postcolonial) AND (archives)	Archivos coloniales y el arte de gobernar	STOLER, Ann Laura	Revista Colombiana de Antropología	Colômbia	Espanhol	2010
	(decolonial) OR (postcolonial) AND (archive)	Entre a memória e o seu apagamento: O Grande Kilapy de Zézé Gamboa e o legado do colonialismo português	STEWART, Katy	Comunicação e Sociedade	Portugal	Português	2016

APÊNDICE D - Quadro A4 – Publicações na base LISTA

Base	Filtros	Título do Trabalho	Autor(es)	Revista	País	Idioma	Ano
LISTA	decolonial OR COLONIAL OR postcolonial AND archives or archival or archive + filtro assunto archives AND decolonization	The archival colour line: race, records and post-colonial custody	LINEBAUGH, Riley; LOWRY, James.	Archives & Records	Reino Unido	Inglês	2021
		Transcending the colonial worldview to establish a research paradigm through an African lens: Analysis of research modules in archives	NGOEPE, Mpho; JACOBS, Lorette; GEYER, Elizabeth.	Education for Information	Países Baixos	Inglês	2022
		Remnants of Jenkinson: observations on settler archival theory in Canadian archival appraisal discourse	HODGE, Shannon; NANTEL, Sarah; TRAINOR, Chris.	Archives & Records	Reino Unido	Inglês	2022
		The decolonial turn in data and technology research: what is at stake and where is it heading?	COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises Ali.	Information, Communication & Society	Reino Unido	Inglês	2023
		The decolonial turn is on the road to contingency	SINGH, Ranjit.	Information, Communication & Society	Reino Unido	Inglês	2023
		Critical archival theory and the Caribbean's neoliberal archival turn	MUÑIZ, Wendy.	Archival Science	Países Baixos	Inglês	2022
		Paradoxes of curating colonial memory	JEURGENS, Charles; KARABINOS, Michael.	Archival Science	Países Baixos	Inglês	2020
		Decolonising the London School of Hygiene & Tropical Medicine's Archives Service	CRANNA, Victoria; HIRSCH, Lioba.	Archives & Records	Reino Unido	Inglês	2021

		"You Could Speak the Truth with a Tongue of Fire": The Cultural and Political Work of Indigenous Periodicals	STANCIU, Cristina; SCHEIDING, Oliver; DOERFLER, Jill.	American Periodicals	Estados Unidos	Inglês	2023
		Engagement with decolonizing archival practices in the UK archives sector	JANSSEN, Flore.	Archives & Records	Reino Unido	Inglês	2023
		Data colonialism: compelling and useful, but whither epistemes?	MUMFORD, Densua.	Information, Communication & Society	Reino Unido	Inglês	2022
		Counterweight: Helen Samuels, Archival Decolonization, and Social License	BAK, Greg.	American Archivist	Estados Unidos	Inglês	2021
		Migrated archives: time for closure to turn the wheels of reconciliation and healing for Africa	GARABA, Francis.	Journal of the Society of South African Archivists	África do Sul	Inglês	2021
		Decolonising the archives: languages as enablers and barriers to accessing public archives in South Africa	SCHELLNACK-KELLY, Isabel S.	Archives & Manuscripts	Austrália	Inglês	2020
		The Djogdja Documenten: The Dutch-Indonesian Relationship Following Independence through an Archival Lens	KARABINOS, Michael.	Information & Culture	Estados Unidos	Inglês	2015

APÊNDICE E - Quadro A5 – Publicações em coletâneas

Coletâneas	Título do Trabalho	Autor(es)	País	Idioma	Ano
Decolonising Archives	Radically De-Historicising the Archive. Decolonising Archival Memory from the Supremacy of Historical Discourse	ERNST, Wolfgang	Países Baixos	Inglês	2016
	Buried (and) Alive	SCHNAPP, Jeffrey T.	Países Baixos	Inglês	
	H[gun shot]ow c[gun shot]an I f[gun shot]orget?	ABU HAMDAN, Lawrence	Países Baixos	Inglês	
	Another Mapping of Art and Politics. The Archive Policies of Red Conceptualismos del Sur	LONGONI, Ana; RED CONCEPTUALISMOS DEL SUR	Países Baixos	Inglês	
	Decolonial Sensibilities: Indigenous Research and Engaging with Archives in Contemporary Colonial Canada	FRASER, Crystal; TODD, Zoe	Países Baixos	Inglês	
	In Search For Queer Ancestors	RADZISZEWSKI, Karol	Países Baixos	Inglês	
	The Hump of Colonialism, or The Archive as a Site of Resistance	SELA, Rona	Países Baixos	Inglês	
	A Grin Without Marker	CÉSAR, Filipa	Países Baixos	Inglês	

	Presenting Pasts	STULTIENS, Andrea	Países Baixos	Inglês	
	The Archives of the Commons Seminar, Madrid, 2015	DÁVILA FREIRE, Mela; PÉREZ COLINA, Marisa; PRIETO DEL CAMPO, Carlos; TAPIA, Mabel	Países Baixos	Inglês	
	Archives of the Commons: Knowledge Commons, Information and Memory	PRIETO DEL CAMPO, Carlos	Países Baixos	Inglês	
Archival Science v.19, issue 2	“To go beyond”: towards a decolonial archival praxis	GHADDAR, J. J.; CASWELL, Michelle	Países Baixos	Inglês	2019
	Toward slow archives	CHRISTEN, Kimberly; ANDERSON, Jane	Países Baixos	Inglês	
	Unsettling evidence: an anticolonial archival approach/reproach to Federal Recognition	MONTENEGRO, María	Países Baixos	Inglês	
	Archival encounters: rethinking access and care in digital colonial archives	AGOSTINHO, Daniela	Países Baixos	Inglês	
	Reading gesture: Katherine Dunham, the Dunham Technique, and the vocabulary of dance as decolonizing archival praxis	SUTHERLAND, Tonia	Países Baixos	Inglês	
	Radical empathy, the imaginary and affect in (post)colonial	LOWRY, James	Países Baixos	Inglês	

	records: how to break out of international stalemates on displaced archives				
	Epilogue. On Augusta's porch; a meditation on decolonizing the archives	BASTIAN, Jeannette A.	Países Baixos	Inglês	

APÊNDICE F - Resposta aos questionamentos sobre a Exposição “1822-2022: quem são os brasileiros”

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação Detalhes da Manifestação

NUP: 18002.006637/2025-11

Órgão Destinatário: MGI - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Data de Cadastro: 28/05/2025
Extrato: Gostaria de solicitar as informações disponíveis acerca da exposição “1822-2022: quem são os brasileiros”, realizada presencialmente em 2022. Qual a sinopse e o objetivo da exposição? Quando foi realizada? Foi produzido algum relatório interno com detalhes do evento? Se sim, gostaria de uma cópia.

Data de resposta: 17/06/2025

Teor da Resposta

Senhor(a),

O Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos □ MGI agradece o seu contato.

Em atenção à sua solicitação, informa-se que as informações sobre a exposição 1822-2022: quem são os brasileiros, realizada em 2022:

Qual a sinopse e o objetivo da exposição?

A exposição foi planejada em virtude dos 200 anos da independência do Brasil, que se deu em 7 de setembro de 2022. O objetivo do curador, Thiago Cavaliere Mourelle, foi expor para o público, por intermédio do acervo do Arquivo Nacional, as pessoas "comuns" que construíram o país através do seu trabalho, começando pelos indígenas e negros escravizados, passando pelos imigrantes, chegando aos trabalhadores e profissões mais recentes. A ideia era que as pessoas, ao visitar a mostra, reconhecessem naqueles trabalhadores um pouco da sua própria história e da história de suas famílias. Esse objetivo foi atingido, de acordo com os relatos dos visitantes ouvidos durante o tempo em que a exposição esteve em cartaz.

A seguir, encaminhamos o texto de abertura, redigido pelo curador da mostra, que fornece mais informações sobre como se construiu o projeto da exposição e apresentação dos seus módulos:

A exposição Quem são os brasileiros traz o trabalhador como o grande protagonista dos 200 anos da independência política do Brasil. Afinal, o que seria do país se não fosse pela força e a superação de todos os que levantam cedo diariamente sustentando a economia nacional? Gerações de pessoas que, ao longo de séculos, deram o seu suor e o seu sangue por um país melhor, seja executando suas tarefas cotidianas, seja reagindo contra as injustiças. As trajetórias dos brasileiros, suas origens, seus gostos, suas conquistas e dificuldades estão aqui retratadas.

A mostra traz cerca de 100 documentos, todos do acervo do Arquivo Nacional. Muitas das imagens apresentadas são inéditas, outras estão nos sites temáticos ou já fizeram parte de produtos e/ou exposições realizadas anteriormente pela instituição. Os documentos reunidos formam um grande apanhado do que o Arquivo Nacional já produziu ao longo dos anos, destacando o povo brasileiro em toda a sua incrível heterogeneidade.

O foco da exposição está nas pessoas; em seus rostos e expressões; suas semelhanças e diferenças; em suas vitórias e derrotas cotidianas. No primeiro módulo, Uma nação plural, voltamos ao período colonial e imperial para rememorar os povos originários e os negros escravizados que sustentaram nossa economia durante quase quatro séculos de exploração de sua força de trabalho. Revela ainda a posição de privilégio político, econômico e social da população branca. No módulo 2, Em busca de oportunidades, os imigrantes que aportaram no Brasil a partir do século XIX são apresentados como braços também fundamentais para o desenvolvimento do país. Em seguida, o módulo 3 apresenta aspectos das principais Manifestações Culturais brasileiras. Porém, pela grande diversidade cultural do país, optamos por destacar apenas aquelas que encontramos

com mais frequência no acervo do Arquivo Nacional. Já os módulos 4 e 5, Trabalhadores que constroem o Brasil e Vida e luta, mostram, respectivamente, as diferentes profissões e as batalhas cotidianas da nossa população, desde a participação brasileira na Segunda Guerra até a luta por direitos e o engajamento político. Por fim, fechamos com o módulo 6, Feridas Abertas, em que apresentamos as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores brasileiros ao longo do tempo, muitas delas ainda não solucionadas até hoje.

Estão presentes na mostra reproduções de imagens de obras raras da Biblioteca Maria Beatriz Nascimento, do Arquivo Nacional, e de documentos encontrados nos seguintes fundos arquivísticos: Correio da Manhã, Agência Nacional, Maria Beatriz do Nascimento, Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Fotografias Avulsas, Família Ferrez, Afonso Pena, Mário Lago, Diversos SDH.

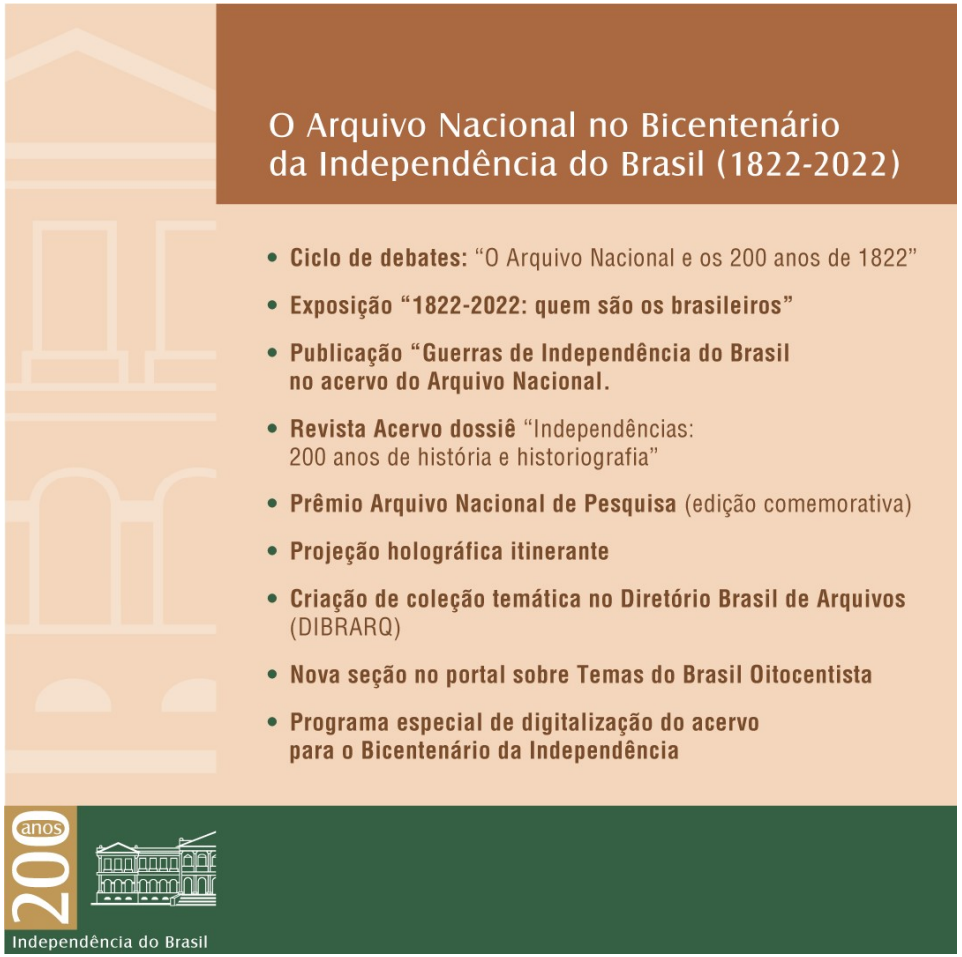
O Arquivo Nacional abre suas portas a todos e todas e deseja as boas-vindas. Com a certeza de que, nem que seja pelo menos em uma imagem, cada visitante se sentirá representado a partir desse olhar que lançamos sobre vocês e sobre todos os que colaboraram para construir o Brasil.

Quando foi realizada?

A exposição foi aberta no dia 5 de setembro de 2022, com um debate no Auditório do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, contando com participação do curador da mostra, Thiago Cavaliere Mourelle, e dos historiadores convidados Lilia Schwarcz e Luiz Antônio Simas. O vídeo de abertura está disponível no canal do Arquivo Nacional no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=GILOCoXZ5M0&t=8s. A exposição ficou em cartaz até o dia 30 de maio de 2023. O livro de visitas registrou 1.563 pessoas.

Foi produzido algum relatório interno com detalhes do evento? Não.

ANEXO A - Compromissos temáticos originais do Arquivo Nacional (2021)



ANEXO B - Calendário de eventos do Arquivo Nacional (2022)

Janeiro

- Lançamento do tour virtual à sede do Arquivo Nacional

Fevereiro

- Projeto Bicentenário da Independência: Ciclo de debates "O Arquivo Nacional e os 200 anos de 1822", com o tema "O projeto luso brasileiro" .
- Arquivo em Prosa: Carnaval e pandemia

Março

- Lançamento da revista Acervo: Perspectivas em humanidades digitais

Abril

- Ciclo de Debates "O Arquivo Nacional e os 200 anos de 1822", com o tema "O mito das três raças e o apagamento dos conflitos ".
- Lançamento das publicações do Prêmio Memórias Reveladas 2017

Maio

- Oficina do Projeto Acessibilidades, Cidadania e Arquivos
- Arquivo em Prosa: Cinema periférico

- Arquivo Faz Escola: exibições de filmes para estudantes com debate
- Lançamento das publicações do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2019
- Projeto Bicentenário da Independência: Live de lançamento do site "Temas do Brasil Oitocentista" .

Junho

- 6ª Semana Nacional de Arquivos
- Oficina de Educação em Arquivos para professores
- Projeto Bicentenário da Independência: Ciclo de debates "O Arquivo Nacional e os 200 anos de 1822", com o tema " As exposições virtuais e a difusão do conhecimento ".
- Arquivo Faz Escola: exibições de filmes para estudantes com debate
- Projeto Bicentenário da Independência: Ciclo de debates "O Arquivo Nacional e os 200 anos de 1822", com o tema " A mulher, o indígena e o negro no processo de independência ".

Julho

- Lançamento da revista Acervo "Organização do conhecimento em arquivos" .
- Com a palavra, o usuário: " A importância da pesquisa no Arquivo Nacional para a obtenção de outra cidadania" .

Agosto

- Palestra de lançamento da publicação “Cadernos de Marc Ferrez” (projeto realizado em parceria com o Instituto Moreira Salles) .
- Projeto Bicentenário da Independência: Ciclo de Debates "O Arquivo Nacional e os 200 anos de 1822": As Guerras de Independência - ação e reação

- Arquivo em Cartaz 2022 - Aula aberta da Oficina de Criação de Filmes Lanterna Mágica
- Arquivo em Cartaz 2022 - Oficina de Criação de Filmes Lanterna Mágica
- Projeto Bicentenário da Independência: Oficina presencial para professores “Três tempos da independência do Brasil: dos documentos de arquivo à sala de aula” .
- Dia do Historiador: Palestra “ Arquivos fotográficos e a escrita da história "
- I Seminário Internacional de Processamento Técnico e Preservação de Acervos em Arquivos

Setembro

- Projeto Bicentenário da Independência: Lançamento da exposição "Quem são os brasileiros?"

Novembro

- Evento em comemoração ao Dia Mundial do Patrimônio Audiovisual - abertura do Arquivo em Cartaz 2022
- Arquivo em Cartaz 2022 – Festival Internacional de Cinema de Arquivo
- Com a palavra, o usuário: "De volta ao universo das polacas" .
- VII Seminário do Siga .
- Encontro Nacional de Arquivos Públicos - Realização do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) .

Dezembro

- Projeto Bicentenário da Independência: Ciclo de debates "O Arquivo Nacional e os 200 anos de 1822", com o tema "As comemorações da Independência"

- Projeto Bicentenário da Independência: Lançamento das monografias vencedoras do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2021- Edição Bicentenário da Independência
- Projeto Bicentenário da Independência: Lançamento da revista Acervo: "Independências - 200 anos de história e historiografia ".